

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A GUERRA NA ERA VIKING: A CULTURA GUERREIRA COMO  
ELEMENTO CONSTRUTIVO DO PODER E CARISMA DO REI  
ESCANDINAVO (SÉCULOS X E XI)**

**FÁBIO BALDEZ SILVA**

Seropédica, RJ

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A GUERRA NA ERA VIKING: A CULTURA GUERREIRA COMO  
ELEMENTO CONSTRUTIVO DO PODER E CARISMA DO REI  
ESCANDINAVO (SÉCULOS X E XI)**

**FÁBIO BALDEZ SILVA**

*Sob a orientação do Professor Doutor*

**Marcelo Santiago Berriel**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no curso de Pós- Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

2018

S 175 g Silva, Fábio Baldez, 1983-  
A GUERRA NA ERA VIKING: A CULTURA GUERREIRA COMO  
ELEMENTO CONSTRUTIVO DO PODER E CARISMA DO REI  
ESCANDINAVO (SÉCULOS X E XI) / Fábio Baldez Silva. -  
2018.  
104 f.

Orientador: Marcelo Santiago Berriel.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de pós graduação em  
História/Mestrado, 2018.

1. Guerra na Era Viking. I. Berriel, Marcelo  
Santiago, 1975-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de pós graduação em  
História/Mestrado III. Título.


**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO**

**FÁBIO BALDEZ SILVA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de MESTRADO. área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/08/2018

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor MARCELO SANTIAGO BERRIEL  
Orientador e Presidente da Banca - UFRRJ

  
Professor Doutor JOSÉ COSTA D'ASSUNÇÃO BARROS - UFRRJ

  
Professor Doutor RENAN MARQUES BIRRO - UNIFAP

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus todo poderoso por me conceder a vida, a saúde e a sabedoria para a realização deste trabalho, o qual sem os dons concedidos o mesmo e todas as atividades humanas jamais seriam possíveis. Agradeço a meus pais Constantino Rangel Silva e Dulcinéa Leonor Baldez Silva pelo apoio sempre presente de toda a vida, sem o qual nunca teria chegado até aqui. Agradeço também a meu irmão Fabrício Baldez Silva pela amizade, companheirismo, troca de ideias e apoio de sempre.

Agradeço muito a meu orientador Marcelo Santiago Berriel por desde a graduação ter aceitado o desafio de me orientar num tema de pesquisa ainda pouco conhecido, porém em crescimento no Brasil, pela sua orientação, dedicação, paciência, amizade e apoio de sempre. Agradeço também ao professor Johnni Langer, pelo apoio desde a graduação, participação em minha banca de qualificação, sugestão de leituras, amizade e pela grande oportunidade de participação no NEVE (Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos), e pelo convite para minha contribuição como um dos autores do *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*, audaciosa obra dos pesquisadores de Escandinávia medieval brasileiros, que esperamos, vire uma importante referência bibliográfica para o crescimento da escandinavística nacional.

Agradeço também aos professores José D'assunção Barros, pela participação em minhas bancas de monografia ao fim da graduação, em minha banca de qualificação, e por nestas oportunidades ter sido de inestimável ajuda por meio de suas correções e sugestões, à professora Raquel Alvitos pela participação em minha banca de monografia e por ainda na época da graduação ter sempre dado grande apoio a meus projetos de pesquisa. Agradeço também, de maneira muito especial ao professor Marcos Caldas, antes de tudo, por ter-me apresentado ainda no início da graduação às sagas islandesas por meio da leitura de *Heimskringla* como fonte primária, e pelo inestimável apoio que jamais poderei esquecer, e da mesma maneira agradeço o apoio da professora Miriam Coser, minha primeira orientadora na graduação.

Gostaria também, nesta sessão de agradecimentos, estender homenagem à memória do professor Ricardo de Oliveira, por sua dedicação à turma da disciplina de Seminário I, a qual foi de grande contribuição na complementação do campo teórico deste trabalho, e pelo grande ser humano que foi. Quero também agradecer a todos os outros

professores de graduação e mestrado que contribuíram para minha formação acadêmica e do projeto de pesquisa que resultou neste trabalho, direta ou indiretamente, e a todos os professores que tive durante a vida nas mais diversas disciplinas e ramos do conhecimento, que em maior ou menor grau, contribuíram para minha formação como profissional e como ser humano de uma maneira geral.

Gostaria de agradecer aos amigos e colegas de mestrado Leandro César, Fabiano Alves e Luan Mendes, pela amizade, companheirismo, ajuda com textos, livros, conselhos e grandes trocas de ideias, e da mesma forma ao colega do programa de mestrado da UFF Caio Costa. Estendo também meus agradecimentos a todos os colegas tanto de graduação quanto de mestrado que de alguma maneira contribuíram ou incentivaram meus trabalhos até aqui, ou simplesmente pelas trocas de ideia e pelo companheirismo, destes não citarei os nomes aqui para que não cometa a injustiça de esquecer algum.

Agradeço também a meus primos Matheus Adames, Filipe Rangel e ao amigo Andrey Gomes pela amizade, troca de ideias, apoio, e pela experiência da banda Nightwölf na qual durante a existência tivemos a experiência, através de algumas de nossas músicas autorais explorar o tema da História e mitologia vikings.

Por último, gostaria de agradecer a outras pessoas especiais que passaram por algum momento de minha vida, e que também de alguma forma incentivaram o presente trabalho.

## RESUMO

SILVA, Fábio Baldez. *A guerra na Era Viking: A cultura guerreira como elemento construtivo do poder e carisma do rei escandinavo (séculos X e XI)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

Esta dissertação tem como objetivo, baseando-se em *Heimskringla*, a compilação de sagas sobre os reis da Noruega, estudar as relações entre a guerra, a cultura guerreira viking e a monarquia nórdica na conquista e manutenção do poder de reis noruegueses no período dos séculos X e XI. Desta maneira, destaca-se a relevância dos feitos bélicos na constituição da legitimação e carisma necessários para que um monarca escandinavo da Era Viking fosse aceito como líder de seus aliados e súditos, partindo-se do princípio da guerra como fator cultural preponderante à política, e estando intimamente ligada à cultura escandinava do período histórico em questão.

**Palavras-chave:** Guerra, vikings, cultura, Escandinávia, Idade Média.

## ABSTRACT

SILVA, Fábio Baldez. *The war in the Viking Age: The warrior culture as a constructive element of the power and charisma of the Scandinavian king (10th and 11th centuries)*. 2018. Dissertation (Master's in History). Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

This dissertation aims, based on *Heimskringla*, the compilation of sagas of the kings of Norway, to study the relations between war, Viking warrior culture and the Norse monarchy in the conquest and maintenance of the power of Norwegian kings in the period of the centuries X and XI. In this way, the relevance of the warlike acts in the constitution of the legitimation and charisma necessary for a Scandinavian Viking-Era monarch to be accepted as leader of his allies and subjects, starting from the principle of war as a preponderant cultural factor over the political, and being closely linked to the Scandinavian culture of the historical period in question.

**Keywords:** War, Vikings, culture, Scandinavia, Middle Ages.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO:</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I: GUERRA, DOMINAÇÃO E CULTURA: ELEMENTOS POSSIBILITADORES DE ANÁLISES.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II: ERA VIKING: UM CONTEXTO HISTÓRICO E OS IDEAIS DE GUERRA E MONARQUIA ESCANDINAVOS DO PERÍODO.....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO III: AS SAGAS ISLANDESAS COMO FONTE HISTÓRICA.....</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO IV: DE ERIC, O MACHADO SANGRENTO A HARALD HARDRADE: O PAPEL DOS FEITOS GUERREIROS PARA CONQUISTAR E MANTER O PODER.....</b>	<b>79</b>
<b>CONCLUSÃO:</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

Sem dúvida os vikings estão incluídos entre os grupos de guerreiros mais implacáveis que o mundo já conheceu, e deixaram sua marca na história da humanidade através de suas atividades bélicas de saques, colonização e conquistas militares. Sua cultura de guerra foi tão marcante que ao longo do tempo até os dias atuais permanece lembrada no imaginário popular, estando vivas as representações dos guerreiros e da cultura nórdica, desde os poemas skáldicos contemporâneos à era em que viveram e atuaram estes guerreiros, até as óperas de Wagner e aos filmes, séries, jogos de RPG, músicas, etc. produzidos sobre o tema atualmente.

Mas a que se deve esta fascinação provocada em nós por parte destes homens e sua cultura de valores tão heroicos? É também para tentar responder tal pergunta que este trabalho foi escrito, pois foram inclusive estas representações dos guerreiros vikings na cultura popular que contribuíram para o despertar do interesse do autor no tema. Estas representações existem e chegaram ao nosso tempo como fruto de acontecimentos históricos significativos que tiveram lugar no seu período, tendo sido consequência de feitos cujo conhecimento foi perpetuado através da oralidade e da escrita, numa cultura em que se considerava dignos de valor e registro feitos de heroísmo e coragem, inclusive e principalmente para aqueles que precisavam provar sua legitimidade como líderes, ou seja os reis. Nesta cultura de valorização da bravura em combate, não bastava apenas que determinado indivíduo pertencesse a uma dinastia ou linhagem para ser aceito como governante, o mesmo deveria provar seu valor em campo de batalha, pois assim poderia destruir inimigos, conquistar aliados e proporcionar a segurança e a defesa de seus súditos e de sua própria casa real, assegurando seu poder e domínio, conquistados através da construção de uma liderança carismática obtida através principalmente da guerra.

Assim, o presente estudo tem por objetivo ampliar a compreensão relativa ao âmbito cultural da guerra na Escandinávia medieval da Era Viking compreendida entre os séculos VIII e XI, focando mais precisamente na Noruega e nos estudos de casos compreendidos entre o período imediatamente posterior à unificação norueguesa consolidada por volta do ano de 872 D.C e empreendida pelo rei Harald Harfager, iniciando-se o estudo à partir do reinado de seu filho Eric, o Machado Sangrento (Século X) até o reinado de Harald Hardrade (Século XI). O foco do trabalho proposto é entender, dentro da relação entre guerra e cultura, o papel dos reis escandinavos como líderes

militares, condição intrínseca para que os mesmos conquistem, e/ou mantenham seus reinados nesse período da história escandinava.

Para que o estudo em questão seja levado a efeito, é necessário que se compreenda a ideia da guerra e dos atos guerreiros como eventos culturais nas mais diversas sociedades humanas. Sociedades dentro das quais podemos encontrar a dos escandinavos na Era Viking, ou seja, a era de maior expansão ou movimento desse povo na Idade Média, buscando compreender o que os feitos guerreiros representavam para os mesmos e seu papel para que uma liderança tal como um monarca fosse constituída entre eles.

Para se levar a efeito este trabalho, no primeiro capítulo pretende-se traçar os pressupostos teóricos que nortearão o trabalho e como se articularão dentro do mesmo. Desta forma, após uma explicação do termo “Viking”, se tentará demonstrar, como os conceitos de dominação carismática de Max Weber, juntamente com as perspectivas de poder simbólico de Pierre Bourdieu e imaginação social de Bronislaw Baczko, juntamente com uma explicação sobre o conceito de ideologia em vertentes diversas, se complementam dentro da análise sobre os reis guerreiros da Era Viking que se pretende estudar, tendo como base a ideia de Guerra associada à cultura de John Keegan.

Como adendo ao campo teórico pretendido, se procederá também a uma explicação das semelhanças entre os ideais guerreiros indo-germânicos trazida por Georges Dumézil, além da explicação sobre cultura guerreira pelo viés antropológico de Pierre Clastres, sobre como funciona a questão da guerra entre os povos ditos primitivos. Por último, se trará a explicação dos conceitos de cultura e *ethos*, através de Clifford Geertz.

No segundo capítulo, se tem por objetivo traçar um breve contexto histórico da Era Viking, como período de maior expansão dos povos escandinavos na Idade Média, dando ênfase à formação de suas monarquias e sua expansão violenta através de saques e pilhagens a outros povos, traçando-se assim um pano de fundo para a compreensão das relações entre cultura guerreira e monarquia dos escandinavos.

Se pretenderá também, analisar e destacar as principais características de como a guerra era entendida e praticada pelos nórdicos, e a relação dos feitos guerreiros com a constituição e manutenção do poder dos monarcas escandinavos na Era Viking, em comparação com os ideais de guerra e monarquia do ocidente cristianizado medieval.

O terceiro capítulo terá como finalidade traçar um breve contexto histórico da produção das sagas islandesas, bem como explicar suas características e seu valor como fonte primária nos estudos sobre a Era Viking, e da mesma forma para se estudar os reis

que governaram a Noruega nesse período. Dessa forma, se procurará explicar os antecedentes e fatores motivadores da produção das sagas na Islândia nos séculos em que foram escritas, e sua relação com o contexto norueguês da Era Viking e imediatamente posterior ao período.

E por fim, o quarto capítulo terá por objetivo analisar a trajetória de reis noruegueses compreendidos entre os séculos X e XI, utilizando-se a metodologia de análise estrutural da narrativa concebida por Tzvetan Todorov e proposta para a análise de textos históricos por Ciro Flamarion Cardoso, tomando por partida o caso do primeiro rei após a morte de Harald Harfager, o unificador da Noruega, ou seja, seu filho Eric, o Machado sangrento, até o último rei da Era Viking, Harald Hardrade, que morre na batalha de Stamford Bridge em 1066. Se fará também, à luz do campo teórico e da metodologia de análise de fontes adotados, os estudos de caso desses reis para a compreensão dos feitos guerreiros na constituição e manutenção do poder monárquico na Noruega da Era Viking.

## **CAPÍTULO I: GUERRA, DOMINAÇÃO E CULTURA: ELEMENTOS POSSIBILITADORES DE ANÁLISES**

Guerra e monarquia constituíam elementos inseparáveis na Escandinávia medieval no período histórico da Era Viking (Séculos VIII a XI). A Era Viking é assim chamada, por se tratar do momento da história dos povos escandinavos em que os mesmos empreenderam seus maiores movimentos de expansão pela Europa quase como um todo e até mesmo para outras partes do mundo em maior ou menor grau, sendo o período histórico da Era Viking uma definição temporal construída posteriormente ao próprio período a que se relaciona.

Tradicionalmente, para fins de estudo, é apontado como marco inicial da Era Viking o ataque ao mosteiro de Lindisfarne na Inglaterra em 793, como ponto de partida para o aumento em larga escala de ataques com ações de saques, pirataria, e em alguns momentos colonização e expansão de domínios por particulares, nobres ou reis escandinavos à Europa cristianizada, escalada de ações intensificadas que tem seu marco final apontado para 1066 com a morte do rei norueguês Harald Hardrade na batalha de Stamford Bridge, também na Inglaterra. Essa periodização, entretanto, não deve ser tomada em termos estritamente absolutos, pois sabe-se que antes de 793 e após 1066 houveram também ações de pirataria e tentativas de conquista territorial por indivíduos oriundos da Escandinávia, sendo neste caso, o período citado como o de maior intensificação das ações, e apontado de maneira didática para efeito de compreensão e de um estudo direcionado da chamada assim Era Viking (BRINK, 2008, p. 5).

Embora não se tenha evidências totalmente conclusivas, supõe-se com um elevado grau de probabilidade que o termo “viking”, ou seja, esta palavra em si, tenha origem propriamente escandinava, pelo fato de ser raramente utilizada em fontes escritas contemporâneas fora da Escandinávia. Os vikings eram chamados pelos francos de *Normanni*, e pelos anglo-saxões de *Dani*, sendo que esses termos eram dirigidos para designar os noruegueses e dinamarqueses como “homens do norte”, e outros povos europeus do mesmo período utilizavam ainda outros termos para designá-los, como por exemplo os germânicos como *Ascomanni* (homens de madeira), e irlandeses como *Gall* ou *Lochlannach* (forasteiros e nortistas respectivamente). Os árabes e bizantinos

chamavam os suecos de *Rus*, palavra que provavelmente tem sua origem na Finlândia, onde chamavam os suecos de *Ruotsi*, cujo significado da palavra seria “remadores”, sendo também chamados pelos gregos de *Vaeringjar*, que derivaria do nórdico antigo e significaria “agente comercial capaz de dar segurança pela sua parte de um negócio”, e os espanhóis costumavam chamar os vikings de “mágicos pagãos”, ou *Madjus* (BRONDSTED, 2004).

Existem teorias que relacionam a origem da palavra “viking” à palavra *wic* (acampamento) do inglês antigo, que designaria os vikings como o “povo do acampamento”, pois os mesmos nos locais onde aportavam costumavam montar acampamentos, estando preparados tanto para fazer comércio pelo dinheiro ou pela própria força das armas, sendo provável assim uma mudança do termo para designar piratas. Porém, esta teoria é pouco aceita pelo fato de pouco se verificar o uso da palavra “viking” em fontes anglo-saxônicas para se justificar que tenha origem no inglês antigo, apontando-se, portanto, para como mais provável a origem da palavra ser escandinava.

Segundo Johannes Brondsted, o historiador eclesiástico germânico do século XI Adam de Bremen afirmou em um de seus textos que o termo “viking” era usado pelos próprios dinamarqueses para designar piratas (BRONDSTED, 2004, p. 31). Desta maneira, aponta-se como provável origem escandinava da palavra uma derivação da palavra *Vík* (Riacho, enseada, fiorde ou baía), em que os vikings seriam piratas que se escondiam em baías, enseadas e fiordes esperando que se passasse alguma embarcação que pudessem atacar. Outra teoria bem aceita é a de que “viking” teria origem no substantivo masculino *Víkingr* (guerreiro do mar que faz longas viagens partindo de sua terra natal), muito utilizado na Dinamarca e parte ocidental da Escandinávia, correspondente na parte oriental a *Vaeringi*, e no feminino *Víking* (ataque náutico a litorais distantes). Desta forma, as evidências mais plausíveis que são encontradas nas fontes, apontam o uso da palavra *Viking* para os guerreiros escandinavos que partiam para expedições militares rumo ao oeste, e para os que partiam para expedições a leste, as palavras *Rus* ou *Vaeringar* (BRINK, 2008, pp. 6-7).

Portanto, o termo “viking”, de acordo com as evidências que se têm, tem por significado mais aproximado a palavra “pirata”, pois mais designava uma ocupação e não uma etnia, ao contrário do que muito se pensa erroneamente (MUCENIECKS, 2010). Portanto, quando se fala em Era Viking, devemos ter em mente o período de maior expansão dos nórdicos na Idade Média relacionada majoritariamente aos atos de

pilhagem, saques e pirataria, que tanto era praticada por homens comuns como por aristocratas e reis escandinavos, se constituindo assim uma característica cultural destes povos, ou seja, uma cultura guerreira que permeava toda essa sociedade em praticamente todos os seus diversos aspectos, e era marcante sobretudo também na constituição do poder monárquico dos povos nórdicos neste período.

Desta forma, guerra, cultura e dominação, bem como todos os elementos associados a estes aspectos, são de essencial importância para a compreensão das ações dos reis guerreiros da Noruega na Era Viking. Assim, neste capítulo, pretende-se apresentar os pressupostos teóricos gerais que nortearão a pesquisa sobre os mesmos. Desta maneira, primeiramente, o primeiro passo será apresentar os conceitos relativos à dominação carismática de Max Weber, o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu e o conceito de imaginação social de Bronislaw Baczko. Além disso, como elementos também essenciais à pesquisa, serão apresentados a ideia de guerra associada à cultura de John Keegan, a guerra nas sociedades primitivas de Pierre Clastres, além da ideia de guerra associada aos mitos e à religião dos povos indo-germânicos de Georges Dumézil, e os conceitos de cultura e *ethos* trazidos por Clifford Geertz. Apresentaremos então, como estas ideias e conceitos se articularão na pesquisa.

De acordo com Max Weber, define-se dominação como a probabilidade de se encontrar obediência dentro de um determinado grupo tanto para mandatos específicos, como para toda uma classe de mandatos, e pode descansar nos mais diversos tipos de submissão, sendo essencial na relação de dominação uma vontade mínima de obediência ou interesse em obedecer. Segundo o autor, nem toda relação de dominação é oriunda de meios econômicos, mas pode obedecer a quadros administrativos, seguir costumes, e se baseia normalmente numa crença de legitimidade. Então, para Weber, existem três tipos puros de dominação, que são o racional, que é baseado na crença de legalidade de ordenações instituídas, o de caráter tradicional, baseado na crença cotidiana da santidade de tradições que regeram um povo desde tempos remotos, e o tipo que mais nos interessa no presente trabalho, que é o da dominação de caráter carismático, baseada numa entrega extra cotidiana ao heroísmo, santidade, ou exemplo de um indivíduo ou ordenações por este reveladas ou criada (WEBER, 2002, pp. 170-172). Weber define o carisma como uma qualidade considerada como extraordinária de uma personalidade, condicionada dessa forma em sua origem de forma mágica, sobre-humana, ou pelo menos extra cotidiana e não acessível a qualquer um, algo que poderia estar presente em indivíduos

considerados profetas, feiticeiros, chefes de caça, líderes militares ou guerreiros por exemplo, que por sua origem ou feitos extraordinários conquistam assim adeptos ou seguidores.

Max Weber também teoriza que um Estado, e assim sendo os que detêm o poder dentro do mesmo, utilizam-se do monopólio do uso da força física para se legitimarem. Um Estado, na concepção de Weber, significa uma associação política burocratizada no sentido moderno do termo, ou seja, o que nós poderíamos chamar de um Estado-nação no sentido atual, porém, antes da existência do mesmo, para o autor, existiam o que ele chama de associações políticas que assim como os Estados modernos, também se apoiavam no uso legítimo da coação física para manterem a ordem instituída pelos que possuem o poder de mando. Weber escreve:

Do ponto de vista da consideração sociológica, uma associação “política”, e particularmente um “Estado, não pode ser definida pelo conteúdo daquilo que faz. Não há quase nenhuma tarefa que alguma associação política, em algum momento, não tivesse tomado em suas mãos mas, por outro lado, também não há nenhuma da qual se poderia dizer que tivesse sido própria, em todos os momentos e exclusivamente, daquelas associações que se chamam políticas (ou hoje: Estados) ou que são historicamente as percussoras do Estado moderno. Ao contrário, somente se pode, afinal, definir sociologicamente o Estado moderno por um meio específico que lhe é próprio, como também a toda associação política: O da coação física. (...) Se existissem apenas complexos sociais que desconhecêssem o meio da coação, teria sido dispensado o conceito de “Estado”; ter-se-ia produzido aquilo a que caberia o nome de “anarquia”, neste sentido específico do termo. Evidentemente, a coação não é o meio normal ou o único do Estado – Não se cogita isso – mas é seu meio específico. (...) (WEBER, 2004, p. 525)

Weber ainda chama a atenção para o fato de que as associações políticas mais diversas, desde os antigos clãs conheciam a coação física como algo normal. Através desta perspectiva de Weber sobre o que é um Estado, podemos então considerar as monarquias medievais, com suas mais diversas particularidades, assim também como os



reinos da Escandinávia da Era Viking, como associações políticas que se apoiavam no uso legítimo da força para se legitimarem, embora não se possa considerá-los como Estados no sentido atual do termo.

É possível observar, que dentro de um sistema estatal aqueles que possuem posição de liderança valem-se de determinadas prerrogativas que tornem a sua dominação sobre outros indivíduos legítima, e dentre as prerrogativas apresentadas por Weber para o domínio destes indivíduos está a do conceito de dominação carismática. Desta forma, segundo Weber, a dominação carismática se caracteriza como uma forma de liderança que se legitima através do poder pessoal de um líder pelo mecanismo de autoridade denominado pelo autor como “dom da graça”.

O dom da graça apresentado por Weber consistiria num tipo de carisma pessoal que faria com que um líder fosse admirado por seus aliados, dessa forma legitimando seu domínio. Este carisma poderia ser adquirido pelo líder através do heroísmo que poderia assim ser conquistado por atos guerreiros, distribuição de espólios em troca de alianças e apoio de uma aristocracia por exemplo, consolidando assim e reforçando uma relação de domínio sobre os setores mais subalternos de uma determinada sociedade (WEBER, 1982, pp. 98-99). Através também deste viés teórico apresentado por Max Weber, podemos encaixar perfeitamente o conceito de dominação carismática ao caso dos reis nórdicos da Era Viking, pois baseavam seu poder dentro de uma prerrogativa de líderes guerreiros baseados por exemplo, em uma fonte de carisma originada dentro de prerrogativas que poderiam ser de origem ancestral, religiosa ou mítica, fontes das quais Weber afirma em seu conceito, se pode fazer a legitimação da dominação de um líder assim chamado carismático (WEBER, 2004, pp. 323-324).

Apresentado o conceito de dominação carismática de Weber, e antes de entrarmos na explicação do conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu, é a nós interessante explicar outro que é de grande importância como contribuição para a compreensão do mesmo e de outros conceitos e ideias que utilizaremos ao longo do trabalho da presente pesquisa, que é o conceito de Ideologia e algumas de suas interpretações. Bourdieu, ao formular sua ideia de poder simbólico, consegue unir tanto o ponto de vista de uma dominação que parte do individual oriunda das ideias de Weber, como uma forma de exercício de poder oriunda do coletivo, que está presente nas ideias de Marx e Engels, esta forma de exercício de poder é o que se explica pelo conceito de Ideologia na concepção dos dois autores. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels em *A ideologia alemã*,

o que podemos chamar de Ideologia seria uma representação chamada por eles de falsa que os homens fazem de si mesmos, e a partir disso organizam suas relações:

Até o momento, os homens sempre fizeram representações falsas de si mesmos, daquilo que eles são ou devem ser. Eles organizaram suas relações de acordo com suas representações de Deus, do homem normal e assim por diante. Os produtos de sua cabeça tornaram-se independentes. Eles, os criadores, curvaram-se diante de suas criaturas. (...) (ENGELS, MARX, 2007, p. 523)

Ciro Flamarion Cardoso, nos mostra que a noção de ideologia é anterior a Marx e Engels, tendo sido o termo cunhado por autores dos finais do século XVIII e início do XIX, utilizado inclusive por Napoleão Bonaparte no mesmo sentido pejorativo que os autores fundadores do socialismo científico, como um significado de falsa consciência, no sentido de que para o imperador francês, se tratava de uma “doutrina metafísica falsa” e “com pretensões a tudo governar” (CARDOSO, 1997, pp. 30 e 31). Napoleão assim designava a noção de ideologia, por acreditar que as ideias deveriam ser oriundas das ações, e não o contrário. O sentido pejorativo de ideologia foi utilizado por Marx e Engels como uma crítica aos jovens Hegelianos de sua época, que na concepção dos autores propunham ideias alheias à prática social, pois para eles não era apenas necessário explicar o mundo, mas também atuar na sua mudança. Marx e Engels então, entendem que a ideologia é fruto da classe dominante.

Mesmo predominando em Marx e Engels a noção de ideologia como produto da classe dominante, essa não foi a única concepção sobre o termo dentro do marxismo, como escreve então Flamarion:

Outrossim, mesmo se a noção da ideologia como sinônimo de ideologia burguesa predominasse em Marx, e mais ainda em Engels, nunca foi a única. Sempre houve pelo menos três noções diferentes no marxismo a respeito (...). A primeira é a da ideologia como um sistema de crenças e ideias

características de qualquer classe ou grupo. A segunda a vê como um sistema de ideias falsas, crenças ilusórias, constituindo-se uma falsa consciência (burguesa), propiciando a oposição entre as noções de ideologia e ciência. A última encara a ideologia como um processo geral da produção de significações e ideias na sociedade. (CARDOSO, 1997, p. 32)

Nas primeiras décadas do século XX o conceito de ideologia se amplia, principalmente com autores como Lênin, Gramsci e Lukács, o conceito de Lênin nos parece ser bem interessante, pois para ele, o conceito de ideologia não necessariamente se prende a uma só classe, podendo se falar então em “ideologias”:

Lênin usou o termo como um conceito geral que contém em si vários conceitos subordinados, também chamados de ideologias. Daí que falasse em ideologias burguesa, proletária, religiosa, laica, conservadora, progressista, científica, etc. A ideia central estribava em que toda ideologia contém necessariamente um sistema de valores e objetivos para a ação social. (...) (Idem)

Dentro, portanto, da definição de ideologia de Lênin, como observada por Ciro Cardoso, poderíamos encaixar o conceito, por exemplo, dentro de uma perspectiva de poder simbólico, como veremos, no sentido da existência do que poderíamos chamar de uma ideologia guerreira. Esta ideologia permeava praticamente todos os aspectos da sociedade escandinava nos séculos que pretendemos estudar, e se engloba dentro de outro conceito, o de imaginação social, que também veremos mais à frente.

Sendo as interpretações sobre o que se entende como ideologia algo muito amplo, para além das definições marxistas do termo, vale a pena também apresentarmos a sua concepção segundo a semiótica:

1. Em razão da riqueza do campo semântico recoberto pelo conceito de ideologia e as numerosas ambiguidades que advêm de suas diferentes interpretações e definições possíveis, pode-se perguntar se a abordagem semiótica não traria algum esclarecimento a esse conceito.

2. Assim, parece oportuno distinguir-se duas formas fundamentais de organização do universo dos valores: suas articulações paradigmática e sintagmática. No primeiro caso, os valores são organizados em sistemas e apresentam-se como taxionomias valorizadas que se podem designar pelo nome de axiologias; no segundo caso seu modo de articulação é sintático e são investidos em modelos que aparecem como potencialidades de processos semióticos: opondo-os às axiologias, podemos considera-los como ideologias (no sentido restrito, semiótico dessa palavra).

3. Os valores, que participam de uma axiologia, são virtuais e resultam da articulação semiótica do universo semântico coletivo; pertencem, por isso, ao nível das estruturas semióticas profundas. Investindo-se no modelo ideológico, eles atualizam-se e são assumidos por um sujeito – individual ou coletivo – que é um sujeito modalizado pelo *querer-ser* e, subsequente, pelo *querer-fazer*. Vale afirmar que uma ideologia, dependendo do nível das estruturas semióticas de superfície, pode definir-se como uma estrutura actancial que atualiza os valores que ela seleciona no interior dos sistemas axiológicos (de ordem virtual). ( COURTÉS, GREIMAS, 2008, pp. 252-253)

Segundo então a definição semiótica do que se entende por ideologia, a mesma se caracterizaria por um estatuto atualizado de valores e uma busca permanente pelos mesmos, podendo os discursos ideológicos se converterem em discursos mitológicos.

Falando mais especificamente em ideologia relacionada ao poder monárquico na Era Viking, a autora escandinava Gro Steinsland relaciona o termo a sistemas de pensamento formulados com um alto grau de intencionalidade. Segundo Steinsland,

estudiosos utilizam o termo ideologia nos mais diversos significados, frequentemente como um sistema de pensamento que expressa um conceito de mundo e que permeia a cultura. Dessa maneira, em termos gerais, ideologia se refere a interpretações e explicações do mundo que são compartilhadas por uma cultura como um todo:

(...) Ideology thus encompasses both the construction of a culture's worldview and the explanations that unite this culture. More specifically, it also refers to the intentional use of Myths, rites or narratives by individual groups with the aim to legitimize a certain type of rulership. (...)<sup>1</sup> (STEINSLAND, 2011, p. 4)

Apresentamos assim, as definições referentes ao conceito de ideologia e algumas de suas diferentes interpretações, no intuito das mesmas servirem como um suporte na discussão dos conceitos de poder simbólico e imaginação social, pois a questão da ideologia ou das ideologias se apresenta também como parte integrante dentro do universo dos dois referidos conceitos, que veremos a partir de agora. Na concepção de Bourdieu (BOURDIEU, 1989), tomando como base ideias desenvolvidas por teóricos como Marx e Durkheim, o mito, a língua, a arte, a ciência e outros instrumentos de conhecimento constituem universos simbólicos. Estes universos simbólicos e suas produções também simbólicas relacionam-se e acabam tornando-se instrumentos de dominação pela classe dominante e servem assim aos seus interesses. Deste modo, as ideologias acabam servindo a interesses particulares sob uma capa de estarem servindo a interesses universais, coletivos e comuns, produzindo assim uma cultura dominante, esta cultura dominante então serve de meio de distinção em relação a cultura das classes dominadas e objetiva ao mesmo tempo suplantá-la. Assim diz Bourdieu:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo, a acção sobre o

---

<sup>1</sup>“(…) Ideologia assim engloba tanto a construção de uma visão de mundo de uma cultura e as explicações que unem essa cultura. Mais especificamente isso também se refere ao intencional uso de mitos, ritos, ou narrativas por grupos individuais com o objetivo de legitimar um certo tipo de governo. (...) (Tradução independente)

mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force” mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe são sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. (BOURDIEU, 1989, pp. 14-15)

Podemos ver então, que a classe dominante se utiliza dos meios de produção simbólica, para de forma implícita impor a sua cultura de dominação visando através de uma violência simbólica, “domesticar” as classes e frações de classe dominadas com o objetivo de produzir um consenso em torno de suas ideias, e esta dominação acaba ocorrendo muitas vezes de forma despercebida. A produção simbólica como instrumento das classes dominantes então é levada a efeito por especialistas como ideólogos religiosos e das produções artísticas que através de seus dogmas ou arte, trazem os elementos de dominação e coesão social pretendidos pela classe dominante a que servem.

Bronislaw Baczko, em uma perspectiva que muito dialoga com autores como Karl Marx, Durkheim, Max Weber e Pierre Bourdieu, trabalha com a ideia de imaginação social, que assim define:

(...) Trata-se, sim, de um aspecto da vida social, da actividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos. Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referencia no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percepçiona, divide e elabora os

seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento ocupa o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (...). Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar a imagem dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. (...). O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objetivo dos conflitos sociais. (BACZKO, 1985, pp. 309-310)

Ao teorizar sobre a imaginação social, vemos como Baczko consegue complementar, por exemplo, os pensamentos de Marx, Durkheim e Weber em sua análise:

Insistimos durante algum tempo sobre a obra de Marx, pois ela é exemplar quanto ao seu impacto na instituição e estruturação de um poderoso sistema de imaginários sociais cuja importância histórica é inútil sublinhar. Evoquemos agora mais sucintamente duas outras contribuições fundamentais para a elaboração do campo de investigação sobre imaginação social, a saber, as de Emile Durkheim e de Max Weber. É desnecessário insistir nas pronunciadas oposições metodológicas entre os três autores. Isso não exclui, no entanto, a fecunda complementaridade das interrogações e hipóteses que suas obras colocam. Marx sublinha as origens dos imaginários sociais, designadamente as ideologias, bem como as funções que desempenham nos grandes conflitos sociais. Durkheim põe em relevo a correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representações colectivas, ao examinar o modo como estas fornecem uma instância que assegura o consenso senão a coesão social. Quanto a Max Weber, coloca o problema das funções que competem ao imaginário na produção do sentido que os actores sociais atribuem necessariamente as suas acções (...). (BACZKO, 1985, p. 306)

Deste modo, como podemos ver, a imaginação social em muito é um resultado de representações que uma sociedade tem ou constrói de si mesma, suas próprias “mitologias” na linguagem do autor, que podem ser utilizadas pelos poderes dominantes para impor sua vontade baseada na imaginação que criam sobre si mesmos, e de como deve ser a sociedade de acordo com seus objetivos. Segundo Baczko, uma mudança de poder, por exemplo, através de lutas como guerras e revoluções produzirá uma imaginação social própria dos grupos participantes, e aquele grupo que chegar ao poder a irá impor, por exemplo, aos dominados ou derrotados como sendo um ideal. Dessa forma, a dominação carismática, e as ideologias desenvolvidas dentro das sociedades que englobamos aqui dentro da perspectiva do poder simbólico se encontram dentro do universo do imaginário social.

Apresentadas as definições e conceitos referentes à dominação e ao poder, iniciaremos agora as discussões concernentes à guerra e cultura. Deste modo, para



introduzirmos este assunto, é importante entendermos o desenvolvimento que os estudos da história militar alcançaram em seu percurso ao longo do tempo, chegando a um nível de atualização e aprimoramento que resultará na chamada nova história militar.

Assim como a própria história da historiografia com o movimento dos *Annales*, no final da década de vinte do século passado inaugurou uma nova forma de conceber os estudos históricos em oposição à tradicional historiografia historicista do século XIX, e a *Nova História* da mesma forma o fez contra o marxismo determinista entre os anos 1960 e 1970, a nova história militar inaugura uma nova forma de se conceber os estudos sobre a guerra, deixando os mesmos de reduzirem a mesma às razões políticas e de Estado, introduzindo assim nos estudos militares a interdisciplinaridade e propondo novos objetos e abordagens, passando a se estudar a guerra num sentido mais amplo, suas relações com a cultura, a antropologia, a filosofia, a economia, a psicologia social, a sociologia, etc. (SOARES, VAINFAS, 2012, pp. 113-114)

A história militar nasce concomitantemente à própria narrativa histórica, tendo seus expoentes entre os primeiros historiadores da antiguidade greco-romana, embora a história militar ainda não fosse chamada por esse nome, e sim pelo que poderíamos chamar de história da guerra. Entre os gregos, Heródoto, considerado “o pai da historiografia”, escreveu sobre as guerras greco-pérsicas, Tucídides sobre a guerra do Peloponeso entre Atenas e Esparta, assim como Xenofonte faz uma narrativa sobre uma expedição grega contra os persas. Entre os romanos, Políbio escreveu sobre as guerras púnicas, Júlio César, fundador do império romano, escreveu sobre guerras em que ele próprio participou, e Tácito, escreveu sobre guerras de expansão do império romano. Deste modo, podemos ver que no ocidente a história militar nasceu no próprio seio da narrativa histórica como crônica testemunhal, andando neste início ligada à história política, por conta do fato destes primeiros cronistas não apenas se limitarem às narrativas de batalhas, mas também se incursionarem no campo político numa tentativa de investigação sobre as causas das guerras, além de não deixarem de produzir relatos etnográficos no sentido de descreverem os povos e exércitos em conflito.

No período medieval, a história militar produzida subordinava-se principalmente à perspectiva do providencialismo divino, em que os cronistas eram majoritariamente monges ou faziam parte de chancelarias senhoriais ou reais, assim pode ser visto nas narrativas de cruzadas como de cronistas como Guibert de Nogent ou crônicas sobre a guerra dos cem anos como as de Jean Froissart, escritos em que geralmente é comum a

perspectiva de combatentes serem guiados pela condução divina. Uma característica comum que os proto-historiadores militares medievais tinham com os greco-romanos era a da parcialidade na interpretação dos fatos, pois geralmente os mesmos escreviam a serviço de nobres ou monarcas a que serviam, sustentando assim em seus escritos a causa destes soberanos, característica esta que fica ainda mais latente na Idade Moderna, com a maior consolidação e centralização monárquica.

Na Idade Moderna também foram comuns os escritos que aproximavam estratégia militar com filosofia política, como na obra do século XVI de Nicolau Maquiavel intitulada *Arte da guerra*, obra homônima à do chinês Sun Tzu, esta escrita no século IV antes de cristo e traduzida no século XVIII pelo jesuíta Joseph-Marie Amiot. Leitor tanto da obra de Maquiavel quanto a de Sun Tzu, o historiador militar prussiano do século XIX Carl Von Clausewitz une também estratégia militar e filosofia política em sua obra *Da guerra: a arte da estratégia*, em que considera a guerra como continuação das ações políticas por meios violentos.

Para Clausewitz, a guerra representava o melhor exemplo, segundo sua concepção, de que a política era a força motriz da história, estando, portanto, a guerra subordinada a esta, tradição que foi dessa maneira seguida pelos historiadores do século XIX que se dedicaram à guerra, tornando-se nesse momento a história militar um apêndice da história política. Assim, no século XIX predominaram historiadores que priorizavam a história política, como Leopold Von Ranke, Jules Michelet, e Thomas Carlyle por exemplo, muito por conta da construção das ideologias nacionalistas dos oitocentos, ficando desta maneira a história militar submetida e subjugada aos estudos sobre política e diplomacia.

Com o surgimento da escola dos *Annales* na primeira metade do século XX e a historiografia marxista pós segunda guerra mundial, a história militar foi sendo cada vez mais afastada da historiografia acadêmica. No caso dos *Annales* porque estes privilegiavam a princípio a história social como campo de estudos privilegiado da historiografia, com a geração dos anos cinquenta e sessenta se privilegiou as estruturas e a longa duração, e a terceira geração dos anos setenta e oitenta privilegiou a história das mentalidades como campo principal a ser estudado. Já em relação ao marxismo em qualquer de suas vertentes, a guerra sempre foi vista como um desdobramento da luta de classes, subordinada, portanto aos fatores econômicos, sendo assim tratada como uma espécie de dimensão “acidental” da história.

Apesar da primeira metade do século XX ter testemunhado as mais sangrentas guerras da história, ou seja, as duas guerras mundiais, é creditado à brutalidade das próprias e os já citados caminhos percorridos pela historiografia no período o afastamento dos estudos em relação a história militar. Isso fez com que a própria história militar, em contrapartida, afastada dos centros acadêmicos, conhecesse um nível de especialização nunca visto, tornou-se um campo de estudos em si mesmo, afastado agora da subordinação a história política, passando a ser estudada dentro das próprias forças armadas dos países, sendo as pesquisas conduzidas pelos próprios oficiais com experiência de campo e baseadas as fontes em seus próprios arquivos, produzindo-se uma espécie de nova versão da “velha” história militar, voltada agora para questões técnicas militares, estratégia, armamento, histórias de batalhas e questões de logística.

A especialização da história militar dentro dos muros dos quartéis foi também um fator a contribuir para o afastamento de seus estudos por parte dos historiadores profissionais, muitas vezes desconfiados de que poderiam haver motivos políticos por trás dos estudiosos das forças armadas. E assim também no meio acadêmico, os interessados pelos estudos de história militar acabavam sendo vistos com desconfiança de algum comprometimento com os militares por seus pares.

Enquanto no contexto em que aqui mencionamos, o mundo acadêmico da historiografia encontrava-se em clima de desconfiança em relação à história militar, em outros campos das ciências humanas e sociais não acontecia o mesmo. Cientistas políticos e sociólogos desenvolviam estudos interessantes sobre as forças armadas, como as relações entre as mesmas e as sociedades às quais estavam inseridas, ou a repercussão das ações militares na opinião pública. Foi finalmente nos anos 80 do século XX que a nova história militar veio a despontar, graças em muito à crise dos paradigmas deterministas na historiografia.

A nova história militar inaugura uma nova maneira de se estudar a guerra, em que se torna muito comum um estudo dos grupos guerreiros e exércitos à partir de um diálogo muito próximo com a antropologia, em que procura-se por exemplo, diferenças culturais dentro de um próprio exército ou grupo guerreiro, evidenciados pelo modo de se combater, por características dos uniformes, insígnias, armas, armaduras, elmos, etc. Assim também como passa a estudar-se com uma maior atenção as relações dos exércitos com comunidades ou culturas entre as quais os mesmos podem entrar em choque durante uma guerra, as metamorfoses identitárias entre os soldados, os sentimentos e valores

como bravura, covardia, sofrimento, heroísmo ou a simples sobrevivência. Desta forma, passou a estudar-se com a nova história militar a face da guerra, e não apenas mais simplesmente narrá-la ou apenas se descrever táticas e estratégias. Estas características podem ser notadas nas recentes produções acadêmicas desvinculadas das instituições militares, em que nota-se não apenas estudos sobre as guerras restritos a temáticas militares dos séculos XIX e XX, mas abrangem as mais diversas épocas abordando aspectos como por exemplo os socioculturais, a memória e a etnicidade entre outros vários, sendo autores pioneiros e outros importantes neste campo John Keegan, Paul Fussel, Noel Perrin, Fred Anderson, John Dower, J. R. Hale, Stephen Ambrose, entre outros.

A citada lista de autores no parágrafo anterior sugere, portanto, que a nova história militar constitui em grande medida uma contribuição da historiografia de língua inglesa britânica e norte-americana à renovação dos estudos históricos, uma historiografia acadêmica que assim superou os constrangimentos dos estudos militares dentro do meio universitário. Além disso, a nova história militar não ficou restrita apenas ao meio acadêmico, havendo indícios de que a mesma passou a atingir também os estudiosos abrigados nas instituições militares, conforme já pode ser notado em catálogos de materiais produzidos em instituições militares norte-americanas por exemplo.

Dentro, portanto do campo da nova história militar, para proveito do presente trabalho, o autor que para nós será da mais elevada importância é John Keegan, no qual nos ampararemos para discutir as questões relacionadas à guerra e cultura. Neste assunto, como expoente da nova historiografia militar, John Keegan apresenta uma perspectiva sobre a natureza da guerra diferente da antiga historiografia militar tradicional, em que costumava-se associar a guerra predominantemente a uma natureza política, uma perspectiva muito presente no pensamento do historiador militar iluminista Clausewitz. Assim, Keegan faz uma crítica a esta perspectiva em seu trabalho *Uma História da guerra* (KEEGAN, 2006), apresentando assim uma nova visão sobre a natureza da guerra e dos feitos guerreiros, onde não apenas os fatores políticos estão relacionados a tais ações, mas principalmente os fatores culturais se encontram no modo em que cada povo entende a guerra e a prática. Partindo desta ideia defendida por Keegan, podemos então analisar o que a guerra representava para os escandinavos e seus monarcas na Era Viking no contexto cultural em que estavam inseridos, assim escreve Keegan:

(...) Contudo, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia por vários milênios. A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. “O homem é um animal político”, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar. (...) Para nós, a cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam; nos debates acadêmicos entre “natureza e cultura”, é a escola da cultura que obtém mais apoio dos espectadores. Somos animais culturais e é a riqueza de nossa cultura que nos permite aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar que sua expressão é uma aberração cultural. As lições da história nos advertem que os Estados em que vivemos, suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, amiúde do tipo mais sangrento. (...) Nossas instituições e leis, dizemos para nós mesmos, estabeleceram tantas restrições à potencialidade humana para a violência que, na vida cotidiana, nossas leis irão puni-la como criminosa, enquanto sua utilização pelas instituições do Estado tomará a forma particular de “guerra civilizada”. (KEEGAN, 2006, pp. 18-19)

Assim, segundo a ideia proposta por John Keegan em oposição a historiadores militares tradicionais como Clausewitz, a guerra não se trata apenas de uma continuação da política por outros meios, pois a mesma precede ao surgimento dos Estados e das relações interestatais, e mesmo após o surgimento das organizações políticas mais complexas, continua sendo ditada por elementos culturais peculiares. Assim ele continua:

“A guerra como continuação da política” foi a fórmula que Clausewitz escolheu para expressar o compromisso estabelecido

pelos Estados que conhecia. Mantinha-se o respeito pela ética dominante – de soberania absoluta, diplomacia ordenada e tratados legais -, ao mesmo tempo que se levava em conta o princípio superior do interesse do Estado. (...) Pressupunha-se um alto nível de disciplina militar e um grau imenso de obediência dos subordinados a seus superiores cumpridores da lei. Esperava-se que a guerra assumisse certas formas estreitamente definidas – cerco, batalha campal, escaramuças, incursões reconhecimento, patrulha, postos avançados -, cada uma delas com suas próprias convenções reconhecidas. Pressupunha-se que as guerras tinham um começo e um fim. O que não se levava em conta de forma alguma era a guerra sem início ou final, a guerra endêmica dos povos sem Estado, ou mesmo estágio pré-estatal, nos quais não havia distinção entre portadores legais e ilegais de armas, uma vez que todos os homens eram guerreiros; uma forma de guerra que prevalecera durante longos períodos da história da humanidade e que ainda sobrevivia nas margens dos Estados civilizados e, com efeito, era posta a serviço desses Estados mediante a prática comum de recrutar seus praticantes como soldados “irregulares” de cavalaria ou infantaria. Os oficiais dos Estados civilizados desviavam seus olhares dos meios ilegais e incivilizados que esses guerreiros irregulares utilizavam para recompensar-se em campanha, bem como de seus métodos bárbaros de lutar; contudo, sem os serviços que ofereciam, os exércitos excessivamente treinados nos quais Clausewitz e seus pares tinham se formado dificilmente seriam capazes de se manter em campo. Todos os exércitos regulares, até mesmo os da revolução francesa, recrutavam soldados irregulares para patrulhar, reconhecer e travar escaramuças para eles; durante o século XVIII, a expansão desse tipo de força – Cossacos, “caçadores”, highlanders, “fronteiriços”, hussardos – constituía um dos acontecimentos militares mais notados. Seus padrões civilizados decidiram cobrir com um véu seus hábitos de saquear, pilhar, estuprar, assassinar, raptar, extorquir e sistematicamente vandalizar. Preferiam não admitir que se tratava de uma forma de guerrear mais antiga e mais disseminada que aquela que praticavam; “a guerra [...] continuação da política”, uma vez

formulado o pensamento por Clausewitz, o oficial pensante passou a ter um ângulo filosófico conveniente para contemplar os aspectos mais antigos, escuros e fundamentais de sua profissão. (KEEGAN, 2006, pp. 20-21)

Dessa forma, a conclusão de Keegan é a de que cada povo e seu contexto cultural e temporal possui um *ethos* guerreiro próprio, uma ética própria ditada por sua cultura no tocante a se fazer guerra, podendo também sofrer modificações ou incorporações em sua ética guerreira de outros povos. Dessa forma, guerra e política nem sempre serão elementos que se misturarão em seu *Modus operandi*, pois constituem-se em esferas autônomas e nem em todos os casos convergentes dentro das atividades humanas, porém guerra e cultura no campo de batalha se tornam elementos inseparáveis (KEEGAN, 2006, pp. 18-21).

Como contribuição também para pensarmos as questões culturais da guerra sob um viés antropológico, temos Pierre Clastres, que ao falar da guerra nas sociedades primitivas, constata que nas sociedades as quais estudou, a guerra funcionava como um mecanismo de independência no sentido em que a mesma sempre procurava afastar uma liderança unificada, ou seja, o mecanismo da guerra era acionado sempre que houvesse a ameaça do surgimento de um poder que pudesse se aproximar do que poderia ser chamado de Estado. Assim, nessas sociedades os líderes guerreiros na verdade assumiam um papel de liderança funcional apenas, que permitisse a indivisibilidade da comunidade, portanto não sendo uma função de acúmulo de poder (CLASTRES, 2004).

Assim sendo, o viés teórico de Clastres, para proveito da presente pesquisa, reforça o caráter cultural da guerra em predominância ao político, através do modo peculiar ao qual os povos primitivos encaram a guerra, diferente em relação ao modo que os escandinavos da Era Viking encaravam a mesma no tocante às questões de poder, porém ambos obedecendo aos próprios códigos culturais de suas respectivas sociedades, funcionando assim as ideias de Clastres para o presente trabalho como uma exemplificação de como a guerra funciona em outros contextos culturais em comparação com os escandinavos do período viking, demonstrando como em questões de guerra o fator cultural se sobrepõe ao político.

Georges Dumézil, ao estudar o que chamou de “os três pecados do guerreiro” nas sociedades indo-européias, constata semelhanças relacionadas à mitologia das sociedades indiana, grega, e escandinava da Antiguidade e Idade Média nas relações do *ethos* guerreiro com as divindades, e o código de conduta esperado dos guerreiros em relação às mesmas (DUMÉZIL, 1983). Seu estudo comparativo mostra a relação existente entre guerra, religião e mitos que permeiam tais sociedades, o que possibilita compreender como as mesmas desenvolveram seus ideais de comportamento bélico, importantes para o entendimento da relação entre guerra e cultura.

Apesar dos estudos de Dumézil serem uma ferramenta interessante para a compreensão das relações entre *ethos* guerreiro e mitologia, seus pressupostos não podem ser tomados em termos absolutos, pois os mesmos em se falando mais especificamente no caso escandinavo, tratam de um período muito anterior à Era Viking, o chamado período proto-indo-europeu, que embora se baseie em fontes primárias produzidas na Islândia medieval que visavam reconstruir um passado ancestral mítico, por essa razão trata de um período que encontra-se em um terreno em grande parte especulativo. Analisando as hipóteses sugeridas para o tema por Dumézil, Patrícia Boulhosa escreve:

Diante de fontes tão diversas, pertencentes a períodos históricos tão distantes e tão distintos, não é surpreendente que os estudiosos tenham buscado (e busquem), nas várias hipóteses sobre a origem da mitologia escandinava, um arcabouço teórico a partir do qual possam reconstituí-la. No caso de Georges Dumézil, pode-se dizer que esse arcabouço constitui-se de duas hipóteses fundamentais: (a) a existência de uma cultura proto-indo-européia comum que pode ser reconstituída através de textos preservados; (b) a teoria, inspirada em Durkheim e Malinowski, de que os mitos sagrados refletem as relações sociais. Influenciado pelas pesquisas filológicas, Dumézil desenvolveu métodos e hipóteses que o possibilitassem a reconstituir a cultura proto-indo-européia. (...) (BOULHOSA, 2006, p. 2)



Assim, a teoria de Georges Dumézil que aqui citamos, nos é interessante para se tentar compreender as relações entre guerra e mito na Escandinávia da Era Viking, porém, devemos ter em mente que trata de um período temporal, o assim chamado pelo autor de período proto-indo-europeu, em que seus fatos estão dentro de um terreno especulativo, muito anterior às fontes que o autor se utiliza para construir suas hipóteses, não devendo então estas mesmas hipóteses serem tomadas como um modelo absoluto, mas serem inseridas dentro de um leque mais amplo de explicações possíveis para as relações entre mitologia e marcialidade no período viking.

O conceito de cultura que se pretende utilizar no presente trabalho se aproxima do teorizado por Clifford Geertz, que segundo o próprio autor citado, aproxima-se da matriz de pensamento de Max Weber, e é definido como um conceito de cultura semiótico, no qual a cultura faz parte de uma “teia de significados” construída pelo homem, e na qual a cultura é um desses significados e a análise dos mesmos, procurando não se construir grandes leis gerais com seu estudo, mas procurando se construir uma ciência interpretativa desses significados (GEERTZ, 1989). Geertz assim, define o *ethos* como o estilo moral e ético de um povo e a atitude subjacente que a vida deste povo reflete. Assim, utilizaremos no presente trabalho as definições de cultura e *ethos*, acima apresentados quando nos referirmos à cultura e *ethos* guerreiro ao estudarmos sobre os reis guerreiros da Era Viking.

Com as ideias e os conceitos abordados, procurou-se aqui apresentar as linhas teóricas que norteiam a presente pesquisa sobre o papel da cultura guerreira nas ações de reis noruegueses da Era Viking situados entre os séculos X e XI, e como essas linhas teóricas pretendem se articular com o estudo que se pretende empreender.

## **CAPÍTULO II: ERA VIKING: UM CONTEXTO HISTÓRICO E OS IDEAIS DE GUERRA E MONARQUIA ESCANDINAVOS DO PERÍODO**

No capítulo anterior, além dos pressupostos teóricos que nortearão o presente trabalho, procedeu-se a uma breve explicação do que para fins didáticos convencionou chamar-se Era Viking, como o período de maior expansão dos povos escandinavos na Idade Média, seja por via de saques, colonização, conquistas e/ou atividades comerciais, e no referido capítulo também foi discutido o significado aproximado do termo “viking”.

Tendo sido dadas estas explicações, no presente capítulo procuraremos explicar nos termos a que se propõe o presente trabalho, como se deu no contexto histórico da Era Viking, a consolidação das monarquias nórdicas neste período e a expansão escandinava pelos mais variados locais da Europa cristã e para além da mesma, como um pano de fundo para a compreensão dos ideais de guerra e monarquia vikings, além de darmos ênfase à explicação destes aspectos, onde traçaremos também uma comparação destes ideais com seus correspondentes na Europa cristianizada, com o objetivo de ressaltarmos as peculiaridades da cultura guerreira viking em relação à ética guerreira cristã do mesmo período.

Sobre a etimologia da palavra *Escandinávia*, estudiosos acreditam ser a mesma de origem germânica, e teria como significado aproximado “perigo”, “terra sobre a água” ou “ilha”, sendo que a palavra em sentido completo pareceria ser um alerta a quem navegasse pela região sobre perigosos bancos de areia que cercavam os países do extremo norte da Europa. A Escandinávia medieval era composta pelos atuais territórios de Dinamarca, Finlândia, Groelândia, Islândia, Ilhas Faeroe, Ilha de Man, Ilhas Shetland, Noruega, Suécia, e partes de territórios do Báltico e atual Rússia (BIRRO, 2011, p. 15).

Durante séculos houve grande desconhecimento por parte dos europeus ocidentais sobre as terras além do rio Reno, mesmo com o comércio entre os romanos e os povos germânicos do leste. Portanto, além dos achados arqueológicos, as únicas fontes de informação sobre a Escandinávia antes da Era Viking foram trazidas por Pítias (380-310 A.C) e Jordanes (Século VI),<sup>2</sup> além de citações de alguns outros escritores da antiguidade

---

<sup>2</sup> Pytheas de Marselha foi um geógrafo grego que possivelmente teria através de suas viagens descoberto para os ocidentais a Bretanha, Ilhas Shetland, Ilhas Faeroe e a costa da Noruega. Jordanes teria sido um burocrata romano escritor da obra *Getica*, na qual narra a história dos Godos.

como Pomponius Mela, Tácito, Ptolomeu, e o historiador bizantino Procópio (490-160). A adoção do cristianismo pelos povos germânicos que invadiram o ocidente europeu não ocorreu por parte dos povos do extremo-norte, que mantiveram suas estruturas religiosas peculiares, laços baseados na ancestralidade comum, sua aristocracia e uniões em torno de lideranças provisórias, transmitindo esses povos suas tradições via oral, por se tratar de povos iletrados. Neste contexto, há grandes dificuldades em se definir o panorama político escandinavo antes do século VIII, pois só a partir daí passaram a haver registros mais detalhados escritos por parte de monges e copistas de reinos próximos, e pelos próprios escandinavos séculos depois, e é a partir deste século também que aparecem as primeiras menções sobre reinos no extremo-Norte da Europa (Idem, pp. 16-19).

Em relação à formação das monarquias nórdicas da Era Viking, relatos de fontes escritas aliados a evidências em inscrições rúnicas e dados coletados pela arqueologia demonstram a estratificação da sociedade escandinava no período viking. Antes da Era Viking já havia concentração de poder nas mãos de famílias dinásticas, com a riqueza se dando principalmente pela posse de terras, onde os produtos extraídos destas se convertiam em impostos aos seus senhores, já existindo pequenos reinos com hierarquia social e regiões onde se tomavam decisões baseadas em conselhos ou *Things* controlados por aristocracias locais, conselhos estes que obedeciam à ordem social deste modo instituída. À medida que o tempo passa e a Escandinávia viking vai caminhando em direção a uma maior centralização do poder monárquico, os impostos passam a ser recolhidos pelos reis e seus representantes, os quais eram investidos de grande poder pelos monarcas. Posteriormente, com a evolução das monarquias nórdicas no período próximo ao século XI, a cunhagem de moedas também passa a ser um indicativo de poder dos reis, sendo estas apontadas, algumas das características da formação do poder real na Era Viking (GRAHAN-CAMPBELL, 1997, pp. 40-41).

As unificações dinamarquesa, norueguesa e sueca sob a forma de monarquias centralizadas cada uma sob o poder de um único rei ocorreu durante a Era Viking. Não existe farta documentação sobre os processos, que se concentram em relatos isolados contemporâneos aos fatos, como os *Anais reais francos* que mencionam a existência de reis escandinavos entre os séculos VIII e XI, a *Vida de Ansgar*, no século IX, e a obra de Adam de Bremen, a *História dos acerbispos de Hamburgo-Bremen*, escrita no fim do século XI. Embora estas obras tenham sido escritas por cronistas cristãos em terras pagãs, e deva se ter cuidado em suas interpretações com juízos de valores por parte dos mesmos,

dão nomes de pessoas e lugares conferentes com os relatos das sagas islandesas escritas posteriormente, sendo estas sagas fontes da maior importância sobre o período viking, constatando-se, portanto, em conjunto com os achados da arqueologia que dão conta de grandes construções que são ligadas com grande grau de certeza a terem sido dirigidas por importantes reis, a obviedade de que os três países encontravam-se cada um em situações de monarquias unificadas consolidadas até aproximadamente o fim do século XI (Idem, pp. 43-44). Falaremos mais detidamente da formação destas monarquias em conjunto com a formação dos territórios nórdicos no Atlântico Norte a partir de agora.

Em relação à Dinamarca, não se sabe a datação exata de quando efetivamente se deu sua unificação, porém sabe-se que foi um longo processo, e não se pode afirmar com total certeza o nome de um rei que tenha conduzido a unificação política, mas as fontes disponíveis indicam que na segunda metade do século X o país já se encontrava sob o reinado de um único monarca.

A mais antiga menção da Dinamarca como área geográfica data do ano aproximado de 890, em relatos dados ao rei Alfredo, o Grande, de Wessex, Inglaterra, por parte de mercadores que viajavam pelas costas dinamarquesas e as rotas marítimas que passavam pela região. O termo “dinamarqueses” remonta ao século VI, e designava os habitantes do que poderia ser apontada como uma proeminente tribo que veio depois a constituir o reino unificado.

No fim do século VIII, durante conflitos decorrentes dos ataques vikings por parte dos dinamarqueses aos carolíngios, apareceram nas fontes francas menções a reis dinamarqueses, dos quais por exemplo em 808 Carlos Magno confrontou Godfred, que em decorrência desses conflitos ordenou a construção de um grande muro na fronteira sul da região da Jutlândia, o chamado *Danevirke*, como prevenção a uma possível ofensiva dos francos. Embora nas fontes francas não seja neste período apontado nenhum outro rei dinamarquês, ainda é debatido entre os especialistas se já nesse momento havia um reino dinamarquês unificado, apesar dos achados arqueológicos dos desenvolvimentos de grandes construções neste período sugerirem que este fato é bem provável, pois o surgimento de grandes obras possibilitavam o controle de maiores áreas, havendo também uma maior fluência das atividades de comércio, o que sugere que tais desenvolvimentos tenham sido mais prováveis de terem ocorrido sob o governo de uma monarquia unificada.

O processo de unificação da Dinamarca foi provavelmente feito de etapas longas, que possivelmente passou por um estágio a partir de um período tribal, no qual a partir de tribos independentes tenha-se evoluído para uma federação de tribos, das quais uma tribo mais proeminente foi ganhando domínio sobre as outras, e que no decorrer de um tempo evoluiu para um reino unificado. Um processo que passou tanto pela guerra quanto por processos de mudanças socioeconômicas, processo este que provavelmente teria ganho mais força no fim da era do ferro e estado mais próximo de consolidar a Dinamarca como região geográfica próxima à atual por volta do ano 700, tendo-se mudado, tanto durante a Era Viking como posteriormente, o governo real por diversas vezes, chegando-se em alguns momentos a haver novamente divisões do reino, e ocorrendo daí reunificações posteriores (ROESDAHL, 2008, pp. 652-655).

Sobre a Suécia, não está claro que estivesse unificada sob um único rei durante a Era Viking, devido à uma maior carência de fontes sobre seu caso. Reis são mencionados nas fontes de forma esporádica, como por exemplo na *Vida de Ansgar*, atribuída a um autor chamado Rimberto, que relata que o rei Bjorn teria acolhido um missionário na cidade de Birka situada em uma ilha no lago Mälaren, por volta de 820, após o mesmo ter visitado a Dinamarca, porém, até o fim do século X, não se tem muitas informações de reis que governassem o território. Um proeminente rei do qual há relatos é Olaf Skötkonung, que exerceu seu domínio da costa oriental à ocidental, e fundou o primeiro bispado na Suécia em Skara. Olaf era cristão, mas foram seus sucessores por volta do século XI que levaram a efeito o processo de cristianização da Suécia de forma mais ampla, tendo a cristianização sido um fator significativo na unificação do reino (GRAHAN-CAMPBELL, 1997, pp. 44-45).

Em relação às ilhas ao norte da Escócia, como as Faeroe, a primeira referência à sua ocupação foi feita pelo geógrafo irlandês Dicuil (Sécs. VIII – IX), segundo o qual alguns eremitas lá teriam chegado antes dos nórdicos e habitado a região, mas tendo por conta de ataques vikings de lá se mudado cerca de um século depois, embora também não se possa descartar que os próprios nórdicos tenham colonizado estas ilhas primeiro (BIRRO, 2011, pp. 26-27).

De acordo com as sagas islandesas, a colonização maciça da Islândia se deu após a fuga de dissidentes da unificação norueguesa conduzida pelo rei Harald Harfager e concluída por volta de 872 (processo sobre o qual falaremos adiante), porém, de acordo também com o geógrafo irlandês Dicuil, monges irlandeses provavelmente habitavam a

ilha antes da chegada dos nórdicos, e de acordo ainda com outras fontes, os noruegueses ao chegarem na região lá encontraram cristãos irlandeses que logo deixaram as referidas terras por sentirem-se desconfortáveis com a presença dos pagãos. Não se sabe exatamente quem foi o primeiro nórdico a chegar à Islândia, porém, as fontes escandinavas apontam nomes de três indivíduos distintos como sendo prováveis de tê-lo feito: Nadd-Odd e Gardar, que teriam acidentalmente durante suas viagens chegado à ilha, e um norueguês chamado Floki, que após saber da chegada de Nadd-Odd na ilha decide ir explorá-la, ficando lá, porém, por pouco tempo, tendo estas viagens mencionadas, ocorrido antes da imigração maciça ocasionada pela unificação norueguesa.

A fonte mais importante sobre a colonização da Islândia é o chamado *Landnámabók* (o livro da tomada da terra), que provavelmente foi escrito pouco depois do ano 1200. Neste livro são mencionados o nome de aproximadamente quatrocentos colonizadores, além de lugares de onde vinham (BRONDSTED, pp. 52-53). A comunidade que se formou na Islândia preservou em muito o sistema legal e de costumes norueguês, porém com o passar do tempo formaram uma sociedade peculiar, em que uma das particularidades por muito tempo foi a ausência de submissão a uma monarquia, onde as decisões eram tomadas apenas por conselhos ou *Things*.

A Noruega, sobre a qual falaremos agora, é o foco do presente trabalho, pois é o estudo de caso que nos permitirá analisar as relações entre guerra e monarquia na Era Viking, por isso nos deteremos mais ao falar do contexto da formação de sua monarquia unificada. Com suas altas montanhas e litoral muito acidentado, que dificultavam bastante a comunicação entre suas regiões, foi uma difícil empreitada conseguir a unificação do país sob um único reinado. No início da Era Viking havia uma enorme quantidade de líderes locais que se encontravam em constante conflito de um extremo ao outro do território, líderes esses que tinham por característica uma grande independência entre si e que, portanto, pouco desejosos eram de se submeter a outros senhores, e cuja riqueza era proveniente em muito das ricas zonas pesqueiras locais, além de serem detentores do controle de rotas de comércio e possuírem posição de contato com o exterior.

Os conflitos que ocorriam entre os vários pequenos reinos e condados que compunham a Noruega no século IX, acabavam resultando frequentemente no desaparecimento de alguns destes pequenos reinos ou domínios e na sua subjugação por outros, ou seja, líderes mais fortes militarmente acabavam por assim dizer “anexando” os

domínios de líderes mais fracos belicamente através das guerras, acordos e intimidações. Basicamente a Noruega era dividida, em ordem de importância no domínio de acesso a rotas de comércio, acesso a recursos e propriedade de terras em três regiões principais: O leste, o norte, e a costa oeste (JONES, 1984, pp. 79-81). O Leste era, portanto, a região mais próspera, sendo esta mais precisamente a região de Vestfold, em que dominava a dinastia mais proeminente do país, a dinastia dos Ynglings, da qual fazia parte o rei Halfdan, o Negro, e seu filho Harald Harfager. Halfdan, herda a região de Vestfold sob seu domínio e prossegue a partir dela em conquistas territoriais, conquistas estas que foram então herdadas por Harald, seu filho, conforme relatado no *Heimskringla*, a história dos reis da Noruega, de autoria do cronista islandês Snorri Sturluson.

O primeiro rei a conseguir uma unificação em grande escala das regiões que compunham a Noruega sob seu reinado único foi então Harald Harfager, ou o *Cabelos belos*, filho de Halfdan, o Negro, que ao fazê-lo, conquistou além de aliados e acordos, muitos inimigos, os quais como foi mencionado, em sua fuga dos domínios conquistados pelo mesmo, foram os principais responsáveis pela colonização da Islândia e das ilhas ao norte da Escócia na segunda metade do século IX (GRAHAN-CAMPBELL, 1997, p. 44). Este processo de unificação se inicia quando após a morte de Halfdan, reis inimigos iniciam ataques contra os territórios deixados pelo mesmo, herdados assim por Harald, que segundo é relatado em sua saga em *Heimskringla*, tinha apenas dez anos de idade neste momento, ficando assim o comando do governo e do exército com seu tio de parte materna Guthorm, que trata de repelir os invasores juntamente com Harald avançando e tomando assim os territórios destes, levando esta expansão inicial à tomada das terras ao norte da região de Vilgulfmork e ao sul do rio Raum.

Após suas conquistas iniciais, Harald continua sua expansão para as terras ao norte das montanhas Dofra, causando grandes fugas de dissidentes para as regiões de Orkadal e Gaulardal, sendo poupados por Harfager os aristocratas locais que lhe jurassem aliança e ficassem a partir de então a seu serviço, e por fim, conquista também após enfrentar em batalha e derrotar o rei local, que acaba sem alternativas lhe jurando lealdade junto com seus súditos, a região de Orkadal.

Em todas as regiões em que o rei Harald Harfager consegue lograr suas conquistas, estabelece Earls e considera como suas todas as terras, deixando estes Earls responsáveis pelas coletas de taxas e impostos que todos os fazendeiros tanto grandes como pequenos deveriam pagar. Os Earls também eram autorizados por Harald a exercer a justiça e

poderiam reter para si a terceira parte dos impostos recolhidos. Cada Earl tinha subjugado a si quatro Herses, e todas estas categorias de nobres eram responsáveis por fornecer uma quantidade determinada de homens para o exército. Harald Harfager então, aumenta de tal forma os impostos que os Earls sob seu serviço enriquecem ainda mais sob seu poder do que os reis que governavam estas regiões da Noruega antes de suas conquistas, o que fez com que muitos homens influentes se colocassem a seu serviço voluntariamente nos distritos de Trondheim. Porém, nesta região, apesar de muitos terem se colocado a seu serviço, outros também ofereceram resistência considerável a seus avanços militares, porém, ainda assim, depois de muitas batalhas Harald consegue conquistar estes domínios.

Posteriormente, após as referidas conquistas, Harald dirige seus esforços militares para a região de Moer, lá enfrentando uma grande resistência de líderes locais, enfrentando-os na batalha de Solskel, onde Harald vence e assim toma posse dos distritos da área e ali coloca homens de sua confiança para cuidar do governo e da defesa, conseguindo em seguida conquistar também a parte sul da região citada, após enfrentar uma nova coligação de líderes opositores a seu domínio.

Por fim, após conquistar as regiões de Vermaland, Vilgunmork, e Gautland, uma grande coligação de reis de Horthaland, Rogaland e Thelemark com um grande exército de resistência aos avanços de Harald é derrotada por ele e suas forças na grande e violenta batalha de Hafrsfjord, que resultou na morte e fuga para o exílio de muitos destes reis e líderes inimigos. Após esta batalha, nenhuma resistência significativa foi mais encontrada pelo rei Harald Harfager que impedisse seu domínio como rei único sobre a Noruega, que foi consolidado tendo a maior parte da nobreza local a seu favor. Tradicionalmente, a data indicada para a batalha de Hafrsfjord é o ano de 872 segundo as fontes, porém, há debates entre especialistas sobre a possibilidade de ter ocorrido anos depois, existem hipóteses alternativas que sugerem que poderia ter ocorrido não antes do ano de 885, entre essa data e o ano de 900 (JONES, 1984, p. 89).

Existem dúvidas sobre a real extensão dos domínios de Harald sobre a Noruega, ou seja, sobre até que ponto o mesmo teria conseguido o domínio do país como um todo sob seu reinado, mas com certeza sabe-se que sua campanha militar de unificação foi um divisor de águas na história dos reis da Noruega, por conta do excepcional modo em que exerceu sua autoridade pessoal, tornando-o um líder inquestionável nos territórios que conquistou (Idem, p. 90).



Tendo sido dada uma contextualização da formação dos reinos e territórios escandinavos da Era Viking, passaremos agora a uma contextualização da expansão dos povos escandinavos pela Europa no período, através de seus ataques de saques, pirataria e também colonização. Como já foi mencionado no capítulo anterior, convencionalmente, para fins didáticos, o ano de 793 é apontado como o marco inicial da Era Viking, por ter nesse ano ocorrido o primeiro ataque nórdico mais significativo documentado na Europa cristã contra o mosteiro de Lindisfarne na Inglaterra, e seu marco final apontado para 1066 com a morte do rei Harald Hardrade na batalha de Stamford Bridge também na Inglaterra. Os ataques vikings abrangeram quase toda a Europa, e cada ponto do continente alcançado por sua ação obedeceu à esfera de influência dos grupos oriundos de cada território escandinavo e ocorreram por diferentes motivações.

As atividades vikings norueguesas voltaram-se predominantemente para o oeste, em direção ao Atlântico Norte e suas ilhas, a costa escocesa, e a Irlanda, além de terem penetrado de forma profunda a Inglaterra, além de terem explorado juntamente com os dinamarqueses a França. Os interesses noruegueses voltaram-se também, de forma marcante, para as ilhas do Norte, como as Ilhas Faeroe, Islândia e Groenlândia, muito em função do já citado domínio do rei norueguês Harald Harfager, que forçou muitos de seus inimigos à migração para essas áreas, sendo as atividades nestas últimas regiões citadas mais voltadas para a colonização das mesmas, e não a pilhagem.

Os suecos já voltaram as suas atividades para o leste, concentrando-se predominantemente na Rússia, Bizâncio, e até o mundo árabe, além do mar Báltico que compartilhavam com os dinamarqueses. Estes últimos concentravam suas ações mais para o sudoeste, devido às barreiras naturais que os separavam de seus vizinhos saxões ao sul e dos eslavos a sudeste, assim os dinamarqueses dirigiram suas ações para as costas francas e frísias, além da Inglaterra e de regiões do mediterrâneo.

A título de exemplo, as ações vikings podem ser classificadas em diferentes modalidades, que podem ser classificadas como ataques piratas comandados por indivíduos, expedições políticas, aventuras colonizadoras, e penetração comercial (BRONDSTED, pp. 27-31).

Os ataques piratas comandados por indivíduos foram muito numerosos durante a Era Viking, e são os primeiros que vem à mente no imaginário popular quando se fala em vikings. Como exemplo desta modalidade de atividade, podemos mencionar o próprio

ataque ao mosteiro de Lindisfarne em 793, relatado na *Crônica Anglo-Saxônica*, e eram caracterizados por ataques a locais específicos onde sabia-se que poderia ser encontrada uma certa ou boa quantidade de riqueza, como por exemplo os próprios mosteiros. Estes ataques alcançaram seu auge principalmente durante o século IX, a princípio levados a efeito por noruegueses, mas posteriormente praticados também tanto pelos suecos como pelos dinamarqueses. Estes pequenos ataques eram mais comumente comandados principalmente por líderes guerreiros de menor projeção do que por reis e nobres de maior prestígio, embora estes também praticassem esta modalidade de ataque, que continuou a ocorrer durante todo o período viking.

As expedições políticas caracterizavam-se principalmente como campanhas militares movidas por reis ou nobres contra inimigos. Nesta modalidade de ataque podem ser mencionadas como exemplo as ações militares comandadas pelo rei dinamarquês Godofredo contra os eslavos e Carlos Magno no início do século IX. Diferente dos ataques de pirataria, estas eram operações militares que objetivavam a conquista de territórios que poderiam ser política e comercialmente valiosos aos reis ou outros nobres que as arquitetavam.

A modalidade de ação viking que resultou nas maiores campanhas militares em direção a terras estrangeiras foi a das aventuras colonizadoras. Estas ocorreram principalmente desde a última metade do século IX até aproximadamente a primeira metade do século XI, sendo lideradas principalmente por dinamarqueses e noruegueses, tendo havido também a participação dos suecos. Durante este período grandes partes da França, Inglaterra e Irlanda foram ocupadas e governadas pelos nórdicos, sendo estas ocupações comandadas por indivíduos de elevada posição social, em que na maioria das vezes os líderes tinham posições equivalentes, sem a existência de algum comandante superior, e o modo de operação destas expedições colonizadoras consistia em ocupações militares de base durante o inverno, e o avanço para a região meta que se queria ocupar dentro das terras invadidas durante o verão. Nesta modalidade de ação viking se enquadram também as ocupações de territórios desabitados ou pouco habitados com o objetivo de colonização, como as ocupações das Ilhas Faeroe, da Islândia e da Groenlândia pelos noruegueses.

A modalidade de ação caracterizada pela penetração comercial possui poucas informações sobre as atividades no oeste europeu, mas possui informações abundantes

em relação ao leste, e nesta área foi praticada intensamente pelos suecos nas regiões eslavas, por exemplo.

Destacaremos agora, ainda para efeito de contextualização histórica sobre a Era Viking, alguns dos principais feitos nórdicos em terras estrangeiras. Em relação à Inglaterra, após os primeiros ataques no século VIII, dentre os quais destacamos aqui o caso do mosteiro de Lindisfarne, seguiu-se um período de relativa calma que durou aproximadamente até 835, e daí até aproximadamente 850 ocorreu mais uma onda de ataques de pirataria que não visavam colonização. A partir desse ano, foi crescendo o número de ataques nos quais os nórdicos permaneciam acampados no inverno e davam sinais de uma mudança de objetivo no sentido de ocuparem territórios para colonização, com destaque para a chamada “Grande Frota” viking que chegou na região da Ânglia Oriental entre os anos de 865/866.

A partir da chegada da “Grande Frota”, seguiu-se um grande movimento de ocupação nórdica que subjugou a partir daí quase toda a Inglaterra, com exceção apenas do reino de Wessex, ficando a vasta área ocupada pelos vikings conhecida como “Danelaw”. Este grande movimento de colonização viking e seus conflitos decorrentes durou até aproximadamente o ano de 896, quando se dispersou a chamada “Grande Frota” ou “Grande Exército” viking na Inglaterra, e posteriormente a monarquia inglesa conseguiu reconquistar os territórios que compunham o “Danelaw”.

Apesar da dispersão do grande exército viking, a região inglesa da Nortúmbria continuou sofrendo ataques e invasões nórdicas no século X, com destaque para o domínio do rei Eric, o Machado sangrento, filho do rei norueguês Harald Harfager, tendo ocupado e reinado sobre a Nortúmbria por duas vezes, entre os anos de 947 e 948 e entre 952 e 954, quando Eric teria sido derrotado e morto pelos ingleses na batalha de Stainmore em 954 (HEATH, MCBRIDE, 1985, p. 15).

A partir do ano de 978 começa a ocorrer uma nova onda de ataques piratas vikings à Inglaterra, que vão gradualmente aumentando mesmo com o pagamento de um tributo aos agressores, o chamado “Danegeld”, em troca da não continuidade dos ataques, o que não ocorria de forma permanente, inclusive o pagamento deste tributo acabava por encorajar novos ataques por parte dos escandinavos objetivando recebe-lo em troca de uma suposta paz. Os ataques acabaram ocorrendo todos os anos entre 997 e 1014 por exemplo, muito devido também ao enfraquecimento militar dos ingleses neste momento,

o que culminou nas ofensivas e no domínio do rei dinamarquês Sven Barba Fendida sobre a Nortúmbria e a Ânglia oriental consolidado em 1013, regiões que seus descendentes continuaram dominando até 1042. Após esta linhagem de reis, o trono inglês veio a ser pretendido pelo rei norueguês Harald Sigurdson, também chamado de Harald Hardrade.

Hardrade, sobre quem falaremos mais detalhadamente no capítulo destinado às análises de caso dos reis noruegueses, após ter conquistado a completa soberania sobre a Noruega em 1047, dirige esforços de conquista para a Inglaterra, lançando uma grande ofensiva sobre o país em 1066, quando morre em combate durante a batalha de Stamford Bridge, contra as forças do rei inglês Harold Godwinson. Apesar de terem ainda ocorrido saques ocasionais à Inglaterra até aproximadamente o ano de 1151, a ação de Harald Hardrade foi considerada a última grande empreitada viking.

Além do Ocidente europeu, sobre o qual mencionamos as atividades vikings na Inglaterra, outras notáveis ações dos nórdicos tiveram lugar no Leste. Embora desde o século VII os nórdicos tenham praticado comércio nas regiões a leste do Báltico, a primeira ação de pirataria se deu em 852, quando uma horda sueca exigiu tributos (Danegeld) dos habitantes da cidade de Novgorod. Posteriormente cresceu o número de atividades de suecos na região, e as atividades de comércio e colonização se tornaram muito comuns, tendo sido eficientes em estabelecer domínio sobre a população eslava local, que chamava os colonizadores de *Rus*. Por volta de 858 já haviam se estabelecido em Kiev, e dali passaram a executar ações de pirataria contra o Império Bizantino, e por volta de 860 tentaram sem sucesso atacar Constantinopla descendo pelo rio Dnieper e pelo Mar Negro, e outras grandes ofensivas contra o Império foram feitas entre os anos 907 e 944, sendo gradualmente assimilados pela população eslava e acabando por se tornarem uma parte da mesma.

Apesar das assimilações, as atividades vikings praticadas por escandinavos, que bizantinos e árabes utilizavam o termo “Varangianos” para designar, continuaram a ocorrer no Leste durante o século XI, sendo que muitos destes nórdicos atuavam como mercenários para príncipes de Kiev e Novgorod, uma prática que teria ocorrido até pelo menos o ano de 1043. A partir destas regiões, muitos vikings acabavam partindo para Constantinopla e integrando os exércitos do Império Bizantino também como mercenários, dando origem então à chamada Guarda Varangiana.

A criação da guarda Varangiana resultou da desconfiança do imperador Basílio II sobre sua própria guarda nativa, tendo recebido em 988 do príncipe Vladimir de Kiev a assistência de aproximadamente seis mil nórdicos, nos quais passou a confiar por ouvir relatos sobre sua lealdade em serviço, por preservarem suas alianças e terem uma disposição contrária à traição. As sagas islandesas possuem relatos de homens que em algum momento de suas vidas foram à Constantinopla e se colocaram à serviço da Guarda Varangiana, sendo comum haver indivíduos provenientes tanto da Suécia, como Noruega, Dinamarca ou Islândia atuando em suas tropas. Até o ano de 1066 a guarda era composta principalmente por escandinavos, passando após esta data a receber também o influxo maior de outros povos como por exemplo os anglo-saxões.

Feita uma contextualização do surgimento e desenvolvimento das monarquias nórdicas, seus povos e suas ações de expansão durante a Era Viking, nos ocuparemos agora de tratar das questões relativas à guerra e monarquia entre os escandinavos neste período; porém antes, para efeitos comparativos, é interessante entendermos como estes aspectos funcionavam nas sociedades da Europa cristianizada, para assim compreendermos melhor as peculiaridades da cultura guerreira viking.

A parte ocidental do continente europeu durante a Idade Média, o portanto assim chamado ocidente medieval, cristianizado já muito antes do período viking, construiu suas estruturas culturais, políticas e sociais a partir do declínio do Império Romano e de sua civilização, e da fusão dos elementos desta com a cultura dos povos germânicos que penetraram nos territórios de Roma no contexto de sua decadência, promovendo as assim chamadas invasões “bárbaras” ou germânicas.

Os diversos povos germânicos que ocuparam os territórios outrora romanos, acabam assim formando os reinos germânicos, que além dos elementos de sua própria organização peculiar, incorporam também elementos culturais do império no momento de seu declínio como a religião que predominava no mesmo durante este contexto, ou seja, o cristianismo. Esta fusão cultural, portanto, foi um fator de grande influência no modo de se combater do ocidente cristão medieval, que em alguns pontos convergem, mas em outros divergem, devido às características culturais de cada povo, com os fatores motivadores de ir à guerra dos escandinavos na Era Viking, tanto quanto ao papel dos reis nas guerras, e o papel que as guerras representavam para os reis.

Assim como os nórdicos valorizavam os líderes que estavam à frente de seus exércitos em combate como legítimos por isso a ocuparem suas posições de comando, e esperavam que seus reis fossem grandes comandantes militares, semelhante também era o costume entre os reinos do ocidente cristão medieval durante o período viking, fato que se deve à cultura germânica que herdaram, sendo assim o costume entre os reis que os próprios, os filhos, ou algum parente próximo liderasse os exércitos em batalha. Da mesma forma era comum em alguns casos se combater com a perspectiva da obtenção de saques, de se conquistar territórios de líderes adjacentes ou para obtenção de favores ou privilégios de líderes mais poderosos, apesar de com o tempo algumas destas práticas guerreiras terem sido abolidas, por conta de um grande fator diferenciador entre os guerreiros do ocidente europeu cristão e o norte da Europa viking, que era a ética cristã.

A ética cristã assim diferenciava os combatentes medievais já na alta Idade Média de seus antecessores germânicos, embora nem sempre esta ética fosse seguida ortodoxamente e fosse passível inclusive de muitos desvios. A ideia da ética cristã era que a guerra deveria obedecer a um contexto “apropriado”, ou seja, deveriam ser abolidos costumes como massacrar e escravizar membros de exércitos derrotados, exceto que fossem compostos por pagãos, e os combatentes antes de partirem para as batalhas deveriam além de outros ritos de consagração, confessarem os pecados e comungar.

No ocidente cristão também foi elaborada pelos membros do clero a conhecida teoria da “guerra justa”, na qual as guerras deveriam acontecer por motivos justos como em defesa da religião ou para se defender de “bárbaros” que atacassem os territórios cristãos. Assim a igreja entre outras coisas, ordenava também que o guerreiro que matasse durante uma guerra deveria se penitenciar, o que dificilmente na prática ocorria (JESTICE, 2012, pp. 16-20).

Desta forma, através da introdução da ética do cristianismo na guerra e na condução da mesma pelos monarcas, consolidando-se a fusão dos elementos cristãos e do Império Romano, é construído o *ethos* guerreiro da civilização do ocidente medieval cristianizado durante a alta Idade Média, como pode ser visto segundo Guy Halsall:

(...) With this in mind, it will not surprising that warfare and the right to control or participate in it was very important aspect of the construction of various forms of identity in this period. At the very top of

society, early medieval kingship was closely bound to up with warfare. Traditionally this was seen as an inheritance from ancient Germanic traditions imported in to the rest of Europe as Germanic barbarians took over political control of former roman provinces. (...) Fifth- and Sixth-century panegyrics for early medieval western kings habitually stress their martial valour. By the seventh century, the Old Testament had become a key source of ideas about kingship, as it was obviously full of models of the righteous warrior king, such as David or Joshua. In a sense, the characteristics of idealized kingship had not altered, but the idioms through which they were expressed had changed towards a greater relative emphasis upon old testament biblical models. Older motifs remained on and of course there was considerable overlap between the two, not simple in terms of the array of characteristics regarded as making up a good king, but also because the Western Rome Empire had been Christian for the last century and a half of its existence. (...) Another origin for the military function of the post roman kings was the roman army itself. A number of early medieval dynasties, and 'peoples' arose in the context of military service in the Roman Empire. (HALSALL, 2003, pp. 25-26).<sup>3</sup>

Após esta breve abordagem sobre a ética norteadora das atividades bélicas no ocidente europeu cristianizado, analisaremos agora o *ethos* militar escandinavo no contexto da Era Viking. Os vikings, ou seja, os escandinavos que empreendiam atividades de saque e pirataria predominantemente no exterior, deixavam suas terras natais e se dedicavam a estas ações impulsionados principalmente pela busca por, além de um

---

<sup>3</sup> (...) Com isso em mente, não é de se surpreender que a guerra e o direito de se controlar ou participar dela fosse um aspecto muito importante da construção de várias formas de identidade nesse período. No topo da sociedade, o reinado medieval primitivo estava intimamente ligado à guerra. Tradicionalmente, isso foi visto como uma herança de antigas tradições germânicas importadas para o resto da Europa, enquanto os bárbaros germânicos assumiam o controle político das antigas províncias romanas. (...) Os panegíricos do quinto e sexto século para os reis ocidentais medievais habitualmente enfatizam seu valor marcial. No século VII, o Antigo Testamento tornou-se uma fonte chave de idéias sobre o reinado, como obviamente estava cheio de modelos do justo rei guerreiro, como Davi ou Josué. Em certo sentido, as características do reinado idealizado não se alteraram, mas os idiomas através dos quais foram expressos mudaram para uma maior ênfase relativa nos modelos bíblicos do antigo testamento. Os motivos mais antigos permaneceram e, claro, houve uma sobreposição considerável entre os dois, não apenas em termos da série de características consideradas como as de um bom rei, mas também porque o Império ocidental de Roma tinha sido cristão por um século e meio da sua existência. (...) Outra origem para a função militar dos reis pós romanos foi o próprio exército romano. Uma série de dinastias medievais primitivas e "povos" surgiram no contexto do serviço militar no Império Romano. (Tradução independente)

marcante entusiasmo aventureiro, liberdade e riquezas materiais, não necessariamente o faziam em nome de reis, deuses ou busca por territórios. A busca destes indivíduos se relacionava com ganhos econômicos, controle marítimo e pelas vantagens proporcionadas pela posse dos bens obtidos nos saques, que se traduzia em poder comercial, o que podia trazer aos indivíduos participantes glória pessoal, prestígio, e boa posição social.

A Escandinávia durante o período viking possuía menores condições para a sobrevivência do que em outras partes da Europa, constituindo-se um local mais frio e de terra estéril do que em outras regiões do continente, por isso a perspectiva de se sair aos mares em atividades vikings se tornava para os nórdicos um atrativo para se facilitar a sobrevivência, e assim se conseguir uma maior obtenção de riquezas e bens. Desta maneira, o comércio e o saque muitas vezes ocorria de forma combinada, de maneira que a pirataria representava uma oportunidade mais rápida de se obter riquezas. (SPRAGUE, 2007, pp. 33-34).

Mudanças políticas nas regiões de origem também eram um importante fator motivador para que indivíduos se dedicassem às atividades vikings no exterior. Por exemplo, na segunda metade do século IX, durante as ofensivas militares movidas pelo rei Harald Harfager durante a unificação norueguesa, como já foi mencionado, houve uma massiva fuga de dissidentes de seu domínio para as regiões das ilhas do litoral britânico próximas à Escócia além da colonização da Islândia, e era de praxe a prática de saques e pirataria por parte destes indivíduos para a obtenção de riquezas e recursos mares afora.

Entre os escandinavos da Era Viking, não havia uma distinção entre vida militar e civil clara, os aspectos civis e militares na sua sociedade constituíam-se como elementos combinados (GRIFFITH, 1995, p. 22), a atividade militar mais conhecida dos vikings que era a pirataria, por exemplo, era motivada na maioria das vezes por uma perspectiva de subsistência e sobrevivência, daí a perspectiva de ser um guerreiro ou “soldado” para os nórdicos se relacionava com a seguinte ideia:

(...) To a Viking, the best definition of a soldier would surely have amounted to little more than ‘an ordinary citizen who understands that he’s living in a dangerous human environment’. He has to carry personal protection and to be a master of lethal force when necessary,



although this may not mean he is any less of a handyman, a navigator, a husband, or an athlete. In a society with very warlike codes of social, religious, literary and legal practice this definition would mean that almost all adult males might be counted as 'soldiers'. (...) Who, after all, could possibly doubt that sword and shield were needed to defend croft and boat, just as plough and fishing-line were needed to bring forth the wealth of land and sea respectively? War and peace were indeed inseparable in Viking society, as has been very understood by most modern scholars. (GRIFFITH, 1995, p. 23).<sup>4</sup>

Um viking nem sempre entrava em combate por motivos políticos, e se o fizesse, não estaria motivado apenas por razões desta natureza. Sua ética guerreira muito mais estava ligada a uma cultura de coragem, honra e bravura para sobreviver, para manter sua subsistência e ganhar prestígio pessoal do que para seguir uma ética religiosa ou política puramente, embora estes aspectos também fizessem, naturalmente, parte de sua sociedade. Seguir a um rei ou um senhor na Escandinávia viking muito mais estava relacionado aos ganhos e vantagens que este rei ou senhor poderia proporcionar a seu séquito guerreiro e à reputação que estes guerreiros conseguiriam angariar nos combates.

O *ethos* guerreiro peculiar dos nórdicos se deve em muito ao fato de terem permanecido por muito tempo longe das influências dos resquícios da civilização romana e da civilização cristã durante a maior parte da alta Idade Média; desta forma, entre os vikings, qualquer "civil" era um potencial guerreiro, pois qualquer indivíduo livre poderia portar armas, diferentemente dos reinos cristãos do mesmo período da Idade Média, onde apenas determinados estratos da sociedade, como a nobreza, tinham esta prerrogativa. O treinamento militar para os vikings não ocorria de maneira formal, geralmente era adquirido de acordo com a própria experiência, de forma natural:

---

4

(...) Para um Viking, a melhor definição de um soldado certamente teria ascendido a pouco mais do que "um cidadão comum que entende que ele está vivendo em um ambiente humano perigoso". Ele tem que carregar proteção pessoal e ser mestre da força letal quando necessário, embora isso não signifique que ele seja menos um trabalhador, navegador, marido ou atleta. Em uma sociedade com códigos de prática social, religiosa, literária e jurídica bem guerreiras, essa definição significaria que quase todos os homens adultos poderiam ser considerados "soldados". (...) Quem, afinal, poderia duvidar que a espada e o escudo fossem necessários para defender fazenda e barco, assim como arado e linha de pesca eram necessários para produzir a riqueza da terra e do mar, respectivamente? Guerra e paz eram, de fato, inseparáveis na sociedade viking, como tem sido muito compreendido pela maioria dos estudiosos modernos. (Tradução independente)

The Vikings employed basic war tactics. They had few formal weapons and little battlefield training, nor were they part of an organized and disciplined army that relied on extensive formations. But because they lived in a society built on warrior codes such as bravery and honor, when called upon, most adult males were prepared to pick up arms and fight. Basic weaponry skills were acquired at home or on hunting trips from a young age, promoted and taught by elders. Others skills were learned on a trial and error basis during the raids themselves. Paradoxically, the lack of a formal military organization was a contributing factor to Viking military success and enabled them to be unorthodox and unpredictable in their approach, especially in their combined use of sea and land warfare. (SPRAGUE, 2007, p. 169).<sup>5</sup>

Como foi discutido no capítulo anterior, John Keegan faz uma crítica à visão da guerra como mera continuação da política do historiador militar prussiano Clausewitz. Da mesma forma, em seu estudo sobre a arte da guerra viking, o faz Paddy Griffith. O autor defende que a guerra ao modo dos vikings varia de motivações de acordo com os objetivos, e estabelece tipos de ações guerreiras nórdicas que podem ser identificadas conforme suas peculiaridades. (GRIFFITH, 1995, pp. 105-109). Dentre os exemplos de tipos de ações bélicas empreendidas pelos nórdicos, estão as guerras entre famílias, as “ações da casa real”, as ações do tipo “sair como viking”, e a também assim chamada “campanha do exército real”.

As guerras entre famílias consistiam basicamente em guerras travadas de uma família contra outra com a finalidade, por exemplo, de vingar alguma ofensa ou algo do gênero. Este tipo de guerra é amplamente relatado nas sagas islandesas de famílias, sendo, portanto, também denominado como “guerra das sagas”.

O tipo de guerra que consistia em expedições conduzidas por reis dentro de um ou mais territórios configurava-se como as chamadas “ações da casa real”. O objetivo era

---

<sup>5</sup> Os vikings empregavam táticas básicas de guerra. Eles tinham poucas armas formais e pouco treinamento de campo de batalha, nem faziam parte de um exército organizado e disciplinado que dependia de formações extensivas. Mas porque eles viviam em uma sociedade construída com códigos guerreiros como a bravura e a honra, quando convocada, a maioria dos homens adultos estavam preparados para pegar em armas e lutar. As habilidades básicas de armamento foram adquiridas em casa ou em viagens de caça em uma idade jovem, promovidas e ensinadas por mais velhos. Outras habilidades foram aprendidas com base em testes e erros durante as próprias invasões. Paradoxalmente, a falta de uma organização militar formal foi um fator contribuinte para o sucesso militar viking e permitiu que eles fossem pouco ortodoxos e imprevisíveis em sua abordagem, especialmente em seu uso combinado da guerra marítima e terrestre. (Tradução independente)

se conquistar territórios, conquistar assim novos súditos, buscar seu apoio e coletar dos mesmos taxas impondo domínio, desta forma, os que aceitassem se sujeitar eram favorecidos com riquezas e vantagens, e os indivíduos que não aceitassem o domínio eram combatidos.

O tipo de ação bélica conhecido como “sair como viking”, simplesmente eram ações de pirataria e saques conduzidas mais comumente por particulares, conforme já foi comentado neste capítulo. Através da pirataria e dos saques, buscava-se riqueza e prestígio pessoal, além das ações terem também em alguns casos o objetivo de vingança ou de se punir inimigos.

A “campanha do exército real”, semelhante a “sair como viking”, possuía os mesmos princípios desta última modalidade citada, porém diferenciava-se da mesma por ser conduzida por exércitos maiores, geralmente comandada por líderes de maior prestígio como por exemplo, reis exilados.

Podemos então ver que a cultura guerreira viking obedecia a um *ethos* peculiar, baseado numa cultura de prestígio guerreiro individual que era compartilhada de forma coletiva. Para esta cultura significava honra se demonstrar coragem, a guerra fazia parte da vida cotidiana, sendo inseparável da mesma, de modo que pegar em armas era comum aos homens de qualquer camada social, e esta cultura bélica era refletida na própria estratégia e ideais militares que eram reforçados muitas vezes na mitologia nórdica:

The Vikings prized a number of military ideals. The strength and courage of Thor the thunderer is an obvious example, just as skill at arms, in the sense of adroit personal weapon-handly, was obviously important to the up-bringing of anyone with the least pretention to nobility, and to many of others besides. Skill in seafaring was also clearly an immensely useful attribute that could be learned by daily experience. But beyond such things there was also the more slippery ideal of Odin the Wily war god, who was simultaneously the god of poetry, education, deceit, and trickery. The association of all these qualities in a single figure tell us something important about the doctrinal background to Viking warfare, insofar as it shows us that they would not always want to rush unthinkingly in to a frontal attack. Cheating, and ‘striking the enemy

where he isn't' were both very central to the Viking art of war. (GRIFFITH, 1995, p. 109).<sup>6</sup>

Interessante também, é destacar o papel dos poemas compostos pelos poetas nórdicos, os *Skalds*, em honra às vitórias de reis e outros líderes em batalha na construção do ideal guerreiro viking. Nestes poemas a coragem e bravura dos reis e nobres na liderança dos exércitos eram destacadas e tinham, além do louvor aos feitos destes líderes, a função também de inspirar as hordas de guerreiros e os mais jovens a enfrentar o combate com a mesma coragem, e nunca fugir de uma batalha:

(...) Yet the praise poems do not acknowledge the possibility of tactical retreat: if a warrior leaves the battlefield, it is because he has already been defeated. The statement is therefore meant ideologically rather than realistically, and its function must be, like the English law, to indoctrinate the young warrior, to prepare him for doing that which most people find it unnatural to do. (...) In skaldic verse, the leader who does not flee is a role model, showing the young warrior listening to the poem how to behave in battle. And when the troops are in battle, the leader's duty is to remind them that flight is not allowed. (JESCH, 2009, p. 75).<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Os vikings valorizaram uma série de ideais militares. A força e a coragem de Thor o trovejante é um exemplo óbvio, assim como a habilidade em armas, no sentido de uma arma pessoal habilmente apropriada, era, obviamente, importante para a ascensão de qualquer pessoa com a menor pretensão de nobreza e muitas outras além disso. A habilidade na navegação também era claramente um atributo imensamente útil que poderia ser aprendido pela experiência diária. Mas, além de tais coisas, havia também o ideal mais perverso de Odin, o astuto deus da guerra, que era simultaneamente o deus da poesia, da educação, do engano e das fraudes. A associação de todas essas qualidades em uma única figura nos diz algo importante sobre os antecedentes doutrinários da guerra viking, na medida em que nos mostra que eles nem sempre querem se precipitar sem pensar em um ataque frontal. Enganar, e "atacar o inimigo onde ele não está" eram ambos muito centrais para o arte da guerra viking. (Tradução independente)

<sup>7</sup> (...) No entanto, os poemas de louvor não reconhecem a possibilidade de uma retirada tática: se um guerreiro sai do campo de batalha, é porque ele já foi derrotado. A afirmação tem, portanto, um significado mais ideológico em vez de realista, e sua função deve ser, como a lei inglesa, doutrinar o jovem guerreiro, prepará-lo para fazer o que a maioria das pessoas acha que não é natural fazer. (...) No verso skaldico, o líder que não foge é um modelo a se seguir, mostrando ao jovem guerreiro ouvinte do poema como se comportar em batalha. E quando as tropas estão em batalha, o dever do líder é lembrá-los de que fugir não é permitido. (Tradução independente)

Assim percebemos o quanto a guerra desempenhava um papel de grande importância na construção do poder monárquico. O indivíduo pretendente ao domínio real precisava construir uma boa relação com a aristocracia, e as alianças entre os reis e as aristocracias possuíam um forte caráter militar, assim a guerra e a obtenção de saques possuía um papel fundamental na construção destas alianças, pois a guerra e os saques eram meios pelos quais se obtinha recursos e distribuía-se os mesmos dentro da sociedade. A forma que o rei distribuía recursos e riquezas entre os membros da aristocracia era uma forma de se demonstrar a generosidade que se tinha para com os mesmos, assim sendo um elemento chave para a construção e manutenção de alianças, relação esta, portanto, em que o rei distribuía aos aristocratas riquezas e posições privilegiadas, e os mesmos deveriam em troca oferecer ao rei seu apoio e homens para a guerra.

Os reis escandinavos da Era Viking deviam muito de sua posição às riquezas obtidas pela glória militar, e isso era o grande objeto pelo qual construía sua reputação e eram admirados e louvados:

The hunt for glory and silver, the prerequisites for gaining power, is therefore a dominant theme in the history of the Viking Age. Viking kings were surrounded by glittering splendor, and the scalds, who composed their poems in honour of princes, praised victorious battles, swords and ships, great booty and distant expeditions, courage and loyalty, as well as rich rewards for the prince's men. The weapons found in pagan graves of the upper classes reflect these military ideals, and dead heroes went to Valhalla, ruled by the warrior god Odin, where the time was spent fighting and feasting in noble company with like-minded men. In life, the chieftains as well as the king surrounded themselves with a *Lid*, a band of warriors who constituted a *félag*, and were bound to their lord by mutual loyalty. They were his bodyguards, they accompanied him on expeditions and other journeys, and aided him in word and deed. (ROESDAHL, 1998, p. 67).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A caça por glória e prata, os pré-requisitos para ganho de poder, é, portanto, um tema dominante na história da Era Viking. Os reis vikings estavam rodeados de um esplendor brilhante, e os scalds, que compunham seus poemas em homenagem aos príncipes, louvavam batalhas, espadas e navios vitoriosos, grandes saques e expedições distantes, coragem e lealdade, bem como ricas recompensas para os homens do príncipe. As armas encontradas em túmulos pagãos das classes superiores refletem esses ideais militares,

É interessante também destacar, que durante o período de formação das monarquias escandinavas entre os séculos VIII e XI, conforme os relatos que deram origem às sagas reais, sobretudo o *Heimskringla*, produziu-se uma identidade bélica. As guerras neste período, falando-se mais especificamente do contexto norueguês, se tornaram locais de uma afirmação identitária guerreira para os participantes nas mesmas em relação ao reino, além de sua função na obtenção e manutenção do poder monárquico em si (MIRANDA, 2014).

Os ideais de coragem e bravura nórdicos, além de representados pelos deuses guerreiros cultuados na Escandinávia viking, eram também representados por seus heróis míticos como Sigmund e Sinfjolth, pois estando presente um cotidiano violento na sociedade, estes heróis representavam os atributos de coragem em campo de batalha tão apreciados pelos vikings. Isto ocorria, naturalmente, pelo próprio caráter guerreiro presente na sociedade, onde situações de guerra e conflitos eram muito comuns, e como já mencionamos, a guerra era uma fonte também de obtenção de riquezas e recursos, além de poder e prestígio, sendo assim as virtudes guerreiras e heroicas fatores constitutivos dos valores morais na cultura escandinava do período. Assim, como essa sociedade estava mergulhada em uma cultura de violência, as narrativas mitológicas e as representações de heróis, deuses e narrativas relacionadas aos mesmos envolvidos em combates e guerras eram transmitidas aos nórdicos desde a juventude, construindo-se assim uma idealização da vida guerreira (PALAMIN, 2013).

Um elemento interessante da sociedade guerreira viking era a existência de elites de combatentes como a dos berserkers. Os berserkers, durante o período pagão da Era Viking, eram indivíduos intimamente ligados ao culto do deus guerreiro supremo nórdico Odin, e que durante o combate manifestavam um tipo de fúria fora do comum e do qual a origem é muito debatida como sendo proveniente, por exemplo, de um tipo de transe religioso, do consumo de substâncias alucinógenas, ou ainda:

---

e heróis mortos iam para Valhalla, governados pelo deus guerreiro Odin, onde passavam o tempo lutando e banqueteadando-se em nobre companhia com homens de mentalidade semelhante. Em vida, os chefes e o rei se cercavam com um *Lid*, uma banda de guerreiros que constituíam um *félag*, e estavam ligados a seu senhor pela fidelidade mútua. Eles eram seus guarda-costas, eles o acompanhavam em expedições e outras jornadas, e ajudavam-no em palavras e ações. (Tradução independente)

In reality this berserker fury was probably a form of paranoia, possibly related to a belief in lycanthropy, while in some cases it may even have been prompted by an epileptic attack. Whatever it was, it was clearly an hereditary condition rather than something that could be learnt. One account actually tells us that a particular man's 12 sons were all berserks: 'It was their custom, if they were with their own men when they felt the berserk fury coming on, to go ashore and wrestle with large stones or trees; otherwise in their rage they would have slain their friends.' (HEATH, MCBRIDE, 1985, p. 47).<sup>9</sup>

Lobos e ursos eram animais comumente associados aos berserkers e seu comportamento em batalha, sendo esta classe de guerreiros descrita como de grande valor em combate, e por serem considerados combatentes especialmente favorecidos por Odin, costumavam compor a guarda pessoal de reis escandinavos, costumando estarem na linha de frente das batalhas travadas por estes monarcas.

Em relação ao modo de guerra viking, geralmente eram comuns os combates a pé, porém, embora provavelmente isto não fosse o habitual, existem também indícios arqueológicos da existência de guerreiros montados. Os nórdicos utilizavam seus navios de guerra preponderantemente para transportarem os guerreiros para as batalhas em terra firme, além de sua utilização nas batalhas navais, que costumavam ocorrer com menos frequência. Conforme também os achados arqueológicos mostram, os vikings utilizavam para a proteção elmos cônicos, escudos de madeira arredondados, e cotas de malha como armadura.

Os vikings, tanto por conta de sua disposição para o combate, quanto por seu armamento, impunham terror a seus inimigos. O modo de se combater nórdico tinha como primeiro requisito básico a força física e a coragem, e outro requisito importantíssimo

---

<sup>9</sup> Na realidade, essa fúria berserker era provavelmente uma forma de paranóia, possivelmente relacionada a uma crença na licantropia, enquanto que, em alguns casos, poderia ser provocada por um ataque epilético. Seja como for, era claramente uma condição hereditária, em vez de algo que poderia ser aprendido. Um relato realmente nos diz que os 12 filhos de um homem em particular eram todos berserkers: 'Era costume deles, se eles estivessem com seus próprios homens quando sentissem a fúria berserker se aproximando, desembarcar e lutar com grandes pedras ou árvores; Caso contrário, em sua raiva, eles poderiam ter matado seus amigos.' (Tradução independente)

eram boas armas, que pudessem ser duráveis, eficientes e resistentes ao combate. As principais armas utilizadas pelos vikings eram machados de guerra, espadas, lanças, arcos e flechas, além de facas de combate.

Os escandinavos da Era Viking tornaram-se conhecidos e diferenciados de outros povos de sua época por conta da utilização do machado de guerra como arma. Os machados eram considerados como fatores diferenciadores dos vikings no campo de batalha causando consideráveis baixas aos adversários, por conta de serem pesadas armas cortantes, responsáveis por causar grande impacto psicológico ao inimigo devido ao seu tamanho, o que requeria que fossem empunhados com as duas mãos, sendo capazes pela força de seus golpes cortar até mesmo os escudos, elmos e cotas de malhas inimigos. De sua brutalidade como arma resultavam também vantagens estratégicas, como um alcance de golpe maior do que o das espadas e resultante de seu impacto psicológico o recuo de formações de paredes de escudos inimigas, fatores estes que tornavam o machado uma arma de guerra brutal e eficaz, sendo geralmente “batizados” com nomes próprios por seus donos e ornamentados em alguns casos de acordo com a posição social de seus possuidores.

As espadas eram armas prestigiosas para os combatentes vikings. Para garantir sua durabilidade e resistência, eram forjadas com técnicas sofisticadas de fabricação, e costumavam ser decoradas com metais preciosos conforme fosse o estrato social do seu possuidor, e assim como os machados recebiam nome próprio como uma forma de grande consideração dos guerreiros por seu armamento, ou mesmo por motivos religiosos ou místicos. As melhores espadas eram consideradas as produzidas pelos francos, que os nórdicos conseguiam através de saques, por ser comum tomarem armas de inimigos mortos em batalha, ou mesmo de importação; além disso, os escandinavos produziam também suas próprias espadas, tendo sido suas técnicas de ferraria aperfeiçoadas com o tempo, e além do campo de batalhas em si, as espadas eram também utilizadas conforme os costumes vikings, em duelos de honra.

As lanças eram as armas mais comumente portadas por combatentes de menor estamento social na Era Viking, por serem mais fáceis de serem disponibilizadas e produzidas, apesar de também serem utilizadas por guerreiros de posição social aristocrática, e tinham função tanto para ataques à distância quanto para ataques corpo-a-corpo de acordo com a variação de seu tamanho. Dentro da mitologia nórdica tinha o significado de ser a arma predileta do deus supremo Odin e lanças compunham as paredes



do Valhalla, o salão dos guerreiros mortos, havendo a crença de que o guerreiro que morresse portando sua lança, teria ela adicionada às paredes do mesmo. Tinha-se o costume de se iniciar as batalhas atirando-se as lanças contra o exército dos inimigos, que mesmo sendo defendidas pelos escudos, poderiam ter como função estratégica prejudicar sua formação de batalha e causar desordem na mesma, e sendo grande o número de lanças arremessadas poderia causar um número considerável de baixas.

Espadas curtas e facas de combate eram utilizadas tanto como armas quanto ferramentas pelos vikings, e tinham uma utilidade próxima a que se tem hoje das facas dos atuais soldados de infantaria, e além de sua utilização no combate corpo-a-corpo tinham também a possibilidade de serem arremessadas. A arquearia era também um elemento inseparável do combate viking, sendo utilizados arcos tanto longos quanto curtos, variando também em estilo as pontas das flechas, podendo cada arqueiro carregar em média por volta de quarenta flechas cada. Os arcos eram muito comumente utilizados pelos nórdicos em situações de cerco, disparando-os para além de fortificações e paliçadas, e em batalhas navais os tiros dos arcos eram direcionados contra as proas de navios inimigos, para se atingir o máximo de adversários possível, além de ser comum utilizar-se também a arquearia montada tanto em combate como em situações de caça.

A guerra era um fator de necessidade para os nórdicos do período viking, constituindo-se claramente um fator cultural inerente à sua sociedade, sendo assim, diversos aspectos culturais e sociais permeados pelos elementos guerreiros. Isso é percebido inclusive nas relações que tinham com suas armas e a ligação destas com as crenças em suas divindades, antes das conversões ao cristianismo, acreditando os guerreiros estarem sendo favorecidos pelos deuses por diversas maneiras em suas batalhas, daí ser muito comum, enquanto estivessem em combate, acreditarem que o resultado das mesmas estivesse traçado pelos deuses, restando aos combatentes arriscarem-se nas guerras para serem favorecidos de acordo com a vontade deles.

O modo de se combater viking, por ser fora do convencional para inimigos por exemplo, que seguissem uma outra ética cultural como a cristã, mostrava por isso muitas vezes grande eficácia, pois atacavam com objetivos bem definidos, como a busca por tesouros e escravos, atuando muitas vezes previamente com operações de espionagem e após os ataques procurando empreender uma rápida e eficiente retirada, o que muitas vezes causava confusão ao inimigo.

Podemos assim observar, de acordo com o pressuposto teórico da preponderância dos aspectos culturais sobre a guerra, que a mesma e a cultura do povo que a empreende estão intrinsecamente ligadas, assim podemos notar que tanto a cultura de guerra do ocidente medieval cristão quanto a da Escandinávia durante o período viking, mesmo havendo pontos em comum por conta das raízes germânicas, possuíam *ethos* diferentes e particulares a cada uma dessas sociedades, permeados pela própria construção de suas culturas.

Desta forma, o ocidente cristão da Idade Média empreendia suas guerras preferencialmente contra os não cristãos, e os nórdicos da Era Viking o faziam por questões mais relacionadas à sobrevivência e à aquisição de glória e prestígio pessoal apoiados numa cultura de coragem e bravura, tanto se tratando de reis que lutassem com o objetivo de expandir seus domínios, ou de piratas vikings que pegavam em armas para acumular riquezas oriundas do saque, ou ainda de exilados à procura de terras no exterior com o objetivo de colonização.

### **CAPÍTULO III: AS SAGAS ISLANDESAS COMO FONTE HISTÓRICA**

As sagas islandesas constituem-se como narrativas que tratam predominantemente de linhagens e famílias, tendo sua produção ocorrido na Islândia medieval e sendo destacados nas mesmas sobretudo as virtudes de coragem e honra. O estilo de suas narrativas era de forma predominante o da prosa factual, em que o eixo da história contada é concentrado num personagem de feitos memoráveis e dignos de lembrança, desta forma as sagas configuram-se como umas das principais fontes históricas escritas sobre a Era Viking, estando também entre os escritos literários mais importantes da literatura medieval. Além dos estudos sobre a própria Era Viking, as sagas também possuem grande relevância para os estudos do período medieval feudal e cristão, articulando-se também com os estudos sobre a cultura do período (LANGER, 2009a, p.1).

Existem semelhanças das sagas com as epopeias, tendo sido criadas num contexto de construção de identidade cultural, como uma forma de unidade e identificação entre os colonizadores islandeses, onde eram tratados em seus textos assuntos do cotidiano, tendo como fator diferenciador em relação às epopeias o fato de não serem narrativas poéticas. As sagas são classificadas por eixos temáticos, estando entre eles, por exemplo, sagas de reis, de família, lendárias, contemporâneas, etc. Em sua composição, as sagas também passaram por influências de outros gêneros literários, como a literatura clássica e a medieval em latim, nos momentos de maior produção das mesmas entre os séculos XII e XIV, tendo as sagas de um modo geral se originado de relatos orais de séculos imediatamente anteriores, que passaram à escrita a partir deste período.

Em relação aos estudos das sagas islandesas e da Escandinávia na Era Viking, por muito tempo predominou a metodologia que se originou no início do século XVIII e se prolongou até a primeira metade do século XX, que se pautava numa perspectiva de unidade cultural dos povos germânicos, de uma maneira muito universalista e generalista. Essa perspectiva de estudo sofreu grandes influências de construções nacionalistas, que ao fazer o resgate das sagas islandesas acabava por apresentar a Escandinávia viking como uma região absolutamente unificada culturalmente, no intuito de se construir uma idealização da Escandinávia moderna e sua sociedade de acordo com uma visão nacionalista, perspectiva esta que pouco considerava variações geográficas e linguísticas por exemplo, que devem ser levadas em consideração para se produzir pesquisas que

proporcionem uma melhor compreensão de um determinado tempo e lugar histórico (LANGER,2009a, p.5).

Uma nova perspectiva de estudos sobre a Era Viking foi constituída a partir da segunda metade do século XX, passando esta a considerar o contexto histórico e fatores regionais como elementos de relevância no momento de produção das sagas, evidenciando assim a Era Viking como um período histórico complexo, aproximando-se assim os estudos atuais sobre as sagas islandesas da Antropologia histórica, História cultural, social e comparada (LANGER, 2009a, p.6).

Métodos comparativos como o interno e o externo passam a fazer parte da atual metodologia de estudos sobre as sagas. O primeiro busca uma comparação das sagas com outras evidências produzidas pela sociedade escandinava da Era Viking como as inscrições rúnicas com o objetivo, por exemplo, de detectar mudanças de autoridade, governo ou religiosidade. O segundo busca identificar conexões externas de elementos culturais encontrados nas sagas, como ligações com outros povos com quem os vikings possam ter estabelecido contato, com o objetivo assim de se explicar com este tipo de análise conflitos e mudanças sociais por exemplo.

A oralidade teve um importantíssimo papel na composição das sagas, como podemos observar de acordo com Johnni Langer:

Os estudos sobre a oralidade das sagas islandesas estão relacionados, na realidade, diretamente às pesquisas sobre as origens da literatura escandinava. As investigações tradicionais criaram duas grandes vertentes teóricas: a da “prosa livre”, que enfatizava o papel primordial da narrativa oral na criação das sagas, e a “prosa livro”, que privilegiava a importância do escritor individual. Esta segunda vertente não excluía totalmente a oralidade, mas ela era usada somente em certas partes da saga para especificidades literárias, sempre evidenciando a autoridade criativa do indivíduo. Este ramo dos estudos propiciou o surgimento da concepção de autoria do “texto fechado” no mesmo caminho que os escritos contemporâneos (...) e que se tornou dominante nos estudos escandinavos e na forma de publicação das traduções desde o século XIX (...). (...) No entanto (...), a cultura oral continuou a influenciar mesmo depois da introdução da escrita latina pela igreja, e

também acabou sendo afetada por esse meio de transmissão cultural. Os autores/escritores da Islândia medieval não seriam mediadores passivos, mas adaptadores – uma tradição (oral) baseada em uma realidade (a época da narrativa escrita) por meio de suporte escrito, criando uma nova tradição em comum: a audiência imanente (...). (LANGER, 2009a, pp. 9-10).

Os Skalds, ou poetas vikings, tinham papel primordial na transmissão de histórias por meio da oralidade. Estes homens possuíam grande prestígio na sociedade, eram indivíduos pertencentes à nobreza e a famílias tradicionais nas artes poéticas, atuando assim em residências e propriedades de líderes locais, reuniões, conselhos e cortes reais. Transmitiam verbalmente as narrativas históricas e heroicas, e dentre suas atribuições folclóricas e tradicionais declamavam poemas que costumavam compor em homenagem a reis ou outras pessoas importantes. Os Skalds também eram grandes conhecedores da religião e do alfabeto rúnico, e era comum também sua atuação como inspiradores dos guerreiros antes das batalhas e como conselheiros dos reis, perpetuando desta maneira, através de sua ação, as aventuras, busca por riquezas e os feitos heroicos, produzindo relatos sobre homens portadores de virtudes admiradas pelos escandinavos.

Após as batalhas era muito comum os nórdicos reunirem-se para comemorar com muita comida e bebida. Geralmente durante estas reuniões costumava ocorrer a atuação dos Skalds, onde o líder local costumava ocupar o lugar de destaque nas falas dos mesmos, recebendo suas maiores atenções. Primordialmente o poeta lembrava em seu recital, através das estrofes de seus poemas as qualidades dos reis, seus feitos heroicos e diversos elogios, sendo seu principal objetivo transmitir ao povo as habilidades vikings como as de bravura, coragem, generosidade, astúcia e fidelidade (LANGER, 2009b, pp. 189-190).

As técnicas poéticas dos Skalds têm suas origens aproximadas no século VII, atravessando a Era Viking nos séculos compreendidos entre o VIII e o XI e durando até o século XIII. Entre os mais notórios Skalds estão Egill Skallagrímsson e Snorri Sturluson, autor da coleção de sagas dos reis da Noruega *Heimskringla*, além de ser o provável autor da saga que relata a história do próprio Egill. Sturluson escreve o *Heimskringla* baseando-se em grande parte na tradição oral dos Skalds e nos seus relatos poéticos, que se mantinham ainda muito presentes na tradição popular no momento em

que escreve, com poesias e relatos das cortes dos reis que governaram a Noruega, dessa maneira tornando possível a escrita das sagas reais que compõem a compilação escrita por Snorri no século XIII.

Os poemas skáldicos diferenciavam-se de outros tipos de poesia como a *Edda*, pelo fato de relacionarem-se a eventos contemporâneos a quando foram produzidos, pelo fato dos mesmos serem declamados de forma pública a grandes líderes e reis. Estes eventos narrados em forma poética, situavam-se em um contexto histórico específico, sendo transmitidos daí adiante através da memória e da palavra, atravessando séculos até finalmente passarem à forma escrita, tendo sido mantidos conservados graças à métrica sofisticada sob a qual eram compostos os versos. Sendo assim, muito do que permaneceu dos poemas skáldicos posteriormente passados à forma escrita na Islândia por volta do século XII em diante, remetem a acontecimentos que tiveram lugar durante a Era Viking, possibilitando uma maior compreensão dos feitos de guerra e navegação ocorridos durante este período histórico (ROESDAHL, 1998, pp. 179-180).

A escrita das sagas baseadas nos relatos orais deu-se num momento bem específico da história islandesa. Essa escrita fez parte de um processo em que os colonizadores da ilha estavam construindo e mantendo a identidade original de seu passado na Noruega, local de onde a maioria destes colonizadores tinha origem, esta identidade foi sofrendo modificações através do tempo e ao mesmo tempo foram mantidas permanências culturais, sendo que as modificações sofridas foram frutos de mudanças político-religiosas que ocorreram a partir do ano 1000 aproximadamente. A partir deste momento a introdução do cristianismo e da escrita desempenharam um papel importante na passagem para a escrita dos relatos orais, que dentro deste novo contexto acaba por contribuir para a permanência dos elementos culturais de origem anterior e ainda reforça-los, mantendo desta maneira a identidade desta população de colonizadores.

A colonização efetiva da Islândia ocorre na segunda metade do século IX, tendo como fator considerado preponderante o êxodo de dissidentes ocasionado pela unificação norueguesa de Harald Harfager, após os indícios de uma incipiente presença de colonizadores que já habitavam a ilha anteriormente. A sociedade islandesa, portanto, constituiu-se de uma sociedade oriunda de imigração que adotou seu sistema legal baseado no sistema norueguês, em que as leis eram elaboradas pelos *Things*, ou conselhos, com a particularidade de que nos primeiros séculos de colonização não havia

a existência de um poder monárquico e nobiliárquico sobre os colonos, que constituíam um Estado livre no qual decidiam as políticas coletivamente através dos *Things*.

O cristianismo é introduzido na Islândia por volta do ano 1000, após anteriores tentativas por parte de missionários que acabaram frustradas, acabando a nova religião então por ir se consolidando na ilha, ainda que lado a lado com a permanência de elementos da tradição pagã. A nova tradição eclesiástica por sua vez introduz a escrita, constituindo-se, portanto, o cristianismo como um marco de passagem da oralidade para a escrita nas tradições da ilha.

Mudanças importantes nas relações de poder ocorreram entre os séculos XII e XIII na Islândia. Neste período começou a ocorrer uma notável concentração e aumento de poder de determinadas famílias, que passaram a exercer predomínio sobre as demais lideranças, passando assim os maiores proprietários de terras a dominar sobre os menores, o que dá início a uma estratificação social onde estes proprietários maiores passam a concentrar o poder (BYOCK, 2001, pp. 341-342).

Quando ocorre o aumento de poder das famílias com maiores propriedades de terra na Islândia, e se introduz a tradição escrita na ilha oriunda do cristianismo, estas famílias mais poderosas começam a produzir suas sagas, como uma maneira de legitimar suas origens e seu poder, por conta exatamente destas sagas se reportarem aos princípios da colonização maciça da ilha e a chegada destas famílias, retratando o desenvolvimento delas e de suas disputas. Desta maneira, as sagas consistiam num meio para se conhecer a história local destas famílias e dos distritos em que habitavam, o que se traduzia assim numa justificativa histórica para a reivindicação de seu domínio (BYOCK, 2001, p. 344).

O crescimento do poder das famílias de grandes proprietários de terras acarretou também o aumento do número de conflitos e disputas na Islândia, o que começou a abalar o governo livre baseado nos conselhos (*Things*), por conta de cada vez ficar mais difícil se estabelecer consenso nas decisões tomadas em suas reuniões. Em face deste problema, ocorre o aumento do domínio e poder de arbitragem da monarquia norueguesa sobre a vida política islandesa, o que gera oportunidade para suas políticas expansionistas. Líderes locais islandeses a partir de então passam a buscar aliança com reis noruegueses, o que resulta em políticas como a nomeação de Gizur Thorvaldsson para o título de nobreza de Earl sobre outros líderes locais da Islândia em 1258 pelo rei norueguês Hakon, aumentando o poder de Gizur sobre os outros líderes locais da ilha, porém subordinado

ao rei, e desta forma aumentando o domínio da coroa norueguesa e sua realza sobre o território.

Devido aos acontecimentos expostos no parágrafo anterior, o controle norueguês sobre a Islândia foi se tornando cada vez mais próximo, e os favorecimentos às famílias de maior poder foram fazendo com que cada vez mais os grandes proprietários que queriam aumentar seu domínio se colocassem a serviço do rei da Noruega. Quando em 1268 Gizur morre, passa a não ocorrer mais a nomeação de Earls pelo rei para controlar a ilha, passando os próprios monarcas, através de representantes diretos a fazê-lo, estabelecendo nela seu domínio após o aval dado pelos principais líderes islandeses, apresentando-se isto como a melhor maneira de se resolver os conflitos entre as lideranças locais, e garantir aos islandeses um período de paz duradouro, o que por consequência acaba assim por extinguir o Estado livre até então vigente.

Com a aproximação com a monarquia norueguesa e a paulatina supressão do Estado livre, consolida-se um terreno fértil para o aumento de produção das sagas nos séculos XII e XIII, dado o mencionado contexto islandês neste período, pelo fato de seus autores, na maioria, fazerem parte de famílias dominantes e importantes na Islândia, sendo este o caso de Snorri Sturluson, autor da história dos reis da Noruega (*Heimskringla*), que contém as sagas dos reis que são objeto de estudo do presente trabalho. A produção então das sagas reais como as contidas em *Heimskringla*, fazem parte deste contexto de objetivo de aproximação com a coroa da Noruega por parte das lideranças da Islândia e com isso o ganho de poder e prestígio, contexto no qual o próprio Snorri Sturluson estava inserido e no qual o próprio seria um provável aspirante a obter tais honras, embora este seja ainda um objeto de discussão por parte de especialistas, pois para alguns, a visão política de Snorri nem sempre se mostra com muita clareza, mas a influência da aproximação com a Noruega na produção das sagas reais se mostra muito evidente:

Though much is said in *Heimskringla* about relations between Norway and Iceland, the author's political views do not come out clearly. It is obvious that Snorri had nothing against kingship, admired some Norwegian kings immensely and enjoyed being a courtier; on the other hand, the oft-quoted speech of Einar Pveraeingr (sic) in defence of Iceland's independence (...) suggests that Snorri realized the dangers of



of Iceland coming under the power of Norway. Recent writers have stressed that Snorri and others who entered a feudal relationship with the king of Norway were not at the time seen as traitors to Iceland. (FAULKES, 2008, p. 313).<sup>10</sup>

Os relatos orais, através das narrativas e versos oriundos da Era Viking resgatados pelos escritores das sagas entre os séculos XII e XIII, além de serem trazidos à escrita pelos interesses de poder político das famílias da Islândia, remetiam a um período heroico dos povos escandinavos, pois os feitos realizados por reis e navegadores do período viking deixaram para os islandeses um legado de seus antepassados que se refletia no seu modo de vida e cultura mesmo após a adoção do cristianismo:

When the Scandinavians themselves, however, started to Record the exploits of their Vikings ancestors, they painted a much more glorious Picture of what they had accomplished as warriors, seafarers, settlers, and pioneering Explorers of foreign lands. In the twelfth and thirteenth centuries, when the classical Old Norse sagas and skaldic poems were committed to parchment, the Viking era began to be regarded as the heroic age of Scandinavia. A fascinating literature developed, particularly in Iceland, but also to some extent in Norway and Denmark; it is this literature, more than anything else, that has formed later ideas about Viking life, even today, and not only in Scandinavia. (LÖNNROTH, 1997, p. 225).<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Embora se fale muito no *Heimskringla* sobre relações entre a Noruega e a Islândia, as opiniões políticas do autor não se manifestam claramente. É óbvio que Snorri não teve nada contra a realeza, admirou imensamente alguns reis noruegueses e gostava de ser um cortesão; Por outro lado, o discurso freqüente de Einar Pveraeingr (sic) em defesa da independência da Islândia (...) sugere que Snorri percebeu os perigos da Islândia sob o poder da Noruega. Escritores recentes enfatizaram que Snorri e outros que entraram em uma relação feudal com o rei da Noruega não eram vistos naquele momento como traidores da Islândia. (Tradução independente)

<sup>11</sup> Quando os próprios escandinavos, entretanto, começaram a registrar os feitos de seus antepassados vikings, eles pintaram uma imagem muito mais gloriosa do que eles haviam realizado como guerreiros, marinheiros, colonos, e exploradores pioneiros de terras estrangeiras. Nos séculos XII e XIII, quando as sagas clássicas em nórdico antigo e os poemas skálicos passaram ao pergaminho, a Era Viking começou a ser considerada a era heróica da Escandinávia. Uma literatura fascinante se desenvolveu, particularmente na Islândia, mas também em certa medida na Noruega e na Dinamarca; É essa literatura, mais que qualquer outra coisa, que formou idéias posteriores sobre a vida viking, mesmo hoje, e não apenas na Escandinávia. (Tradução independente)

Mesmo as sagas possuindo em certa medida elementos mitológicos ou fictícios misturados a relatos reais, ainda assim retratam os códigos de conduta, sociais e políticos esperados em relação aos nórdicos em seus atos, refletindo estes elementos os valores apreciados por sua sociedade e que integram sua mentalidade, evidenciando desta forma o caráter de memória social presente nos escritos. Destas características se extrai o valor das sagas islandesas como fonte histórica fidedigna sobre o período viking, por refletirem assim os códigos e valores de sua sociedade resgatados através de suas histórias, escrevendo os islandeses nas sagas sobre e para si mesmos.

Em relação às sagas reais como as do conjunto contido em *Heimskringla*, conforme já discutido no presente capítulo, devem a confiabilidade contida em seus relatos, a em grande parte serem baseadas nos poemas declamados pelos Skalds na corte da Noruega em louvor aos feitos dos reis vikings, sendo que desta forma, deveriam tratar de ações verídicas para serem aceitos, pois para se homenagear um rei não era aceitável que se valessem de informações especuladas ou falsas:

Many are preserved in Snorri Sturluson's *Heimskringla*, and Snorri, himself a Scald, argues for the authenticity of the poems in his preface. He singles out the old skaldic poems and the historical writing of his compatriot Ari Thorgilsson as his most important sources but ends by saying that even though Ari had learnt from 'old intelligent persons' and was himself 'anxious for information, intelligent, and of excellent memory', the most accurate information came from the poems 'if the metrical rules are observed in them and if they are sensibly interpreted'. Snorri also relates that there were scalds at the court of the Norwegian king Harald Finehair around 900 '...whose poems people know by heart even at the present day, together with all the sagas about the kings who have ruled in Norway since his time'. He goes on:

'although it be the fashion with scalds to praise most those in whose presence they are standing, yet no one would dare to relate to a chief what he, and all those who heard it, knew to be false and imaginary,

not a true account of his deeds; because that would be mockery, not praise'. (ROESDAHL, 1998, p. 13).<sup>12</sup>

As sagas islandesas refletem os dilemas e mentalidades do período em que foram escritas e de períodos anteriores, atestando sua historicidade ao se tratar da Era Viking. Um exemplo deste fato são as perspectivas apresentadas sobre a unificação norueguesa tanto na *Heimskringla* quanto na *Egils Saga*, ambas de autoria atribuída a Snorri Sturlurson.

No conjunto de sagas de *Heimskringla*, na saga reservada a se contar a história do rei Harald Harfager, a história das guerras de unificação movidas pelo mesmo são apresentadas de uma perspectiva favorável à monarquia, no sentido de que as ações do rei Harald de subjugar outros reis sob seu poder são contadas a partir de um ponto de vista legítimo, inclusive salientando-se de que os antigos reis que concordaram a se submeter a seu domínio tornaram-se mais bem favorecidos do que antes desta condição, apesar dos opositores haverem ou o confrontado ou deixado o país. Já a *Egils Saga*, destinada a se contar a história de Egil Skallagrimsson e sua família desde que a mesma migrou da Noruega para a Islândia por conta justamente dos conflitos de unificação de Harald, estando portanto no lado de oposição ao rei, apresenta relatos que consideram os esforços de domínio do mesmo como opressivos, desta maneira forçando muitos indivíduos de propriedades e posições nobres a deixar suas terras por conta de suas ações tirânicas para conseguir o monopólio de poder e unificar todas as regiões sob seu reinado.

As diferentes visões ideológicas apresentadas na saga de Harald Harfager dentro de *Heimskringla* e na *Egils Saga*, são reflexos, portanto, da história da Islândia entre os

---

<sup>12</sup> Muito está preservado em *Heimskringla* de Snorri Sturlurson, e Snorri, ele mesmo um Scald, argumenta pela autenticidade dos poemas em seu prefácio. Ele destaca os velhos poemas skáldicos e a escrita histórica de seu compatriota Ari Thorgilsson como suas fontes mais importantes, mas termina dizendo que, mesmo que Ari tivesse aprendido com "velhas pessoas inteligentes" e que ele próprio era ansioso por informações, inteligente e de excelente memória ", a informação mais precisa veio dos poemas" se as regras métricas são observadas neles e se eles são sensivelmente interpretados ". Snorri também relata que houve Scalds na corte do rei norueguês Harald Finehair em torno de 900 "... cujos poemas as pessoas conhecem de cor, mesmo hoje, juntamente com todas as sagas sobre os reis que governaram a Noruega desde o seu tempo". Ele continua:

"Embora isto seja a moda com scalds louvar a maioria daqueles em cuja presença eles estão, ninguém ousou relatar a um chefe o que ele e todos aqueles que estivessem ouvindo, soubessem ser falso e imaginário, não um verdadeiro relato de seus atos; porque isso seria zombaria, não louvor ". (Tradução independente)

séculos XIII e XIV, demonstrando desta maneira o pensamento dos islandeses em relação à monarquia norueguesa no momento de produção das sagas:

(...) Leis e documentos diplomáticos atestam que o país sempre manteve estreitas relações com a Noruega e com a coroa norueguesa; esses documentos mostram que o rei da Noruega tinha até um certo controle sobre certos aspectos da vida dos islandeses, como a participação obrigatória em campanhas militares para a defesa da Noruega. Os islandeses sofriam pressões tanto da igreja, como do rei, para adotar a forma monárquica vigente em toda a Europa cristã. O debate sobre a possibilidade de submissão à coroa norueguesa está refletido nas sagas dos manuscritos dos séculos XIII e XIV, como na *Egils Saga* e na *Haralds saga* (...). A *Egils saga* não desaprova a instituição da monarquia, mas, principalmente, apresenta um diálogo sobre as vantagens e desvantagens da monarquia. Na *Haralds saga* esse diálogo é mais sutil. Juntas, as duas sagas representam as dúvidas e ansiedades dos islandeses do século XIII e XIV, que viveram o processo de submissão à coroa norueguesa, iniciado por volta da metade do século XIII, e consolidado no início do século XIV. (BOULHOSA, 2005, pp. 16-17).

Assim, na saga do rei Harald Harfager a monarquia é incentivada, enquanto que na saga de Egil é encorajado um sistema de governo livre e independente do domínio norueguês na Islândia. A preocupação com o domínio norueguês na Islândia, conforme é refletido na escrita das sagas, se relaciona em muito ao medo dos islandeses de perda da identidade própria adquirida ao longo de três séculos de colonização, que devido ao pequeno território do país poderia ser facilmente suplantada. Assim, as diferentes visões sobre as ações do rei Harald sobre o processo de unificação norueguesa, e como resultante a colonização efetiva da Islândia, tem o objetivo de fazer uma diferenciação das identidades norueguesas e islandesas, e caracterizar os islandeses como autônomos e mantenedores de suas tradições.

As sagas islandesas, portanto, além de refletir a mentalidade do momento histórico em que foram escritas, refletem também tradições mantidas desde os tempos anteriores, não sendo apenas meras representações destas. As tradições não são oriundas apenas da

necessidade dos habitantes da Islândia refletirem a respeito do problema de se sujeitarem ou não à monarquia norueguesa, mas o fato de já serem preservadas para a posteridade já por séculos antes, serviram a esta necessidade, sendo as sagas islandesas fontes históricas tanto do tempo em que foram escritas quanto de tempos anteriores, tempos estes dos quais a Era Viking é um período importantíssimo, e tempos estes Também em que não apenas as sagas islandesas atestam a existência de suas tradições, mas ainda as leis, e os documentos diplomáticos e eclesiásticos da mesma maneira dão seu testemunho. (BOULHOSA, 2005, pp. 17-18).

Falou-se até este ponto do presente capítulo sobre as sagas islandesas de uma forma geral, sobre seu todo como gênero literário e fonte histórica sobre a Era Viking, e agora falaremos sobre o subgênero destas sagas que mais interessa à presente pesquisa que é o das sagas reais, ou sagas de reis, pois neste subgênero se encontra inserida *Heimskringla*, a história dos reis da Noruega, que será a fonte primária utilizada no presente trabalho. As sagas reais começam a ser produzidas no século XII e tem, assim, como o corpo geral das sagas islandesas, seu período de maior produção entre os séculos XIII e XIV. A característica principal das sagas reais é o papel central que os reis desempenham em suas narrativas e a ideologia real presente nos textos, que é o que une os textos que compõe o subgênero, sendo a figura do rei e a relevância desta ideologia as características unificadoras deste tipo de sagas. (JAKOBSSON, 2012, pp. 1-2).

O valor histórico das sagas reais se complementa com os de outras modalidades de sagas onde os reis também desempenham um papel central, como as sagas lendárias. As sagas lendárias geralmente tratam de reis anteriores ao século IX e à Era Viking, e recebem este nome devido aos elementos lendários presentes nas narrativas de reis considerados heróis com bastante elementos míticos, tratando do que poderia se chamar de um período pseudo-histórico da Escandinávia, um chamado “período heroico”, em que a distância temporal dos fatos narrados é maior do que os das narrativas dos reis da Era Viking. Assim, as sagas lendárias, das quais inclusive existem fortes elementos dentro de algumas sagas reais como a *Ynglinga Saga*, também contida no conjunto de *Heimskringla*, são consideradas documentos ideológicos cujo estudo contribuem para a compreensão também dos ideais guerreiros e monárquicos da Era Viking.

As sagas reais, com a exceção de terem como característica geral o foco na figura do rei como elemento central das narrativas, e estarem permeadas pela ideologia monárquica, não possuem atributos textuais formais que caracterizem seu subgênero

literário, podendo o texto variar em forma e extensão, possuir versos de poesia skáldica ou não. Se constituem como narrativas históricas de acordo com as intenções motivadoras de se transmitir tais narrativas:

There is no reason to stop regarding the kings' sagas as historical narratives, whatever one may think of their historical accuracy. Their form is certainly shaped by their intention to narrate history. For example, they never follow a single narrative strand and their structure is not much governed by the plot in any case but rather fashioned by their main characters, mostly the kings of Norway and Denmark. This saga form thus tends to be episodic as each king has various plots going on in his life, often simultaneously. This is a structure wherein one episode follows another without a necessarily causal relationship linking them. (JAKOBSSON, 2012, p. 3).<sup>13</sup>

Como pôde ser observado nas linhas acima de Jakobsson, a forma das sagas reais era moldada pelas circunstâncias da história que queria se narrar, dados os acontecimentos paralelos que ocorriam nas vidas dos reis, formando-se assim episódios que unidos em conjunto compunham a narrativa sobre os mesmos, ao invés de todas as sagas reais seguirem um padrão formal unificado.

Apesar do foco das sagas reais naturalmente ser a narrativa das histórias dos reis, as mesmas refletiam também a história de seus súditos e daqueles com os quais os monarcas mantinham relações, em especial aqueles justamente responsáveis por contar e perpetuar suas histórias, os Skalds, e aqueles que posteriormente as escreveram, os islandeses, pois as sagas reais desempenharam um papel de elevada importância na formação de sua identidade como povo.

---

<sup>13</sup> Não há motivo para deixar de considerar as sagas dos reis como narrativas históricas, seja o que for que pensem de sua precisão histórica. Sua forma é certamente moldada por sua intenção de narrar a história. Por exemplo, eles nunca seguem uma única vertente narrativa e sua estrutura não é muito governada pelo enredo em qualquer caso, mas sim formada por seus personagens principais, principalmente os reis da Noruega e da Dinamarca. Essa forma de saga tende a ser episódica, pois cada rei possui vários acontecimentos ocorrendo em sua vida, muitas vezes simultaneamente. Esta é uma estrutura em que um episódio segue outro sem uma relação necessariamente causal ligando-os. (tradução independente)

A característica episódica das sagas reais pode ser vista, por exemplo, em *Heimskringla*. Seu conjunto de sagas concernente aos reis da Noruega é considerado um exemplo da arte narrativa das sagas islandesas dos séculos XII e XIII, e tido como superior em estrutura e estilo aos outros exemplares de sagas reais, tendo como notáveis características a junção das narrativas em prosa com versos skáldicos e narrativas paralelas sobre pessoas ligadas ou importantes no desenrolar das histórias dos reis em questão, dentro das sagas dos mesmos.

As sagas dos reis, a partir do momento em que começam a ser estudadas, vão tendo ao longo do tempo seu valor classificado tanto como fontes históricas quanto literárias, de acordo com as discussões de seus estudiosos no decorrer dos séculos:

The kings' sagas, like all other Old Norse texts, had originally caught the attention of scholars in the 17<sup>th</sup> century who were looking for documents about Scandinavian history, and after that they were not studied much as narratives but rather as historical sources. They were thought the 'most historical' of saga categories and history was at that time not studied so much as a form of narrative. In the 20<sup>th</sup> century this changed. For example, the sagas of Icelanders were moved half-way from the category of history into the category of art and written about as a hybrid genre between history and narrative, then usually seen as natural opposites. The kings' sagas started to suffer neglect at the same time. They have remained in the category of history and consequently scholarly attention has been directed to problems of historical and textual origins; with little discussion of their aesthetics or form even in the last few decades. (JAKOBSSON, 2012, p. 18).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> As sagas dos reis, como todos os outros textos nórdicos antigos, chamaram a atenção dos estudiosos do século XVII que procuravam documentos sobre a história escandinava e, depois disso, não foram estudados como narrativas, mas sim como fontes históricas. Eles foram pensados como a "mais histórica" das categorias de saga e a história na época não era estudada tanto quanto uma forma de narrativa. No século XX isso mudou. Por exemplo, as sagas dos islandeses foram movidas a meio caminho da categoria de história para a categoria de arte e escritas como um gênero híbrido entre a história e a narrativa, até então geralmente vistos como opostos naturais. As sagas reais começaram a sofrer negligência ao mesmo tempo. Elas permaneceram na categoria de história e, conseqüentemente, a atenção acadêmica tem sido dirigida a problemas de origens históricas e textuais; com pouca discussão de sua estética ou forma mesmo nas últimas décadas. (Tradução independente)

Também como vimos mais acima, um dos fatores que caracterizam as sagas reais é a ideologia monárquica que as permeia. A ideologia é algo fundamental para alimentar o poder e permitir que o mesmo tenha durabilidade, e desta maneira a ideologia monárquica amparou a escrita das sagas reais, constituindo-se as mesmas as principais fontes textuais para se entender esta ideologia em relação às regiões nórdicas ocidentais. Sem a presença desta ideologia monárquica não seria possível a escrita destas sagas, sendo a mesma um fator fundamental para a razão destes escritos existirem.

Os primórdios das sagas reais ainda permanecem de alguma forma obscuros para os pesquisadores. Os primeiros cronistas islandeses conhecidos, como Saemundr Sigfússon e Ari Thorgilsson, acredita-se que foram biógrafos de reis, embora existam margens para dúvidas neste sentido, e saiba-se que o interesse dos autores de sagas islandeses do século XII estivesse voltado em boa parte para as próprias histórias de suas famílias, porém no caso das sagas reais, como já foi exposto no presente trabalho, muitas vezes buscando um elo de ligação entre estas famílias e reis ou linhagens monárquicas.

Um dos grandes fatores diferenciadores das sagas reais islandesas dos outros tipos de biografias reais dos reinos medievais europeus é o idioma. As sagas reais islandesas eram escritas em idioma natal, ao passo que a maior parte das outras biografias reais europeias da Idade Média em latim, como os trabalhos de Gregório de Tours, William de Malmesbury, Cassiodorus, Adam de Bremen, além do dinamarquês Saxo Grammaticus. O uso do idioma natal pelos cronistas/historiadores islandeses se deve às próprias peculiaridades, e da originalidade do gênero literário das sagas. Observa-se também a escrita em idioma natal entre cronistas ingleses, o que inclusive sugere que os mesmos possam ter influenciado os islandeses nesse sentido, por conta da presença de bispos ingleses na Islândia no século XI quando as sagas começam a ser escritas, não havendo, porém, provas consistentes de que esta influência possa realmente ter ocorrido, quando também sabe-se que as sagas reais islandesas basearam-se amplamente nos relatos das poesias skáldicas, das quais muitos trechos encontram-se reproduzidos nas histórias dos reis nórdicos escritas pelos islandeses.

As primeiras biografias reais individuais começam a aparecer por volta do ano 1180, num momento em que os bispos da igreja islandesa estavam sob jurisdição de um arcebispado dinamarquês (Lembremos que a tradição escrita na Islândia é fruto em grande parte da introdução do cristianismo na ilha), e os cronistas dinamarqueses ainda não haviam produzido algo como as sagas islandesas, pois os mesmos, como um de seus mais



conhecidos autores, Saxo Grammaticus, seguiram a tradição da escrita em latim ao invés de em idioma nativo. Cronistas como o abade Karl Jónsson então, autor da *Sverris saga*, inauguram a tradição da escrita de sagas em idioma próprio. A *Sverris saga* é uma biografia rica em detalhes, onde além da figura real, é dado destaque também a personagens menores, o que dá à saga um bom senso de comunidade ao redor do rei em suas narrativas sobre batalhas e estratégias. A saga, apesar da autoria atribuída a Jónsson, deixa margem a se pensar na possibilidade de não ter sido escrita por um único autor, pois segundo Jakobsson o prólogo da saga mostra que a mesma foi escrita por Jónsson mas com a colaboração do próprio rei Sverrir. (JAKOBSSON, 2004, p. 392).

A *Sverris saga*, é também pelas características de sua composição, considerada como um dos escritos pioneiros relacionados às sagas reais:

(...) This is a very important point, since it seems likely that *Sverris saga* brings us close to the origins of the art of the kings' saga. Blöndal believes that it was the abbot who was the pioneer, and that he drew on Icelandic rather than Norwegian traditions in the art of saga writing. However, King Sverrir was certainly a genius in his own way. It is an intriguing thought that he is a possible 'founding father' of the art of the written saga. (JAKOBSSON, 2004, p. 393).<sup>15</sup>

A saga em questão trata da ascensão do rei Sverrir ao poder na Noruega, no século XII, suas lutas para alcançar este objetivo contra o rei Magnus Erlingsson, suas lutas pela manutenção do poder e seu relacionamento com a igreja, constituindo-se a mesma como uma importante fonte sobre a ideologia real. Os aspectos de uma ideologia real são revelados principalmente na luta de Sverrir contra o rei Magnus pelo domínio único ao trono da Noruega, pelo fato, por exemplo, de Sverrir reivindicar o trono com a justificativa de que apenas um filho de um rei poderia ocupar o poder, preenchendo ele esta característica enquanto que Magnus era apenas neto de um rei.

---

<sup>15</sup> (...) Este é um ponto muito importante, pois parece provável que a *Sverris saga* nos aproxima das origens da arte da saga dos reis. Blöndal acredita que o abade foi o pioneiro e que ele se baseou em tradições islandesas e não norueguesas na arte da escrita da saga. No entanto, o rei Sverrir foi certamente um gênio a seu modo. É um pensamento intrigante que ele é um possível "pai fundador" da arte da saga escrita. (tradução independente)

Após produções de sagas reais pioneiras como a *Sverris saga*, o gênero encontra-se mais aprimorado por volta de 1220 quando se começa a produzir sagas como *Morkinskinna*, *Fagrskinna* e *Heimskringla*. Provavelmente a mais antiga das três seja a *Morkinskinna*. Esta saga foi escrita próxima ao ano 1220 e relata a história dos reis desde a morte de Olaf Haraldsson no século XI até aproximadamente o ano 1177, e provavelmente foi utilizada como uma das fontes tanto para a produção da *Fagrskinna* quanto da *Heimskringla*.

A autoria de *Morkinskinna* é atribuída a algum autor islandês de nome e origem desconhecida, mas que provavelmente tenha sido um poeta de corte ou biógrafo real. A estrutura da saga é repleta de poesias skáldicas e difere das escritas por autores de sagas posteriores como Snorri Sturluson, aproximando-se de uma estrutura como a utilizada para a escrita de romances, e sua narrativa era utilizada como um veículo das próprias ideias do autor além de apresentar uma descrição dos reis noruegueses sobre os quais o trabalho foi escrito. O autor explora bastante a questão da ideologia monárquica e da virtude dos reis, fazendo comparações entre os mesmos, com o objetivo de estabelecer uma ideia geral sobre a monarquia norueguesa.

*Fagrskinna*, conhecida como “lista dos reis da Noruega”, foi escrita provavelmente no ano de 1220 por um autor de origem islandesa ou norueguesa, possivelmente comissionada pelo rei Hakon Hakonarson no início de seu reinado, embora não existam provas concretas deste fato. A saga se inicia com relatos sobre o reinado de Halfdan, o negro, pai de Harald Harfager, e estende-se até os relatos da batalha de Ré em 1177.

Mais compacta que *Morkinskinna*, porém cobrindo um longo período histórico, *Fagrskinna* possui a característica de que seu autor estava menos preocupado em relatar as relações dos reis com seus súditos e os islandeses, e adicionou um número ainda maior de poemas skáldicos em seu trabalho do que havia feito o autor de *Morkinskinna*, que parecia ser um tanto quanto crítico à ideologia real, embora não fosse contrário a esta. Já o autor de *Fagrskinna* parecia ter uma posição mais alinhada com esta ideologia. (JAKOBSSON, 2004, p. 396). Um tema muito tratado em *Fagrskinna* é a conversão dos noruegueses ao cristianismo, com as tentativas de reis convertidos em estender a nova religião aos súditos, processo que encontrou por vezes muita resistência e foi grande parte do esforço de reis como Hakon, O Bom, Olaf Triggvasson e Olaf Haraldsson.

Snorri Sturluson (1178-1241), autor de *Heimskringla*, escreveu a mesma entre os anos 1220 e 1235, tendo sua autoria sido reconhecida por volta do século XVI. A compilação de sagas se inicia com a saga dos Ynglingar, ancestrais dos reis da Suécia e da Noruega, abordando depois as sagas de Halfdan, o Negro, seus descendentes e reis subsequentes da Noruega. As primeiras sagas são pequenas em extensão, tendo no decorrer sagas de maior extensão como as de Olaf Triggvasson e Olaf Haraldsson, e acredita-se que Snorri tenha utilizado *Fagrskinna* e *Morkinskinna* como algumas de suas principais fontes para compor seu trabalho.

A saga de Olaf Haraldsson, situada na metade de *Heimskringla*, acredita-se ter sido escrita para ser uma saga à parte do conjunto da compilação, porém foi nela incluída por Snorri. Nesta saga, além do personagem central que é o rei Olaf, tem a presença de vários outros personagens aos quais Snorri reserva determinados capítulos da mesma, criando desta forma uma das maiores sagas reais em extensão já escrita.

Snorri tinha um grande interesse pelo passado pagão, como fica evidente tanto em *Heimskringla* quando nas *Eddas*, também de sua autoria, existindo também sobre sua pessoa especulações se o mesmo seria contra a monarquia ou uma espécie de “nacionalista”:

(...) Another recurrent myth about Snorri is that he was an anti-royalist, or even a sort of nationalist. That would indeed make him an unusual royal biographer in any age, let alone in the thirteenth century. However, Snorri clearly has some sympathy for the views of the landed gentry and he is definitely of the opinion that kings should use their powers with moderation. But in spite of his sympathy with rebels such as Erlingr Skjálgsson and Einarr Tambarskelfir (...), Snorri does not condone treason against just kings, (...). In recent years, a relatively detailed analysis of Snorri Sturluson’s political narrative has produced a picture of greatly increased complexity (...). (JAKOBSSON, 2004, p. 397).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> (...) Outro mito recorrente sobre Snorri é que ele era um anti-monarquista, ou mesmo uma espécie de nacionalista. Isso realmente o tornaria um biógrafo real incomum em qualquer época, principalmente no século XIII. No entanto, Snorri claramente tem alguma simpatia pelos pontos de vista da pequena nobreza local e ele é definitivamente da opinião de que os reis devem usar seus poderes com moderação. Mas, apesar de sua simpatia com rebeldes como Erlingr Skjálgsson e Einarr Tambarskelfir (...), Snorri não tolera traição

*Heimskringla* tornou-se também um modelo para sagas escritas posteriormente, como *Knýtlinga saga* escrita por volta de 1250 sobre os reis dinamarqueses entre os séculos X e XIII, a qual a autoria é atribuída a um sobrinho de Snorri, Olaf Tordarson. Nesta saga Tordarson também aos moldes de *Sverris saga* e *Morkinskinna* procura destacar as virtudes dos reis e a ideologia monárquica.

Outras sagas reais escritas posteriormente a *Heimskringla* são *Hákonar saga*, e *Flateyjarbók*. A primeira foi escrita por Sturla Tordarson, e é concernente ao rei norueguês do século XIII Hakon Hakonarson, descrito pelo autor da saga como um modelo ideal de monarca, responsável por garantir a paz no território, arbitrar conflitos, e dentro da lógica cristã pós Era Viking, ser um rei piedoso e apoiador da igreja.

*Flateyjarbók* já se insere em um contexto após o auge da produção de sagas reais na Islândia, caracterizada a partir do século XIV pela compilação de trabalhos anteriores. No caso do trabalho em questão, trata-se de um volumoso livro contendo escritos de algumas das sagas aqui já citadas, entre outras, tendo sido escrito entre 1387 e 1394 pelos padres Jón Tordarson e Magnus Tórhallson para um rico senhor de terras chamado Jón Hákonarson. Um dos destaques deste trabalho é que o mesmo denota a grande consideração que ainda no século XIV reis noruegueses como Harald Hardrade e Magnus o Bom despertavam nos islandeses, estes já aproximadamente no momento em questão, há um século sob o domínio da coroa norueguesa, já estando findado o chamado Estado livre de governo na ilha.

Não é de se surpreender, segundo Jakobsson, que o século XIII, tenha sido um período de intensa produção de sagas reais, sendo este o momento de decadência do aumento das disputas de senhores de terras na Islândia, e a conseqüente aproximação dos senhores da ilha com a monarquia da Noruega:

In spite of this grand epilogue of the genre, the creative height of the kings' saga was reached in the thirteenth century, in the decades before the Icelandic commonwealth collapsed and the Icelanders became the subjects of the king of Norway. The intense literary and historical

---

contra justos reis (...). Nos últimos anos, uma análise relativamente detalhada da narrativa política de Snorri Sturlurson produziu uma imagem de complexidade grandemente ampliada (...). (Tradução independente)

activity concerned with kings in this period can be no coincidence, but must reflect an ardent interest in the idea of kingship, with all its subtleties. It indicates that the idea of Iceland accepting the rule of a king was current long before 1262, and there is, in fact, some evidence that even the notion of an Icelandic king existed for a while. The main focus remained on the kings of Norway, who in many sagas are seen as special friends and benefactors of Icelanders (...). (JAKOBSSON, 2004, p. 399).<sup>17</sup>

Diversos nomes de biógrafos reais, como vimos, são conhecidos, embora os de alguns outros permaneçam anônimos. Porém é fato que ser um biógrafo real na Escandinávia medieval constituía uma profissão honrosa, pertencendo, portanto, as sagas reais ao tradicional corpo das sagas islandesas, tendo estes trabalhos o mesmo peso dentro da tradição escrita islandesa do período que os outros gêneros de saga, as poesias skáldicas, as *Eddas*, etc. Sendo estes biógrafos herdeiros da própria arte dos Skalds, fazendo estes escritores parte tanto da aristocracia e/ou do clero eclesiástico, na condição de cortesãos ou sacerdotes.

Assim, como foi exposto neste capítulo, as sagas islandesas, e o subgênero das sagas reais inseridas nas mesmas, apresentam-se como resultado da união da tradição escrita na Islândia cristianizada pós ano 1000 com a tradição de relatos orais e poesias skáldicas de períodos anteriores. Esta junção foi de extrema importância para que os pesquisadores atuais da Era Viking e Escandinávia medieval pudessem ter às suas mãos fontes confiáveis de informações sobre a sociedade da referida época tanto em seus aspectos culturais, políticos, ideológicos, entre outros, aliadas a fontes de outras naturezas como as inscrições rúnicas, os achados arqueológicos, etc. Lançando luz, para além dos aspectos citados, aos estudos aos quais se objetivam o presente trabalho, que se

---

<sup>17</sup> Apesar do grande epílogo do gênero, o auge criativo das sagas reais foi alcançado no século XIII, nas décadas que antecederam o colapso da comunidade livre islandesa e os islandeses se tornaram súditos do rei da Noruega. A intensa atividade literária e histórica relacionada com os reis neste período não pode ser coincidência, mas deve refletir um interesse ardente na idéia de realeza, com todas as suas sutilezas. Isso indica que a idéia da Islândia aceitando o governo de um rei era corrente muito antes de 1262, e, de fato, há evidências de que até a noção de um rei islandês existiu por um tempo. O foco principal permaneceu nos reis da Noruega, que em muitas sagas são vistos como amigos especiais e benfeitores dos islandeses (...). (Tradução independente)

relacionam com a relevância dos feitos guerreiros para a obtenção e manutenção do poder e domínio dos reis nórdicos da Era Viking.

## **CAPÍTULO IV: DE ERIC, O MACHADO SANGRENTO A HARALD HARDRADE: O PAPEL DOS FEITOS GUERREIROS PARA CONQUISTAR E MANTER O PODER**

No presente capítulo, procederemos à análise de trechos das sagas de reis noruegueses dos quais as ações ocorreram entre os séculos X e XI, os séculos finais da Era Viking como período histórico cronológica e didaticamente demarcado pela tradição de estudos. O estudo de feitos guerreiros dos reis em questão, terá como objetivo exemplificar como se davam as relações entre as ações militares com a conquista e manutenção do poder e domínio sobre os súditos e inimigos no contexto cultural peculiar da guerra na Escandinávia do período viking.

No segundo capítulo deste trabalho, fizemos uma contextualização histórica da Era Viking e da formação das monarquias escandinavas, e entre elas reservamos um bom espaço para tratarmos do assunto da formação da monarquia norueguesa unificada. Cabe agora fazermos, antes de expormos a metodologia e iniciarmos a análise da fonte primária, uma contextualização do período posterior à unificação da monarquia e território norueguês sob o reinado de Harald Harfager, compreendendo o reinado de seu filho Eric, o Machado Sangrento no século X, até o reinado de Harald Hardrade, que encerra o período histórico da Era Viking com a sua morte no século XI.

Após o processo de unificação norueguesa pelo rei Harald Harfager, este permanece como soberano absoluto do território da Noruega até a terceira década do século X, quando em idade avançada renuncia ao trono em favor de seu filho Eric, o Machado Sangrento. Após a morte de Harald, e depois de violentas disputas com seus irmãos e elementos da aristocracia, tido como um tirano, Eric deixa a Noruega e estabelece domínio em algumas regiões da Inglaterra por determinados períodos, lá morrendo em batalha.

Hakon, o Bom, irmão mais novo de Eric, criado na corte do rei Athelstan da Inglaterra, havia retornado à Noruega antes do exílio deste, sendo preferido pela aristocracia para governar o país e contando com maior apoio da mesma, assumindo então o poder monárquico, e sendo conhecido por estabelecer códigos legais e por apesar de ser cristão, não levar adiante uma política de conversão forçada dos súditos ao cristianismo.

Gunhild, irmã do rei dinamarquês Harald Dente Azul e viúva de Eric, incentiva os dinamarqueses a atacarem Hakon, que acaba morto em um confronto contra os mesmos.

Com a morte de Hakon, Harald Capa Cinza, filho de Eric, o Machado Sangrento retorna à Noruega e assume o poder, sendo conhecido como um rei rude e enfrentando diversas dificuldades em seu reinado, tais como fome e falta de colheitas. Governou por pouco tempo, tendo sido morto em combate contra as forças do Earl Hakon, aliado dos dinamarqueses por volta do ano de 970, ficando parte da Noruega a partir de então sob o domínio deste Earl, e o país dividido. A situação muda quando Olaf Triggvason, viking convertido ao cristianismo retorna à Noruega com o desejo de conquistar o trono e difundir a religião cristã. O Earl Hakon é então assassinado e Olaf proclamado rei na região de Trondelag, restando agora conquistar o restante do país.

Em sua luta para reunificar a Noruega consolidando seu domínio sobre todo o país, Olaf encontra feroz oposição do rei da Dinamarca Svein Barba Bifurcada, que possuía domínio sobre o Sul da Noruega nesse momento, enfrentando também a inimizade dos filhos do Earl Hakon. Svein constrói uma poderosa rede de alianças inclusive por meio de casamentos com a aristocracia sueca, o que lhe confere também o apoio do rei da Suécia, Olaf Skotkonung contra Tryggvason, e estende esta rede de alianças matrimoniais a também descendentes de Hakon na Noruega, completando uma hábil cadeia de aliados pela construção destas relações de parentesco.

Em meio aos confrontos com o rei dinamarquês, o reinado de Tryggvasson termina no ano 1000 com sua morte na batalha de Svöld, após falhar em manter seus aliados unidos e ser traído pelos mesmos, possuindo uma fraca frota naval apesar de possuir e ostentar o maior navio de guerra do Norte em seu tempo, chamado pelo rei de “Longa Serpente”. Com a derrota de Olaf, o rei Svein estende seu domínio à Noruega tendo abaixo de si no comando do Norte do país os Earls Eric e Svein.

Anos após a morte de Olaf Tryggvasson, Olaf Haraldsson, descendente do rei Harald Harfager retorna à Noruega após passar sua juventude participando de expedições vikings. Quando retorna, e na ausência do Earl Eric, que se encontrava na Inglaterra, inicia uma campanha com o objetivo de conquistar o posto de rei norueguês, tendo derrotado o Earl Svein em torno do ano de 1016, conquistando assim seu objetivo e juntamente com isso um grande número de inimigos por governar com mãos de ferro os



seus súditos, sendo que muitos destes em decorrência disso tendiam a uma aliança com o então rei da Dinamarca e Inglaterra Knút.

Olaf aliou-se ao rei da Suécia Örnud Jacob, filho de Olaf Skotkonung contra Knút, unindo-se estes contra ele em 1026 em batalha na região sueca de Skane, confronto este que resultou na contenção da ofensiva por Knút contra a coligação de noruegueses e suecos contra a Dinamarca. Porém a Noruega continuava sendo vista como um problema para o rei dinamarquês, e aproveitando-se do fato de que Olaf Haraldsson encontrava-se em inimizade com grande parte da aristocracia Norueguesa, vai à Noruega com uma grande frota com o objetivo de tomar o país, o que consegue sem confronto, com a fuga de Olaf para a região da atual Rússia, resultando na proclamação por Knút, do filho do Earl Eric, Hakon, como rei sobre a Noruega.

Após estes acontecimentos, Hakon morre durante uma viagem à Inglaterra, e Olaf retorna no comando de um exército para tentar reconquistar a Noruega, sendo derrotado e morto em 1030 na batalha de Stiklestad, batalha em que seu irmão e também futuro rei Harald Hardrade é ferido e forçado a fugir. Depois da tentativa fracassada de Knút de colocar um filho no governo norueguês, que acabou sendo rejeitado pela população, acaba sendo proclamado rei Magnus, filho de Olaf Haraldsson, como natural sucessor no reino.

Magnus inicia seu governo de fato a partir de 1035, gozando de boa popularidade e tendo conseguido conquistar também a Dinamarca. Seu tio, Harald Hardrade, após sua fuga da Noruega com a derrota na batalha de Stiklestad, inicia uma jornada mercenária pelas terras russas e Constantinopla, onde faz parte da Guarda Varangiana, conquistando muitas riquezas e prestígio e retorna à Noruega por volta de 1045, passando a compartilhar com Magnus o trono até a morte deste dois anos depois.

Hardrade governou por dezenove anos como um notável rei guerreiro, tendo entrado em confronto com os dinamarqueses e os derrotado em 1050 e em seguida se reconciliado com os mesmos, objetivando a partir de então empreender conquistas na Inglaterra. Em 1066 Hardrade inicia uma grande campanha militar a partir da Escócia dirigindo-se para o Norte da Inglaterra, para a região de York, tendo conseguido conquista-la. Após isto, feito um acordo com o povo da região com vistas a conquistar o restante da Inglaterra, foi surpreendido pelas forças reais inglesas em Stamford bridge e morto durante a mesma batalha, tendo fim o seu reinado e as ações de cunho viking

significativas na Europa, considerando-se assim terminada a era das grandes ações militares de saques e conquistas dos guerreiros nórdicos.

Tendo sido feita esta breve contextualização sobre os reis noruegueses no período histórico que pretendemos estudar da Era Viking, falaremos agora sobre a versão da fonte primária que utilizaremos neste estudo e a metodologia que vamos utilizar para analisá-la à luz dos referenciais teóricos que adotamos para o presente trabalho e que foram expostos no capítulo um. Os trechos que iremos analisar sobre os reis noruegueses entre os séculos X e XI que mencionamos estão contidos em sagas contendo narrativas sobre os mesmos reunidas no *Heimskringla*, a compilação de sagas reais escrita no século XIII pelo cronista islandês Snorri Sturluson, trabalho e autor sobre os quais falamos no capítulo anterior. Diante, até o momento, da inexistência de uma tradução direta do nórdico antigo para a língua portuguesa de *Heimskringla*, a tradução que utilizaremos no presente trabalho será a feita por Lee M. Hollander do idioma original para a língua inglesa (HEIMSKRINGLA, 2011).

A metodologia que será utilizada para demonstrar, com base no referencial teórico adotado para este estudo, as relações entre a guerra e os reis noruegueses do período em que nos propomos a analisar, será através da análise estrutural da narrativa, proposta por Tzvetan Todorov e indicada por Ciro Flammarion Cardoso em *Narrativa, Sentido, História* (CARDOSO, 1997). Este referencial metodológico se baseia numa possibilidade, apresentada por Ciro, de uma análise histórica e literária de textos narrativos, em que o autor propõe métodos em que é possível analisar estes textos com base em estudos desenvolvidos tanto por Todorov quanto por Luciem Goldmann. Trabalhando os dois autores com análise estrutural de textos literários, Goldmann apresenta a ideia de uma “sociologia genética” de textos literários, em que em uma obra literária, quando escrita por um autor, é influenciada por uma ideologia de classe, não estando determinada apenas pelas ideias individuais do autor, sendo integrante, portanto, de um contexto maior de ideias coletivas.

Todorov propõe a ideia de uma ciência da literatura, uma poética estruturalista, que postula que cada obra não está isolada de um corpo de obras semelhantes, e que com este corpo forma gêneros literários, estando cada obra relacionada, portanto, a um universo literário, onde se percebe que leis gerais aproximam cada obra. A poética Todoroviana, no entanto, não se constitui como uma ciência de todos os aspectos da

literatura, se relacionando então, mais especificamente à prosa narrativa, objetivando-se à construção de uma gramática dos relatos.

A análise estrutural da narrativa, para Todorov, não se resume a apenas uma mera descrição de uma determinada obra, e nem apenas um estudo dessa obra em termos meramente sociológicos ou filosóficos:

A análise estrutural é diferente de cada uma dessas duas atitudes. Não se satisfaz com uma pura descrição da obra, nem com sua interpretação em termos psicológicos ou sociológicos, ou mesmo filosóficos. Em outros termos, a análise estrutural da literatura coincide (em grandes linhas) com a teoria da literatura, com a poética. Seu objetivo é o discurso literário mais do que as obras literárias, a literatura virtual mais do que a literatura real. O objetivo desse estudo não é mais articular uma paráfrase, um resumo argumentado da obra concreta, mas propor uma teoria da estrutura e do funcionamento do discurso literário, apresentar um quadro dos possíveis literários, do qual as obras literárias existentes aparecem como casos particulares realizados. (TODOROV, 2006, pp. 79-80).

Baseando-se nestes pressupostos de Todorov, propostos por Ciro Flamarion para a análise de fontes históricas compostas por textos narrativos, faremos a análise da fonte primária escolhida para o presente trabalho, ou seja, a análise da estrutura narrativa dos textos que dela nos interessam para proveito do estudo que nos propomos a fazer, com as proposições referentes à narrativa em sequências divididas em cinco partes: 1) situação inicial; 2) perturbação da situação inicial; 3) desequilíbrio ou crise; 4) intervenção na crise; 5) novo equilíbrio (podendo ser ou não semelhante à situação inicial). Para Ciro, autores como Tzvetan Todorov em contribuição para a análise de textos literários, e a inserção destes no contexto de sua produção, permite a aplicação dos mesmos no estudo de fontes históricas narrativas.

Neste estudo, utilizaremos as sequências da poética de Todorov para fazermos as análises das estruturas narrativas de trechos das sagas referentes aos reis noruegueses do período em que pretendemos estudar. Serão considerados, no entanto, somente trechos

contidos em capítulos destas sagas referentes a ações militares conduzidas por estes reis que tenham relação com o objetivo da conquista, manutenção, ou reconquista do poder monárquico dos mesmos, considerados entre os de maior relevância para a análise que pretendemos fazer dentro dos limites deste trabalho. Assim o será pelo fato de muitas destas sagas apresentarem grandes amplitudes de feitos conduzidos pelos monarcas, constituindo-se, portanto, alguns dos feitos guerreiros de maior relevância para a conquista, reconquista e manutenção do poder o maior interesse de nosso estudo, o qual se objetiva, através destes estudos de casos, a relacionar as ações guerreiras com os pressupostos teóricos que adotamos, para realizar nossa análise no tocante à relação dos escandinavos da Era Viking com sua cultura guerreira e a monarquia.

Assim, dentro do esquema metodológico proposto, iniciaremos nossa análise de feitos guerreiros com o primeiro rei posterior à unificação norueguesa empreendida por Harald Harfager, que é seu filho Eric, o Machado Sangrento, escolhido pelo próprio rei Harald no fim de sua vida para sucedê-lo no reino norueguês. Mesmo tendo sido apontado por seu pai como seu sucessor no governo, após a morte de Harfager Eric passa a enfrentar alguns de seus irmãos em batalha, ambiciosos para também ocupar sua posição de poder:

During the year following the death of King Harald, king Eirík collected all the revenues owing to the King in the western districts, Ólaf did the same in Vík, and Sigröth, their brother, those in the Trondheim district. Eirík was mightily displeased with this, and it was rumored that he would try with force regain from his brothers the sole dominion over all the land which his father had given him. (...)

The same spring Eirík summoned a great force and a fleet and steered east to Vík. (...) And when he arrived at Túnsberg, Ólaf and Sigröth with their forces issued forth and drew up their troops in battle array on the hills east of the town. Eirík had a greatly superior force and was victorious. Both Ólaf and Sigröth fell there, and the burial mound of both of them is on the hill where they fell.

Thereupon Eirík proceeded about the Vík district, bringing it onto his power, and remained there a long time during the summer. (...)

Eirík was a large and handsome man, strong and of great prowess, a great and victorious warrior, violent of disposition, cruel, gruff, and taciturn. (HEIMSKRINGLA, 2011, p. 95)<sup>18</sup>

1) *Situação inicial*: Quando morre o rei Harald Harfager, seu filho Eric, apontado pelo mesmo como seu sucessor, coleta os impostos devidos ao rei nos distritos ocidentais.

2) *Perturbação da situação inicial*: Os irmãos de Eric, Olaf e Sigröth, também fazem coletas de impostos nos distritos de Vík e Trondheim.

3) *Desequilíbrio ou crise*: A coleta não autorizada de impostos por parte de seus irmãos desagrada a Eric, pelo fato de entender que eles pretendiam assim tomar o poder das áreas em que fizeram a coleta para si mesmos, o que ameaçava seu reconhecimento público como rei e a imagem de seu carisma frente aos súditos através deste ato.

4) *Intervenção na crise*: Pretendendo ter o domínio único do reino que herdou de seu pai, Eric convoca uma grande força militar e se dirige para a cidade de Túnsberg, onde se encontravam com forças preparadas seus dois irmãos. Porém, como possuía uma força superior, Eric os vence em batalha.

5) *Novo equilíbrio*: Eric vai para o distrito de Vík, agora com o poder e prestígio garantido sobre o mesmo e sua imagem carismática restaurada e reforçada.

O exemplo retirado da saga de Harald Harfager contendo relatos do início do reinado de seu filho Eric no *Heimskringla*, nos possibilita traçar as relações pretendidas

---

<sup>18</sup> Durante o ano seguinte à morte do rei Harald, o rei Eric coletou todas as receitas devidas ao rei nos distritos ocidentais, Olaf fez o mesmo em Vík, e Sigröth, seu irmão, no distrito de Trondheim. Eric desagradou-se disto, e havia rumores de que ele iria tentar pela força recuperar de seus irmãos o domínio único sobre toda a terra que seu pai lhe dera. (...)

Na mesma primavera Eric convocou uma grande força e uma frota e se dirigiu a leste para Vík. (...) E quando ele chegou a Túnsberg, Olaf e Sigröth com suas forças preparadas colocaram suas tropas em ordem de batalha nos montes ao leste da cidade. Eric tinha uma força muito superior e foi vitorioso. Ambos Olaf e Sigröth lá caíram, e o túmulo de ambos está na colina onde eles caíram.

Então Eric foi para o distrito de Vík, trazendo-o a seu poder, e lá permaneceu um longo tempo durante o verão. (...)

Eric era um homem grande e bonito, forte e de grande destreza, um grande e vitorioso guerreiro, violento de disposição, cruel, rude e taciturno. (Tradução independente)

com nosso campo teórico no concernente à cultura guerreira dos reis noruegueses da Era Viking e de como se dava o reconhecimento de suas relações de dominação, através da forma como a coleta de impostos pelos irmãos de Eric afetou o exercício de seu domínio carismático frente aos súditos.

Ao observarmos a forma como Eric derrota seus inimigos, nesse caso seus próprios irmãos, vemos traços de uma cultura na qual se conquistar ou reconquistar territórios através da guerra e assim obter ou assegurar um reinado através da mesma legitima a posição de um rei nórdico como líder, assegurando-lhe automaticamente um carisma frente a seus seguidores, notando-se o fato de conseguirem juntar um grande número de tropas para sua causa, obviamente também sendo a fonte desse carisma a distribuição de despojos de guerra e a garantia de posições importantes também aos aliados após a vitória.

Podemos notar também a produção simbólica em torno do rei através da própria tradição oral e no caso das sagas posteriormente escritas, onde podemos notar os elogios às qualidades do rei Eric, por exemplo, apresentado na saga como um homem de bons adjetivos e descrito como “um grande e vitorioso guerreiro”, caracterizando por parte do cronista, através da descrição dos atributos e qualidades tanto físicos quanto da personalidade de Eric, as evidências de seu carisma como líder, onde percebemos assim a forma como esses reis emanavam um grande poder simbólico. Daí o motivo da coleta de impostos de maneira desautorizada por seus irmãos ser um motivo de perturbação tão grande para Eric, que ocorre pelo fato da coleta de impostos ter um papel simbólico também muito forte.

Eric, o Machado Sangrento deixa a Noruega e seus domínios por conta do retorno de seu irmão Hakon, o Bom, de sua estadia na corte inglesa, tendo menos apoio militar e político que este no país, e passando a se dedicar então a partir daí a ações vikings e tentativas de subjugar outros territórios a seu domínio, tendo morrido por volta do ano 940 em batalha na Inglaterra. Após a morte de Eric e do fim de sua ameaça de possível retorno à Noruega, Hakon passa a enfrentar a ameaça de vikings dinamarqueses que assediam seu território, e analisaremos a seguir um trecho de sua saga que trata de algumas de suas ações de defesa contra estes invasores a seus domínios:

King Hakon, the foster son of Athelstan, brought all Norway to submission after his brother Eirík had fled abroad. During his first winter in Norway, King Hakon sought out the western part of the country, thereafter residing north in the district of Trondheim. But because peace was not to be expected if King Eirík should cross the sea with his army, he kept with his forces in the middle of the country, in the Fjord and Sogn districts, in Horthaland and Rogaland. (...) But when King Hakon learned of the death of his brother, King Eirík, and that King Eirík's sons found no support in England he thought there was not much to be feared from them, and so one summer he journeyed east to Vík with his army. At that time the Danes were much given to harrying in the district of Vík and often did much damage there. But when they heard that King Hakon had arrived there with a large army, all of them fled; some south, to Halland, and some who were closer to Hakon took to the sea, sailing south to Jutland. But when King Hakon became aware of that he sailed after them with all his forces. Now when he arrived in Jutland and the population heard of that, they gathered an army to protect their country and prepared to resist King Hakon, and there was a great battle. King Hakon fought so valiantly that he advanced in front of his standard without either helmet or coat of mail. He was victorious and pursued the enemy far inland. (...)

(...) Then King Hakon led his forces south to Seeland, looking for the Vikings. With two swift-sailing ships he proceeded into the Sound. There he found eleven Viking ships and at once joined battle with them, and in the end came out as victor, clearing all the Viking ships of their crews. (...)

(...) After that King Hakon harried far and wide in Seeland, plundering the people, killing some and leading others into captivity. From some he took a large ransom. He found no resistance then. (...)

Thereupon King Hakon sailed east along the coast of Scania, harrying everywhere and taking tribute and taxes from the land. He killed all the Vikings he found, both Danes and Wends. Then he proceeded east along Gautland, harrying and exacting a large tribute from the land. (...)

In the fall, King Hakon returned with his force, having gotten an immense amount of booty. During the winter he stayed in Vík to defend

it if Danes and Gauts made inroads there. (HEIMSKRINGLA, 2011, pp. 101-102)<sup>19</sup>

- 1) *Situação inicial:* Após a fuga de seu irmão, o rei Eric, o Machado sangrento, e de ter submetido toda a Noruega a seu domínio, o rei Hakon, o Bom, no início de seu governo vai residir no oeste do país, no distrito de Trondheim, tendo mantido suas forças militares na região central norueguesa com objetivos de defesa, temendo pelo retorno de Eric e com ele a ameaça à sua soberania. Posteriormente, ao saber da morte do mesmo, viaja ao distrito de Vik.
- 2) *Perturbação da situação inicial:* Os dinamarqueses, no momento da viagem do rei Hakon a Vik, estavam ameaçando o seu poder através de saques e causando muitos danos à população local, o que requeria à Hakon, como rei e responsável pela defesa de seus súditos, ações enérgicas para o bem de sua liderança e manutenção de seu carisma e poder frente ao povo como líder guerreiro que deveria ser, segundo a cultura bélica nórdica.

---

<sup>19</sup> Rei Hakon, o filho adotivo de Athelstan, submeteu toda a Noruega à submissão depois que seu irmão Eric fugiu para o exterior. Durante o seu primeiro inverno na Noruega, o rei Hakon foi para a parte ocidental do país, depois residindo ao norte no distrito de Trondheim. Mas como a paz não era esperada se o rei Eric cruzasse o mar com seu exército, ele manteve suas forças na parte central do país, nos distritos de Fjord e Sogn, em Horthaland e Rogaland. (...) Mas quando o rei Hakon ficou sabendo da morte de seu irmão, o rei Eric, e os filhos do rei Eric não encontraram apoio na Inglaterra, ele pensou que não havia muito a temer deles, e então um verão ele viajou leste para Vík com seu exército. Naquela época, os dinamarqueses eram muito dedicados a fazerem saques no distrito de Vík e muitas vezes causavam muito dano ali. Mas quando souberam que o rei Hakon havia chegado com um grande exército, todos eles fugiram; alguns para o sul, para Halland, e alguns que estavam mais perto de Hakon foram para o mar, navegando para o sul, para a Jutlândia. Mas quando o rei Hakon ficou ciente ele navegou atrás deles com todas as suas forças. Agora, quando ele chegou à Jutlândia e a população soube disso, eles reuniram um exército para proteger seu país e se prepararam para resistir ao rei Hakon, e houve uma grande batalha. O rei Hakon lutou tão valentemente que avançou em frente ao seu estandarte sem capacete nem cota de malha. Ele foi vitorioso e perseguiu o inimigo até o interior. (...)

(...) Então o rei Hakon levou suas tropas para o sul, para a ilha de Zelândia, procurando os vikings. Com dois veleiros ligeiros ele seguiu para o som. Lá ele encontrou onze navios vikings e ao mesmo tempo se juntou a batalha com eles, e no final saiu vencedor, limpando todos os navios vikings de suas tripulações. (...)

(...) Depois disso, o rei Hakon percorreu toda a parte na Zelândia, saqueando o povo, matando alguns e levando outros ao cativo. De alguns, ele recebeu um grande resgate. Ele não encontrou resistência então. (...)

Então o rei Hakon navegou para o leste ao longo da costa de Scania, atacando todos os lugares e recebendo tributos e impostos da terra. Ele matou todos os vikings que encontrou, tanto dinamarqueses quanto da Pomerânia. Então ele seguiu para o leste ao longo da Gotlândia, atacando e exigindo um grande tributo da terra. (...)

No outono, o rei Hakon retornou com sua força, tendo obtido uma imensa quantidade de espólio. Durante o inverno, ele ficou em Vík para defendê-la se dinamarqueses e gotlandeses fizessem incursões por lá. (Tradução independente)



- 3) *Desequilíbrio ou crise*: Quando os vikings dinamarqueses ficam sabendo da vinda do rei Hakon fogem, o que evitaria que este lhes infligisse a devida punição que como soberano e defensor de seu território tinha por obrigação levar a efeito.
- 4) *Intervenção na crise*: Hakon, o Bom, parte em perseguição aos piratas atacando-os por todas as regiões para as quais fugiram, vencendo-os e adicionalmente saqueando as terras e coletando resgates por prisioneiros feitos por sua campanha militar e tributos.
- 5) *Novo equilíbrio*: Com os inimigos vencidos, Hakon retorna a seus domínios com um grande butim e com seu poder e prestígio junto a seus seguidores garantidos, continuando pronto a defender seu território de eventuais novos ataques.

As ações do rei Hakon, o Bom, com o objetivo de após estar com seu poder monárquico assegurado sobre toda a Noruega, repelir ataques contra seu território, nos mostra a importância para a cultura guerreira nórdica, de que os reis tomem este tipo de iniciativa como uma forma do reforço de seu reconhecimento, carisma e prestígio junto aos súditos.

Na análise deste trecho da saga de Hakon, vemos mais uma vez a presença, além dos elementos que reforçam sua dominação carismática, os traços da produção simbólica em seu nome pelas palavras de elogio do cronista em relação ao mesmo ressaltando sua coragem em batalha, chegando ao ponto, como uma amostra de características de bravura excepcional, o fato de ir para a linha de frente de combate sem mesmo portar itens de proteção como elmo e cota de malha. Isso transparece para o leitor os traços de uma cultura de guerra onde são valorizadas a coragem e a valentia acima dos padrões comuns, que se traduzem dessa forma numa parte importante do carisma de um rei como líder guerreiro e do poder simbólico emanado do mesmo.

Todas estas características aliam-se ao fato do rei implacavelmente perseguir seus inimigos para onde fugiram, com o objetivo de punir seus ataques contra seu povo e garantir que estes seriam neutralizados, além de obter dos mesmos espólios de combate e cobrar taxas e resgates por prisioneiros que segundo a cultura viking, costumavam ser repartidas entre os aliados do monarca, assegurando ao mesmo sua rede de apoio. Outro fator a ser observado é que mesmo tendo voltado a seus domínios vitoriosos, o rei Hakon se mantém em alerta e vigilância contra eventuais novos ataques que possam ocorrer por parte de outros inimigos que possam vir tanto da Dinamarca como de outras terras, deixando para isso suas tropas de prontidão.

Após a morte de Hakon, o Bom, o curto reinado de Harald Capa Cinza e uma nova divisão da Noruega, Olaf Triggvasson conquista o poder, e tal como outros reis anteriores a ele tem de enfrentar conflitos com os dinamarqueses e inimigos provenientes de outras terras. Olaf se vê, por volta do ano 1000, após uma viagem à Pomerânia, emboscado pelas forças dos reis da Dinamarca, Sven Barba Bifurcada, Olaf da Suécia, e Earl Eric, inimigo interno, estando em desvantagem de tropas em relação a estes, na batalha que resultaria em sua morte. Analisaremos agora um trecho da saga de Olaf Triggvasson em que o mesmo decide nesta situação desvantajosa, avisado por seus aliados, lutar ao invés de fugir:

When Sigvaldi and his flotilla rowed up to the island, Thorkel Dirthil on the Crane, and the other skippers on the vessels following him, observed that the earl with his ships steered toward the island. Then they also lowered their sails and rowed in his wake and called out to him, asking why he did so. The Earl said that he wanted to wait for the King Ólaf – “and it looks as if we may expect a fight here”. Then they let the ships drift until Thorkel Nefja came up with the Short Serpent together with the three ships following him, and they were given the same information. Then they lowered their sails, letting their ships drift, and waited for King Ólaf. And when the king sailed up to the island, the entire enemy fleet rowed out into the sound in front of the them. When King Ólaf’s men saw that they begged the king to sail along and not engage such a huge host in battle.

The king answered aloud as he stood high upon the raised stern deck, “Lower the sail! Let not my men think of fleeing. I have never fled in battle. May God dispose of my life, but I shall never flee.” They did as the king commanded. (...) (HEIMSKRINGLA, 2011, p. 233)<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Quando Sigvaldi e sua flotilha remaram até a ilha, Thorkel Dirthil, no Guindaste, e os outros capitães dos navios que o seguiam, observaram que o Earl com seus navios dirigia-se para a ilha. Então eles também baixaram as velas e remaram em sua esteira e gritaram para ele, perguntando por que ele fez isso. O Earl disse que queria esperar pelo rei Ólaf - "e parece que podemos esperar uma luta aqui". Então eles deixaram os navios vagarem até que Thorkel Nefja veio com o Serpente Curta junto com os três navios que o seguiam, e eles receberam a mesma informação. Depois baixaram as velas, deixaram os navios à deriva e esperaram pelo rei Ólaf. E quando o rei navegou para a ilha, toda a frota inimiga remou para o som na frente deles. Quando os homens do rei Ólaf viram isso eles imploraram ao rei que navegasse e não se envolvesse com tal grande exército em batalha.

- 1) *Situação inicial:* Aliados do rei Olaf Trigrvasson, ao voltar de uma expedição juntamente com o mesmo, baixam as velas de seus navios e se deslocam para uma ilha.
- 2) *Perturbação da situação inicial:* Um dos aliados do rei Olaf, perguntado sobre o porquê de ter rumado para a ilha, responde dizendo que ali estava para esperar pelo rei, pois esperava que haveria por ali uma batalha, tendo ao que o trecho da saga nos leva a entender, percebido a presença de uma grande frota inimiga.
- 3) *Desequilíbrio ou crise:* Quando o rei chega à ilha, seus aliados que lá já estavam o pedem, diante do grande número de navios inimigos, que não se engaje em uma batalha tão desvantajosa contra eles, por se tratar de um grande exército hostil, e siga viagem.
- 4) *Intervenção na crise:* Mesmo diante do pedido de seus homens, o rei Olaf Trigrvasson, tendo sua posição de líder guerreiro a zelar diante de seus seguidores, decide mesmo em desvantagem enfrentar a batalha e não deixar que seus aliados também desistam da mesma, mandando que os mesmos baixem as velas de seus navios com o objetivo de ali entrar em combate com a frota adversária.
- 5) *Novo equilíbrio:* Os homens de Olaf obedecem a seu comando de permanecer no local e enfrentarem com ele a batalha, reforçando ali seu domínio carismático como líder guerreiro, conforme era esperado de um rei nórdico diante de sua cultura.

Ao analisarmos estes trechos da saga de Olaf Trigrvasson, notamos os traços da peculiar cultura guerreira viking na qual não é considerado honroso, principalmente para um rei, fugir de uma batalha. O fato do rei Olaf, mesmo em uma situação desvantajosa em relação ao inimigo decidir enfrentar o iminente combate, revela qualidades esperadas de um líder guerreiro que tem uma reputação a zelar sobre seus comandados, e dessa forma mostrar-se como um combatente bravo e corajoso perante os mesmos, reforçando assim sua posição de líder carismático e exemplo a ser seguido por seus subalternos, que

---

O rei respondeu em voz alta enquanto se levantava no alto do convés da popa: - Abaixem a vela! Não deixem meus homens pensarem em fugir. Eu nunca fugi em batalha. Que Deus disponha da minha vida, mas nunca fugirei”. Fizeram como o rei ordenou. (...) (Tradução independente)

dessa forma acatam suas ordens sem mais ponderar, como revela o final do trecho exposto.

Após os acontecimentos relatados nos trechos da saga de Olaf Trigrvasson que acabamos de analisar, ocorre sua morte em decorrência da desvantajosa batalha que se seguiu para o mesmo. Resultante disso, como já mencionamos neste capítulo, o rei Svein da Dinamarca estende seu domínio à Noruega tendo sob seu comando Earls locais. Os trechos que serão analisados a seguir se relacionam à juventude em expedições vikings do próximo rei legitimamente norueguês a conquistar o reinado do país, Olaf Haraldsson, antes de sua escalada para conquistar o trono, tendo já neste momento recebido o título de rei sobre sua tripulação naval viking:

Óláf Haraldsson was twelve years when he went on board a warship for the first time. Ásta, his mother, got Hrani, who was called the King's foster father, to take charge of the crew, together with Óláf, because Hrani had often before been on Viking expeditions. When Óláf took over ship and crew, the men gave him the title of "king", as it was the custom that warrior-kings on a Viking expedition, if of royal birth, were forthwith called kings, even though they had no land to govern. Hrani sat by the helm, and therefore some say that Óláf was {only} an oarsman. Still he was king over the crew. They sailed first east {south} along the land, and first to Denmark. (...)

(...) And toward fall he sailed east to Sweden and there began to harry and burn all the countryside, for he thought he had good cause to repay the swedes for having deprived his father of life. (...)

(...) That fall, Óláf had his first battle at Sóta Skerry, which is in the Swedish skerries. There he fought with Vikings. Their leader was called Sóti. Óláf had a much smaller force, but bigger ships. He stationed his ships between breakers on hidden rocks where it was difficult for the Vikings to attack. But Óláf's men drew the ships which lay nearest up to them with grappling irons and cleared them of their crews. The Vikings

retired after losing many men. (...) (HEIMSKRINGLA, 2011, pp. 246-247)<sup>21</sup>

- 1) *Situação inicial*: Olaf Haraldsson participa pela primeira vez de uma expedição viking, com seu pai adotivo liderando a tripulação e recebendo Olaf o título de rei pela mesma, obedecendo à cultura dos reis guerreiros nórdicos, ainda que não governasse naquele momento nenhuma terra, mas por possuir descendência real. Rumando para a Suécia, promove com sua tripulação saques na região.
- 2) *Perturbação da situação inicial*: Olaf entra em combate com outros vikings, cujo líder chamava-se Sóti.
- 3) *Desequilíbrio ou crise*: Haraldsson possuía uma força menor que a frota inimiga, apesar de possuir navios maiores.
- 4) *Intervenção na crise*: Olaf Haraldsson posiciona sua frota numa posição estratégica, entre recifes e rochas, para dificultar o ataque da frota dos inimigos, conseguindo então vencer os oponentes, limpando seus navios de suas tripulações.
- 5) *Novo equilíbrio*: Após perderem muitos combatentes para a frota de Olaf, os vikings inimigos saem em retirada.

Vemos, através da análise destes trechos da saga de Olaf Haraldsson, mais elementos determinantes da cultura guerreira nórdica aliados à importância do carisma e a presença do poder simbólico na construção da autoridade de um rei. Estes elementos ficam latentes no ato de mesmo sem possuir ainda autoridade sobre algum território definido, Olaf, ao ingressar nas atividades guerreiras vikings, por conta de ser um combatente de descendência real, receber o título de rei sobre a tripulação do navio viking

---

<sup>21</sup> Ólaf Haraldsson completou doze anos quando entrou a bordo de um navio de guerra pela primeira vez. Ásta, sua mãe, conseguiu que Hrani, que era chamado pai adotivo do rei, assumisse o comando da tripulação, junto com Ólaf, porque muitas vezes Hrani já estivera em expedições vikings. Quando Ólaf assumiu o navio e a tripulação, os homens deram-lhe o título de “rei”, como era de costume os reis guerreiros em uma expedição viking, se de nascimento real, fossem chamados imediatamente de reis, mesmo embora não tivessem terra para governar. Hrani sentou-se ao leme e, portanto, alguns dizem que Ólaf era {apenas} um remador. Ainda assim ele era o rei da tripulação. Eles navegaram primeiro para o leste {sul} ao longo da terra, e primeiro para a Dinamarca. (...) (...) E chegando no outono ele navegou para o leste, para a Suécia, e lá começou a atormentar e queimar todo o campo, pois achava que tinha bons motivos para retribuir os suecos por ter privado seu pai da vida. (...) (...) Naquele outono, Ólaf teve sua primeira batalha em Sóta Skerry, que está nos skerries suecos. Lá ele lutou com os vikings. Seu líder era chamado Sóti. Ólaf tinha uma força muito menor, mas navios maiores. Ele estacionou seus navios entre os recifes em rochas escondidas, onde era difícil para os Vikings atacarem. Mas os homens de Ólaf puxaram os navios que ficavam mais próximos a eles com ferros e os limpavam de suas tripulações. Os vikings se retiraram depois de perder muitos homens. (...) (Tradução independente)

que o levou à primeira expedição desta natureza. O fato de possuir descendência monárquica já o qualifica a uma rotinização da autoridade carismática em sua pessoa, emanando daí já o seu poder simbólico como um rei, ou neste caso um futuro rei sobre um território, demonstrado neste momento o reconhecimento de sua autoridade sobre a tripulação do navio mesmo em idade tão jovem. Olaf parece corresponder a tão prestigiosos predicados demonstrando habilidade em combate e estratégia ao, diante de uma desvantagem numérica em combate, embora possuísse melhores navios, utilizar-se de boa estratégia ao posicionar sua frota em um terreno dificultoso ao ataque inimigo, e à partir desta posição estratégica vantajosa conseguir vencê-lo reduzindo seus efetivos de combate e assim provocando sua fuga, confirmando assim os traços de líder guerreiro carismático tão apreciados pela cultura de guerra dos escandinavos na Era Viking.

Como foi exposto no início deste capítulo, Olaf Haraldsson conquista sua soberania sobre a Noruega, mas por possuir inimizade com parte significativa da aristocracia local, que se alia ao rei dinamarquês Knút, vê-se forçado a deixar o país, tendo posteriormente tentado reconquistar o trono e nesta tentativa morrendo na batalha de Stiklestad. Após a morte de Olaf, ocorre então a malsucedida tentativa de Knút em estender seu domínio ao território norueguês, e a ascensão do filho de Haraldsson, Magnus ao poder, e após a morte de Knút, Magnus, através de um acordo com o filho do mesmo, Hortha-Knút, depois da morte deste, conquista também o trono dinamarquês.

Após os acontecimentos envolvendo a derrota de Olaf Haraldsson em Stiklestad, seu irmão Harald Hardrade após sua fuga decorrente da perda desta batalha, como também expusemos na parte inicial do capítulo, passa anos acumulando riquezas, prestígio e seguidores através de suas jornadas mercenárias, entrando em acordo posteriormente com seu sobrinho Magnus e reinando em conjunto com este a Noruega. Após a morte de Magnus e com isso seu total domínio sobre o país, passa a estender suas ambições de poder tentando conquistar a Dinamarca, tendo posteriormente desistido da empreitada, e por último a Inglaterra, cujo trecho de sua saga que analisaremos a seguir faz parte da campanha militar para tentar subjugar o país, promovendo saques nos territórios ingleses do norte:

Now, when King Harald had fully equipped his fleet and a favorable breeze sprang up he set out to sea, and made land in the

Shetland Islands; but part of his fleet landed in the Orkneys. King Harald stopped in the Shetland Islands for a while, then sailed on to the Orkneys. And when departing from there he had a mighty host of men with him, including the Earls Pál and Erlend, the sons of Earl Thorfinn, but he left behind there Queen Ellisif and the daughters he had by her, Mária and Ingigerth. From there he sailed south along the coast of Scotland and England, and landed in the district of Cleveland. There he disembarked and at once began to ravage the country and bring it under subjection, without meeting any resistance. Thereupon King Harald besieged Scarborough and fought with its garrison. He went up on the cliff which is there and had a great fire made. And when it blazed high they took long gaff-poles and hurled brands upon the town. Then one house after the other began to blaze, and the whole town went up in flames. The Norwegians slew many there and took everything they laid hands on. The English then had no choice, if they wanted to save their lives, but to swear allegiance to King Harald. Then he made subject to him all the land where his course lay. Thererupon King Harald with all his army sailed south along the land and landed at Holderness. There, they met a force that had gathered to oppose him, they gave battle, and King Harald was victorious. (HEIMSKRINGLA, 2011, pp. 647-649)<sup>22</sup>

- 1) *Situação inicial:* Harald Hardrade, parte com uma grande quantidade de aliados para uma expedição às ilhas britânicas com objetivos de conquista, e após passar pelas ilhas Shetland e Órcadas, além da Escócia, chega à Inglaterra aportando no distrito de Cleveland.

---

<sup>22</sup> Agora, quando o rei Harald equipou toda a sua frota e uma brisa favorável surgiu, partiu para o mar e aportou nas ilhas Shetland; mas parte de sua frota aportou nas Órcadas. O rei Harald parou nas Ilhas Shetland por um tempo, depois seguiu para as Órcadas. E quando partiu dali, ele tinha uma grande quantidade de homens com ele, incluindo os Earls Pál e Erlend, os filhos do Earl Thorfinn, mas ele deixou para trás a rainha Ellisif e as filhas que tinha com ela, Mária e Ingigerth. De lá, ele navegou para o sul ao longo da costa da Escócia e Inglaterra, e desembarcou no distrito de Cleveland. Lá, ele desembarcou e imediatamente começou a devastar o país e trazê-lo sob sujeição, sem encontrar qualquer resistência. Então o rei Harald cercou Scarborough e lutou com sua guarnição. Ele subiu num penhasco local e fez uma grande fogueira. E quando se acendeu, pegaram longos ganchos e jogaram marcas sobre a cidade. Então uma casa após a outra começou a queimar, e toda a cidade ficou em chamas. Os noruegueses mataram muitos ali e pegaram tudo o que puseram as mãos. Os ingleses então não tinham escolha, se quisessem salvar suas vidas, mas jurar fidelidade ao rei Harald. Então ele submeteu toda a terra em seu caminho. Então o rei Harald com todo o seu exército navegou para o sul ao longo das terras e aportou em Holderness. Lá, eles encontraram uma força que se reuniu para se opor a ele, houve batalha e o rei Harald foi vitorioso. (Tradução independente)

- 2) *Perturbação da situação inicial:* Após chegar ao distrito de Cleveland, Harald começa a saquear o país a partir deste ponto, a princípio sem encontrar resistência.
- 3) *Desequilíbrio ou crise:* Hardrade enfrenta resistência a seus avanços pela guarnição da cidade de Scarborough.
- 4) *Intervenção na crise:* Harald Hardrade cerca a cidade de Scarborough e luta contra sua guarnição, sob seu comando a cidade é queimada e saqueada, um grande número de inimigos são mortos e forçados a jurar lealdade ao rei norueguês para terem suas vidas poupadas.
- 5) *Novo equilíbrio:* Após a batalha na cidade de Scarborough, Harald segue seu caminho submetendo a seu jugo todas as terras por onde passava, continuando então para o sul, e apesar de encontrar mais resistência na cidade de Holderness e entrar mais uma vez em batalha, sai vencedor da mesma.

No trecho destacado da saga de Harald Hardrade, ficam evidentes uma vez mais aspectos da cultura guerreira viking e da autoridade carismática de um rei guerreiro através de amostras da sede de conquistas militares, onde vemos que o rei Harald parte para a expedição à Inglaterra revelando a determinação para a conquista de territórios no país, para expandir assim seu domínio e poder. O autor da saga, revela também, características onde a capacidade de liderança carismática do rei é revelada através de sua aptidão a enfrentar a resistência inglesa nas cidades onde a encontrou, fazendo-o de forma implacável e de maneira a intimidar o inimigo, como no caso da queima da cidade de Scarborough e a conseqüente rendição da mesma a Harald.

A prática característica viking de saquear a cidade atacada também fica evidente através do trecho da saga analisada, o que evidencia mais uma vez também as características culturais de guerra bem peculiares aos nórdicos, em que o saque era recolhido e comumente distribuído aos aliados dos reis nas batalhas, aumentando assim seu prestígio e reforçando seu carisma frente a seus colaboradores. Assim, através destas linhas contidas na saga de Harald Hardrade, podemos observar características comuns tanto do *modus operandi* guerreiro ditado pelos aspectos culturais de um povo, quanto da liderança carismática de um líder guerreiro viking observando-se os atos deste monarca.

Nesta mesma campanha militar relatada na saga de Harald Hardrade, a qual um dos trechos acabamos de analisar referente a sua tentativa de conquista da Inglaterra, ocorre sua morte, como já mencionamos no início do capítulo na batalha de Stamford



Bridge em 1066, pondo fim ao seu reinado e às grandes ações vikings conduzidas pelos nórdicos entre os séculos VIII e XI.

Desta maneira, como observamos com as análises das sagas contidas em *Heimskringla* concernentes a reis noruegueses que reinaram entre os séculos X e XI, notamos que os elementos que constituem a guerra, para os escandinavos na Era Viking não se tratavam apenas de uma mera continuação da política, mas de aspectos culturais que constituíam o poder dos reis, e das ações esperadas dos mesmos como líderes.

Desta forma, era esperado que os monarcas fossem líderes militares de prestígio, acumulando para si uma glória pessoal conquistada através da guerra que os tornavam aptos para sua posição de comando, e ao mesmo tempo constituidora de sua dominação carismática perante seus aliados e súditos, o que se evidencia através de suas proezas militares relatadas pelas sagas, e de como estas proezas influenciavam a construção de suas imagens perante os seguidores e reveladas pelo cronista através, por exemplo, da descrição dos atributos guerreiros dos reis. Eram esta glória pessoal, extremamente apreciada pelos escandinavos da Era Viking, e esta cultura de guerra reforçada também através de seus mitos e poesias compostas pelos Skalds, que compunham grande parte dos elementos constitutivos dos valores destes povos.

Assim, analisando as ações bélicas dos reis escandinavos presentes nos trechos que analisamos, notamos que estas ações além de reforçarem sua dominação carismática frente aos aliados e súditos dentro, portanto, do *ethos* cultural guerreiro viking constituidor de sua sociedade, vemos que também através da exaltação dos atributos dos reis guerreiros e seus feitos mantidos vivos na memória oral escandinava e reproduzidos pelo autor de *Heimskringla*, fica evidente o poder simbólico, constituído através de uma ideologia guerreira exercido pelos mesmos como um dos fatores que reúnem a obediência em torno de suas figuras, produzindo assim a imaginação social que constrói a legitimidade destes reis como líderes.

Por fim, utilizando os pressupostos da Nova História Militar, em que a guerra não se resume a ser interpretada apenas dentro de um viés que a pressuponha como um elemento continuativo da política, mas que insere sua interpretação em contextos culturais específicos como o da Escandinávia medieval, esperamos ter conseguido interpretar esta teia de significados em que se encontra a cultura guerreira nórdica da Era Viking e seu *ethos* no tocante ao papel guerreiro na construção e manutenção do poder monárquico. Tudo isso levando-se em consideração que predominantemente a cultura, religião, mitos e sociedade dos povos escandinavos entre os séculos VIII e XI eram elementos permeados

pelas atividades guerreiras e seus ideais, moldando assim os pensamentos e ações dos homens deste período histórico, refletidos estes pensamentos e ações nos reis guerreiros noruegueses desta época.

## CONCLUSÃO

Neste estudo, teve-se como ideia compreendermos a importância da cultura guerreira na constituição do poder e carisma dos reis escandinavos do período viking, tomando como estudos de caso reis noruegueses dos séculos X e XI. Como foi visto, para compreendermos como se dava a consolidação do domínio monárquico sobre os súditos e seguidores destes reis, foi de grande importância compreendermos o contexto histórico da Era Viking, como se formaram as principais monarquias unificadas do período, e nesta contextualização mostrar semelhanças e diferenças entre a cultura guerreira escandinava deste período com os parâmetros culturais da Europa cristianizada da mesma época, para que assim pudéssemos de acordo com o campo teórico adotado e da análise de trechos das sagas destes reis contidos em *Heimskringla*, entendermos como se dava a construção do domínio monárquico através da guerra.

Dentro assim do campo teórico, foi dada principal ênfase à perspectiva da guerra como atividade ditada principalmente pelos valores culturais de um povo, e aos conceitos relacionados à autoridade carismática e ao poder simbólico, complementados por outros conceitos como os de ideologia em variadas vertentes e imaginação social. Estes conceitos ajudam, portanto, a compreender as relações entre guerra, poder e carisma, bem como também serviram a esse fim compreender-se os conceitos de cultura e *ethos* utilizados neste trabalho, além de considerações sobre a formação da chamada cultura indo-européia e do significado da guerra para os povos ditos primitivos.

Foi então o objetivo deste trabalho procurar demonstrar, dentro do período histórico vivido por reis noruegueses da Era Viking que tiveram sua ascensão entre os séculos X e XI, através do suporte teórico-metodológico adotado, que a guerra e o poder monárquico da Noruega neste contexto obedeciam aos padrões culturais característicos de seu lugar e época. Estes padrões culturais, como pudemos observar analisando os trechos de *Heimskringla* concernentes às sagas de reis que tiveram seu domínio durante este momento, estão intimamente ligados com a perspectiva da guerra para além da política, estando os feitos guerreiros atrelados aos códigos culturais ligados à construção da afirmação pessoal e carisma frente aos aliados e súditos, construindo-se assim, através das ações militares o poder e domínio destes reis sobre os mesmos.

Desta maneira, para líderes militares tais como os reis noruegueses da Era Viking, a conquista, por exemplo, e/ou defesa de territórios e o ato de derrotar inimigos por meio da guerra, a conservação dos relatos de seus feitos através dos relatos orais, conferia-lhes status e prestígio que legitimava os mesmos a estarem elevados à suas posições de comando e domínio sobre os súditos. Dava sentido a estes monarcas ocuparem sua posição de líderes militares, os atributos de bravura ao combater os inimigos e também lealdade para com os aliados, construindo assim as ações militares em sua carreira para a conquista do poder ou a manutenção deste poder, através da construção de seus carismas o adjetivo de líderes legítimos.

Através do estudo realizado por meio do presente trabalho, espera-se ter contribuído para a ampliação da compreensão da cultura guerreira viking e suas relações com a construção da autoridade carismática dos reis nórdicos entre os séculos X e XI. A compreensão desta cultura nos possibilita entender em grande medida o fascínio que os guerreiros vikings ainda exercem na atualidade sobre nossa sociedade, bem como o legado que suas ações deixaram para a cultura não só da Escandinávia e europeia, mas que nos possibilita entender também a cultura guerreira como algo peculiar a cada povo e época.

A guerra na Era Viking ainda carece de mais estudos no Brasil, e trabalhos como este, dedicados a esta temática, além de contribuírem para o aprimoramento do entendimento da vida guerreira na Escandinávia medieval, enriquecem também o estudo da guerra em geral, e espera-se também que sirva de estímulo para o surgimento de mais trabalhos sobre o tema por pesquisadores brasileiros.

Pretende-se, em futuros trabalhos, dar continuidade à temática da guerra viking dentro de suas peculiaridades, partindo-se sempre do pressuposto de que a complexidade da guerra a impossibilita de estar restrita apenas a fatores políticos, constituindo-se também a cultura viking de uma grande riqueza de elementos, estando a mesma intrinsecamente ligada à cultura guerreira, sendo esta cultura de guerra dos povos nórdicos medievais, no período em que investigamos, algo bem peculiar, reservando suas fontes primárias como *Heimskringla*, um campo amplo a ser explorado em relação à História Militar da Idade Média.

## REFERÊNCIAS

### Fonte:

- STULURSON, Snorri. *Heimskringla, History of the kings of Norway*. Tradução ao inglês por Lee M. Hollander. Austin: University of Texas Press, 2011.

### Bibliografia:

- BACZCKO, Bronislaw. “Imaginação social” in: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da moeda, Vol. 5, 1985.

- BIRRO, Renan Marques. *Uma História da Guerra Viking*. Vitória: DLL/UFES, 2011.

- BOULHOSA, Patrícia Pires. A mitologia escandinava de Georges Dumézil: Uma reflexão sobre método e improbabilidade. *Revista Brathair* – v.6, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/556>> Acesso em: 17 de julho de 2017.

-\_\_\_\_\_. Sagas Islandesas como Fonte da História da Escandinávia Medieval. *Signum* 7, (2005), 13-39. <[http:// www.boulhosa.net/artigos.htm](http://www.boulhosa.net/artigos.htm)> com paginação independente. Acesso em: 11 de março de 2018.

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

- BRINK, Stefan. Who were the Vikings? In: BRINK, Stefan. e PRICE, Neil. (Orgs.). *The Viking world*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

- BRÖNDSTED, Johannes. *Os Vikings: história de uma fascinante civilização*. São Paulo: Hemus, 2004.

- BYOCK, Jesse L. *Viking age Iceland*. Londres: penguin books, 2001.

- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, história*. Campinas: Papirus, 1997.

- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: Pesquisas de antropologia política*. Editora Cosac & Naify, 2004.
- COURTÉS, Joseph. GREIMAS, Algirdas Julien. *Dicionário de semiótica*. Editora contexto, 2008.
- DUMEZIL, Georges. *The stakes of the warrior*. Los Angeles: University of California press, 1983.
- ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.
- FAULKES, Anthony. Snorri Sturluson: his life and work. In: BRINK, Stephan. e PRICE, Neil. (orgs.). *The Viking world*. Nova Iorque: Routledge, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ltc editora, 1989.
- GRAHAM-CAMPBELL, James. *Os Viquingues: Origens da Cultura Escandinava*, Vol. I. Madrid: Del Prado, 1997.
- GRIFFITH, Paddy. *The Viking art of war*. Newbury: Casemate, 1995.
- HALLSALL, Guy. *Warfare and society in the barbarian west, 450-900*. Londres: Routledge, 2003.
- HEATH, Ian. MCBRIDE, Angus. *The Vikings*. Londres: Reed International Books Ltd, 1985.
- JAKOBSSON, Ármann. Inventing a saga form: The development of the kings' sagas. *Filologia Germanica – Germanic Philology*. Milão: Prometheus, 2012.
- \_\_\_\_\_. Royal Biography. *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2004.
- JESCH, Judith. Constructing the warrior ideal in the late Viking age. In: OLAUSSON, Lena Holmquist. OLAUSSON, Michael. *The Martial Society: Aspects of warriors, fortifications and social change in Scandinavia*. Estocolmo: Stockholm University, 2009.
- JESTICE, Phyllis. *História das guerras e batalhas medievais. O desenvolvimento de técnicas, armas, exército e invenções de guerra na Idade média*. São Paulo: M books do

Brasil editora, 2012.

- JONES, Gwyn. *A history of the vikings*. Oxford: Oxford university press, 1984.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- LANGER, Johnni. História e sociedade nas sagas islandesas: Perspectivas metodológicas. *Alethéia: Revista eletrônica de estudos sobre antiguidade e medievo* – número 2, vol. 1, pp.1, janeiro/junho de 2009a. Disponível em: <<http://www.revistaaletheia.com/2009a/Johnny.pdf>> Acesso em: 25 de abril de 2010.
- \_\_\_\_\_ . *Deuses, monstros, heróis: ensaios de mitologia e religião viking*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009b.
- LONRÖTH, Lars. The vikings in History and legend. In: SAWYER, Peter. (org.). *The Oxford illustrated History of the Vikings*. Nova Iorque: Oxford University press, 1997.
- MIRANDA, Pablo Gomes de. *Guerra E Identidade: Um estudo Da Marcialidade No Heimskringla*. Disponível em: <[https://www.academia.edu/7146626/Guerra\\_e\\_Identidade\\_um\\_estudo\\_da\\_marcialidade\\_no\\_Heimskringla](https://www.academia.edu/7146626/Guerra_e_Identidade_um_estudo_da_marcialidade_no_Heimskringla)> Acesso em: 16 de novembro de 2014.
- MUCENIECKS, André Szczawlinska. Notas sobre o termo viking: usos, abusos, etnia e profissão. *Revista Alethéia de estudos sobre antiguidade e medievo* – Volume 2/2, Agosto a Dezembro de 2010. Disponível em: <[http://www.academia.edu/1508363/Notas\\_sobre\\_o\\_termo\\_viking\\_usos\\_abusos\\_etnia\\_e\\_profiss%C3%A3o](http://www.academia.edu/1508363/Notas_sobre_o_termo_viking_usos_abusos_etnia_e_profiss%C3%A3o)> Acesso em: 13 de Junho de 2016.
- PALAMIN, Flávio Guadagnucci. *O Ideal De Coragem Do Guerreiro Viking Representado Nos Heróis Sigmund E Sinfjolth*. Disponível em: <[http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/501\\_trabalho.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/501_trabalho.pdf)> Acesso em: 16 de novembro de 2014.
- ROESDAHL, Else. *The Vikings*. Londres: Penguin books, 1998.
- \_\_\_\_\_ . The emergence of Denmark and the reign of Harald Bluetooth. In: BRINK, Stefan. PRICE, Neil. (Orgs.). *The Viking world*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

- SOARES, Luiz Carlos. VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Novos Domínios da História.* Rio de Janeiro: Elsevier editora, 2012.
- SPRAGUE, Martina. *Norse warfare: unconventional battle strategies of the ancient Vikings.* Nova Iorque: Hippocrene books, 2007.
- STEINSLAND, Gro. Ideology and power in the Viking and middle ages Scandinavia, Iceland, Ireland, Orkney and the Faeroes. *In: STEINSLAND, Gro. SIGURDSSON Jón V. REKDAL, Jan E. e BEUERMANN, Ian. (Orgs.). Ideology and power in the Viking and middle ages.* Boston: Brill, 2011.
- TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas.* São Paulo: Perspectiva, 2006.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia.* Rio de Janeiro: Ltc editora, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Economía y sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva.* Madrid: Fondo de cultura económica, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia comprensiva.* São Paulo: Unb editora, 2004, Vol. 2.